



RAMON DE FIGUEIREDO LEANDRO

A ATUAÇÃO NORDESTINA NA REDE MERCOCIDADES

João Pessoa

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAMON DE FIGUEIREDO LEANDRO

A ATUAÇÃO NORDESTINA NA REDE MERCOCIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Graduação em Relações
Internacionais da Universidade Federal da
Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Liliana Ramalho Fróio

João Pessoa

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L437a Leandro, Ramon de Figueiredo.
A Atuação nordestina na Rede Mercocidades / Ramon de
Figueiredo Leandro. – João Pessoa, 2016.
125f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Liliana Ramalho Fróio.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) – UFPB/CCSA.

1. Redes de cidades. 2. Rede Mercocidades. 3. Nordeste. 4. Brasil.
I. Título.

UFPB/CCSA/BS
327(043.2)

CDU:



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 9,5, o Trabalho de Conclusão de Curso

"A Atuação nordestina na Rede Mercocidades"

Elaborado por

Ramon de Figueiredo Leandro

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharel em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^ª Dr.^ª Líliana Ramalho Fróio – UFPB (Orientador)

Prof. Dr. Túlío Sérgio Henriques Ferreira – UFPB

Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves - UFPB

João Pessoa, 23 de novembro de 2016.

RESUMO

A busca pelo desenvolvimento sócio-político e econômico levou as cidades e outros atores subnacionais a procurarem por alternativas que suprissem as lacunas deixadas pelo Estado central e pelas Organizações Internacionais. Assim, como forma de reduzir os impactos negativos do processo de globalização, e aumentar a produtividade local, buscou-se na integração regional a solução para esses problemas. Logo, da mesma forma que os países se organizavam em blocos econômicos, as localidades interagiam e formavam as redes nacionais e internacionais, regionais e globais. A Rede Mercocidades é um exemplo de uma rede internacional e regional, inserida na região do MERCOSUL, que busca promover o crescimento dos municípios e gerar a difusão de experiências e boas práticas para seus membros. A presente pesquisa, então, objetiva compreender como as Mercocidades nordestinas se inseriram na rede, quais suas atividades e qual a perspectiva de crescimento dentro dessa região. Para tanto buscou-se apresentar aspectos gerais da atuação internacional intermunicipal, além de enfatizar a atuação de cidades fora da região Nordeste; antes de apresentar a situação nordestina. Como resultado, percebemos que ainda existe um longo caminho para as cidades nordestinas percorrerem, como um todo, e que o principal agente de mudança nesse contexto é um gestor específico de Relações Internacionais, trabalhando direta e exclusivamente na área internacional dos municípios.

Palavras-chave: redes de cidades, Rede Mercocidades, Nordeste, Brasil.

ABSTRACT

The pursuit for socio-political and economic development lead cities and other subnational actors to search for alternatives to supply the gaps left by the central state and International Organizations. Thus, as a way to reduce the negative impacts of globalization, and augment local productivity, it was sought in regional integration the solution for these problems. Soon, the same manner that countries are organized into economic blocs, localities interacted and formed national, international, regional and global networks. Mercocities Network is an example of international and regional network, included in the Mercosur region, which seeks to promote the growth of municipalities and generate the dissemination of experiences and best practices for its members. This research, then, aims to understand how the northeastern Mercocities were inserted in this network, its activities and what are the growth prospects in the region. Therefore we sought to present general aspects of intermunicipal international relations, as well as emphasizing the role of cities outside the Northeast; before presenting the northeastern situation. As a result, we realize that there is still a long way to the northeastern cities throughout it, and that the main change agent in this context is a specific manager of International Relations, working directly and exclusively in the international area of the municipalities.

Key-words: cities networks, Mercocities Network, Northeast, Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Origem, justificativa e relevância da pesquisa	12
Procedimentos metodológicos	13
CAPÍTULO 1: A ATUAÇÃO DAS CIDADES E AS REDES	15
1.1 Aspectos gerais da atuação internacional das cidades	15
1.2 A Formação de uma Sociedade em Rede	19
1.2.1 A experiência em rede das cidades	23
CAPÍTULO 2: A REDE MERCOCIDADES	29
2.1 Retrospecto histórico	29
2.2 Estruturação	32
2.3 Procedimentos e Disposições Gerais	39
2.4 O Impacto da Rede nas Cidades	41
CAPÍTULO 3: O NORDESTE NA REDE MERCOCIDADES	51
3.1 As cidades nordestinas na Mercocidades: inserção e interesses ..	51
3.2 Atividades	57
3.3 As Mercocidades nordestinas hoje: Desafios e novas Perspectivas	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE A: Levantamento de Coordenadoras de UTs da Rede Mercocidades (1995-2016)	81
APÊNDICE B: Levantamento de Coordenadoras de Grupos de Trabalho da Rede Mercocidades (2008-2016)	85

APÊNDICE C: Levantamento de Coordenadoras de Comissões da Rede Mercocidades (2008-2016)	86
APÊNDICE D: Entrevista com Roberto Trevas e Michelly Cavalcante	87
APÊNDICE E: Entrevista com Gabriela Tedeschi Cano	101
APÊNDICE F: Entrevista com Sócrates M. Torres	109
APÊNDICE G: Entrevista com Antônio Capistrano	121

DEDICATÓRIA

Dedico meus agradecimentos a minha família, que sempre me deu suporte, mesmo eu estando longe de casa. Minha mãe, Rosangela Maria; meu pai, Zilmar Leandro; meu irmão, Zilmar Ney; e minha irmã, Rhévia Mara. Também agradeço aos meus familiares mais próximos e que me acompanharam de perto, aqui representados pela minha tia, Maria José.

Meu grande obrigado a minha querida orientadora, Profa. Dra. Liliana Ramalho Fróio, que acompanhou meu projeto do começo ao fim, e cujas críticas e sorrisos me deixaram mais confiante com meu tema. Na pessoa da minha orientadora, também agradeço todos os professores que passaram pela minha formação, e que certamente agregaram muito valor a essa pesquisa.

Agradeço a todos os entrevistados que me ofereceram um pouco do seu tempo para esclarecer minhas dúvidas e me orientar sobre as Mercocidades, em especial a Gabriela Tedeschi Cano, cuja palestra em 2013 na UFPB despertou meu interesse pelo tema.

Aos amigos e amigas que me apoiaram nas revisões, críticas, saídas e outros momentos durante toda a minha vida; bem como ao amor, que sempre me fez seguir em frente com determinação. Aos funcionários do Departamento de Relações Internacionais da UFPB, na pessoa de Fernando, meu obrigado.

E, no nome de Deus, a todas as forças infinitamente maiores que o homem, que fazem parte do universo e garantem harmonia, paz e consciência, mesmo em situações adversas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – As conexões internacionais em 1991	17
Mapa 2 – As conexões internacionais em 1997	17
Organograma 1 – Organograma detalhado da Rede Mercocidades	33
Gráfico 1 – Nº de Mercoc'idades por Estado	42
Gráfico 2 – Quantidade total de cidades x cidades-membro das Mercocidades	42
Gráfico 3 – Nº de Mercocidades por região brasileira	51
Gráfico 4 – Nº de participações nordestinas em UTs	58
Gráfico 5 – Nº de participações de Mercocidades nordestinas em coordenações e subcoordenações de UTs por cidades	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Levantamento das principais redes de cidades	23
Tabela 2 – Ações propostas, realizadas/em execução e paralisadas entre 2007 e 2014 dentro do FCCR.....	31
Tabela 3 – Resumo dos principais órgãos, suas atribuições e a rotatividade da Rede Mercocidades.....	37
Tabela 4 – Anuidade da Rede Mercocidades por tamanho populacional.....	40
Tabela 5 – Entrada nordestina na Rede Mercocidades.....	52
Tabela 6 - Participação em UTs por cidade nordestina	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	América Latina
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CMC	Conselho Mercado Comum
CODESUL	Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul
CRECENA	Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino
CRJ	Centro de Referência da Juventude
FCCR	Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL
FNP	Frente Nacional dos Prefeitos
FOCREA	Fomento a criação de Microempresas no Departamento Central
FONARI	Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais
FSM	Fórum Social Mundial
GMC	Grupo Mercado Comum
OI	Organização Internacional
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
REMI	Reunião Especializada de Municípios e Intendências
RI	Relações Internacionais
RMC	Rede Mercocidades
SI	Sistema Internacional
STPM	Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades
UCCI	União de Cidades Capitais Ibero-americanas
UE	União Europeia
UT	Unidade Temática
UTDEL	Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local

INTRODUÇÃO

A presente monografia busca investigar a atuação dos 7 municípios do Nordeste brasileiro que estão inseridos dentro da Rede Mercocidades (RMC) (Camaçari, Fortaleza, Jaboatão dos Guararapes, Mossoró, Recife, Salvador, Vitória da Conquista. A Rede consiste em uma forma de cooperação descentralizada entre atores não-centrais, e que envolve, diretamente, algumas cidades da América do Sul e, indiretamente, outras instâncias, como Estados, Organizações Internacionais, etc.

A referência ao Nordeste brasileiro, na pesquisa, foi meramente um recorte geográfico, com a intenção de identificar as cidades que fazem parte da Rede, além de entender suas características.

A atuação internacional das cidades acontece pelo fato de que as mesmas têm passado por desafios para conseguirem ter suas demandas atendidas. Primeiro porque, de acordo com o tamanho do país onde se encontram, elas podem estar concorrendo com os desejos de outras cidades, mais desenvolvidas e mais centrais. Depois porque não é possível atender a um grande número de pedidos ao mesmo tempo, pela própria capacidade e interesse do governo central dos Estados (YAHN FILHO, 2011).

Por isso que as localidades passam a procurar outras formas de concretizar seus projetos, seja através da cooperação nacional ou internacional com outros municípios, de forma horizontal, ou com Estados e Organizações, trazendo um aspecto verticalizado (ONUUKI, 2005).

Tendo em vista essas motivações iniciais para haver a cooperação internacional em rede, buscamos entender como se dá o processo de inserção das cidades nordestina na Rede Mercocidades, quais são seus interesses e de que forma isso se expressa em atividades e ações. Acreditamos que a pesquisa possa ajudar a explicitar os desafios recorrentes, projetar algumas perspectivas futuras, e analisar o impacto que isso pode trazer para a região.

A pergunta de pesquisa que norteia o trabalho é a seguinte: Como se dá a atuação das cidades nordestinas na Rede Mercocidades desde a inserção das mesmas na Rede até o período de 2015?

Para tanto, o presente trabalho está dividido em 3 (três) capítulos: no primeiro trataremos de aspectos teóricos e sociológicos que embasam o assunto da cooperação em rede, abordando de que forma e porque ocorrem as relações internacionais (RIs) intermunicipais, e como isso pode culminar no desenvolvimento das redes de cidades.

No segundo capítulo, discutiremos mais especificamente o caso da Rede Mercocidades, expondo aspectos abrangentes do seu surgimento e estrutura e também analisando as perspectivas de outras cidades-membro dentro da rede. O intuito é apresentar dados e informações sobre a Rede Mercocidades e sobre a atuação geral das suas cidades-membro para que seja possível compreender o papel das cidades nordestinas dentro da rede.

Por fim, no terceiro capítulo, abordaremos a atuação do Nordeste do Brasil dentro da Mercocidades, mostrando as características e as formas de inserção das cidades nordestinas dentro da rede, bem como as dificuldades enfrentadas por essas cidades.

Origem, justificativa e relevância da pesquisa

A origem dessa pesquisa se deu em 2013, quando houve uma palestra na Universidade Federal da Paraíba sobre a participação das cidades em redes, mais especificamente na Rede Mercocidades. Esse ainda era um assunto novo e desafiador no âmbito das Relações Internacionais, por se tratar de um ator não tradicional que aparece no Sistema Internacional (SI), com atitudes e desejos próprios.

Por se tratar de um fenômeno que envolve um agente subnacional, o município, a discussão apresenta contornos diferentes em cada Estado, dependendo de como se dá a aceitação interna desse tipo de movimento e até que ponto verifica-se uma cessão de capacidades nessa área internacional.

No caso brasileiro, especificamente dos municípios do Nordeste, a participação internacional ainda é bem baixa, conforme será exposto mais para frente, e essa é a principal justificativa para o desenvolvimento desse trabalho, isto é, investigar os motivos pelos quais as atuais cidades-membro nordestinas entraram e atuaram na Rede Mercocidades, e entender quais têm sido suas dificuldades e percepções.

Com isso espera-se agregar informações sobre as características das relações internacionais municipais e nordestinas, e contribuir para o aprimoramento das reflexões sobre essas relações. Espera-se ainda que essa pesquisa possa servir de base para os gestores das cidades nordestinas, que tenham interesse nas Mercocidades e/ou cooperação internacional intermunicipal de maneira geral, para que eles possam compreender a melhor forma de inserção dos seus respectivos municípios e que possam evitar as mesmas armadilhas.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa foi iniciada por meio de levantamento e revisão bibliográfica sobre o assunto, abarcando os temas de paradiplomacia, redes e Rede Mercocidades. Para analisar o caso específico das cidades nordestinas, buscou-se realizar entrevistas com os gestores locais que participaram e participam das ações internacionais dessas e de outras cidades.

A seleção dos entrevistados foi feita com base em dois critérios: o primeiro foi buscar pessoas que tivessem trabalhado diretamente com a Mercocidades dentro das prefeituras do Nordeste, isto é, assessores, coordenadores, prefeitos e vice-prefeitos, etc. O segundo foi buscar aqueles que tivessem trabalhado com a Rede Mercocidades em algum período, mas que não fossem das cidades nordestinas, para que pudéssemos comparar como a atuação na rede se desenvolve em outras localidades dentro e fora do Brasil. Ao total foram levantados e contatados 13 (treze) gestores de diferentes cidades, conforme esses critérios, sendo 10 (dez) correspondentes ao critério 1, e 3 (três) ao critério 2. No entanto, ressalta-se que durante a pesquisa não foi possível entrevistar todos eles.

Quanto aos representantes nordestinos contatados, não houve sucesso na realização das seguintes entrevistas: com a cidade de Fortaleza, através de Patrícia Macêdo, que foi contatada por telefone e *e-mail*, inclusive falamos com sua assessora, Emília Rivera, mas não houve retorno; com a cidade de Vitória da Conquista, cujo único nome encontrado relacionado à Rede foi o do atual prefeito, Guilherme Menezes, o qual foi contatado por *e-mail* e telefone mas não respondeu; Salvador, com Célia Sacramento, cuja assessora, Danubia, falou conosco sobre a indisponibilidade da gestora de conceder a entrevista; Recife, representada por Mariana Campello, cujos nossos *e-mails* enviados também não foram respondidos; com Mossoró tentamos contato com 2 (dois) representantes: Nilson Brasil e Emerson Azevedo, ex-secretários de desenvolvimento econômico, e ambos não deram resposta. Fora do Nordeste, a tentativa de contato foi com Jorge Rodríguez, representante da Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades (STPM); e com a Prefeitura de São Paulo, que possui a atual presidência da Rede Mercocidades. Também não houve sucesso nesses dois últimos contatos.

Assim, do total de 13 gestores identificados, somente 5 (cinco) se dispuseram a participar da entrevista.

Segue uma relação dos entrevistados, em ordem cronológica de entrevista:

Nome	Cargo	Cidade¹	Exp. Anterior²	Formação	Data da Entrevista
Roberto Y Plá Trevas	Assessor de Relações Internacionais e Captação de Recursos de Jaboatão dos Guararapes; Ex-Assessor de Captação de Recursos e Relações Internacionais de Recife	Jaboatão dos Guararapes	Recife	Engenharia Civil	15/09/2016
Anna Michelly Cavalcante Rodrigues	Coordenadora da Rede Mercocidades de Jaboatão dos Guararapes; Ex-Assessora de Relações Internacionais de Recife	Jaboatão dos Guararapes	Recife	Relações Internacionais	15/09/2016
Gabriela Tedeschi Cano	Subsecretária de Relações Internacionais da Universidad Nacional del Comahue; Ex-Vice-diretora de Relações Internacionais de Santo André (2006-2007); Ex-Coordenadora de Relações Internacionais de Morón (2007-2008)	Neuquén	Santo André, Morón	Ciências Sociais e Relações Internacionais	28/09/2016
Sócrates Magno Torres	Coordenador na Ação Educativa (SP); Ex-secretário de Relações Internacionais de Camaçari (2005-2008)	São Paulo	Camaçari	Relações Internacionais e Gestão Pública	04/10/2016
Antônio Farias Capistrano	Militante do PCdoB; Ex-Vice-prefeito de Mossoró (1997-2004)	Natal	Mossoró	História	18/10/2016

Além de entrevistas, coletamos dados gerais, em notícias, documentos virtuais e no *website* da Rede Mercocidades³, sobre a participação das cidades nordestinas na rede, dados sobre: em quais reuniões estiveram presentes e quem as representou, se ocuparam algum cargo dentro da Rede, quais temas são de maior interesse. Foram levantados dados tanto das cidades do Nordeste quando de outras cidades-membro, para servir de comparação.

¹ Corresponde ao local onde os gestores residem/trabalham

² Corresponde ao local onde os gestores tiveram algum tipo de experiência relacionado à presente pesquisa

³ Link para o *website* da Rede Mercocidades: <http://www.mercociudades.org/pt-br>

CAPÍTULO 1: A ATUAÇÃO DAS CIDADES E AS REDES

O intuito deste primeiro capítulo é trazer a reflexão teórica que embasa a atuação internacional das cidades, principalmente por meio de redes, pois entendemos que as relações internacionais intermunicipais correspondem a um assunto cada vez mais recorrente no meio acadêmico e político.

Assim é possível pensar a inserção de dois novos atores no Sistema Internacional, as cidades, enquanto subunidades estatais, e as redes, formadas por um processo de cooperação. Para tanto, a sequência lógica desta parte é discutir como surge a troca de informações entre essas cidades de diferentes Estados, e como, a partir disso, são consolidadas as redes intermunicipais.

1.1 Aspectos gerais da atuação internacional das cidades

No último quarto do século XX, duas tendências começam a surgir no contexto internacional, que o remodela e permite a atuação de novos agentes de mudanças nesse âmbito. A primeira dessas tendências é a globalização e a conformação de um ambiente global. A segunda é o processo de descentralização e devolução dentro dos Estados (BACHE & MITCHELL, 1999).

Partimos, então, da primeira tendência, e de como ele impacta nas fronteiras dos países, para entendermos como se dá a formação das redes. A globalização é caracterizada pelo rápido e ininterrupto fluxo de informações entre dois ou mais indivíduos, gerando um encurtamento virtual da distância entre eles (BACHE & MITCHELL, 1999, p. 1).

Isso significa dizer, para Bache e Mitchell (1999), que setores isolados, como a economia, sofreram uma reestruturação em sua base, fazendo-a se interligar com outras, através de uma economia global. No entanto, nessa nova fase econômica por exemplo, o Estado-nação não tem mais controle total, ao passo que esse fenômeno transcende a rigidez fronteiriça (COSTA, 1991).

Esse debate sobre globalização, iniciado nos anos 80, traz a participação de vários novos atores no cenário internacional, como Organizações Não-Governamentais (ONGs) e associações civis públicas e privadas, que passam a pressionar os Estados nacionais, os organismos multilaterais e as empresas transnacionais (ONUKE & OLIVEIRA, 2013).

Com uma economia que não se adequa às fronteiras dos países, e os mercados globais em crescente relevância, as transações não mais ficam restritas aos limites territoriais, permitindo o começo de uma porosidade entre os Estados fronteiriços, principalmente (BACHE & MITCHELL, 1999).

Nessa mesma perspectiva, existe a discussão sobre os efeitos negativos desse processo global, como é a crítica de Milton Santos (2000), quando fala sobre a corroboração das “ilimitações” inerentes. Isto significa que o resultado disso desconhecia as diferenças entre pequenos e grandes países, colocando-os em concorrência injusta, e promovendo aceleração nos mais desenvolvidos, e dependência nos menos.

Outra visão, dessa vez para Yahn Filho (2011), diz que a globalização permitiu a criação de maciços blocos regionais, que já caracteriza uma rede de Estados-nação. Paulatinamente, como tentativa dos Estados em se adequar a esse fenômeno, a segunda tendência surge, abrindo espaço para a participação de governos locais nas decisões, ainda que isso estivesse muito distante da realidade das cidades, por exemplo, já que destoava o poder nacional do local (BACHE & MITCHELL, 1999).

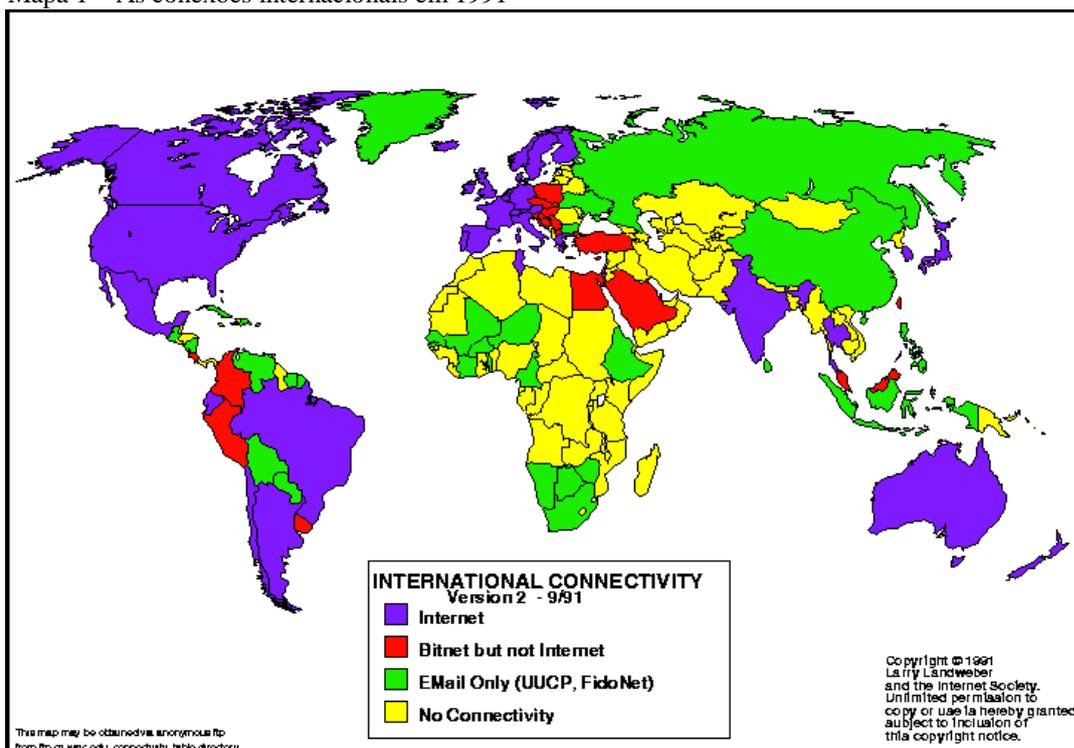
Então, para podermos perceber essas mudanças na sociedade, que geraram uma nova composição no quadro de atores das relações internacionais, devemos compreender duas etapas: a primeira é a remodelagem da definição de fronteiras dos Estados, tendo seu impacto mais relevante no âmbito internacional; e a segunda, em decorrência da anterior, é a participação dos entes subnacionais no cenário internacional, de onde surgem agravantes domésticos e externos (RÜCKERT, 2005).

Quanto à primeira, Rückert (2005) expõe que a fronteira entre os Estados, antes rígida e intransponível, passa a apresentar poros de circulação de recursos (capital e pessoas). Ele comenta que cada uma apresenta suas singularidades e seu funcionamento específico, mas não consegue interromper o fluxo de informação constante advindo do meio externo.

Um elemento que também está inserido nessa discussão é a interatividade, ou conectividade com a *Internet*⁴, entre os Estados, que tem crescido como um desdobramento desse fenômeno mundial. Muitas das consequências disso, como a atuação em rede, protagonizada pelos governos locais das cidades, estão ligadas a transformações na geografia política, como pode ser observado nos mapas abaixo, no período entre os anos de 1991 e 1997:

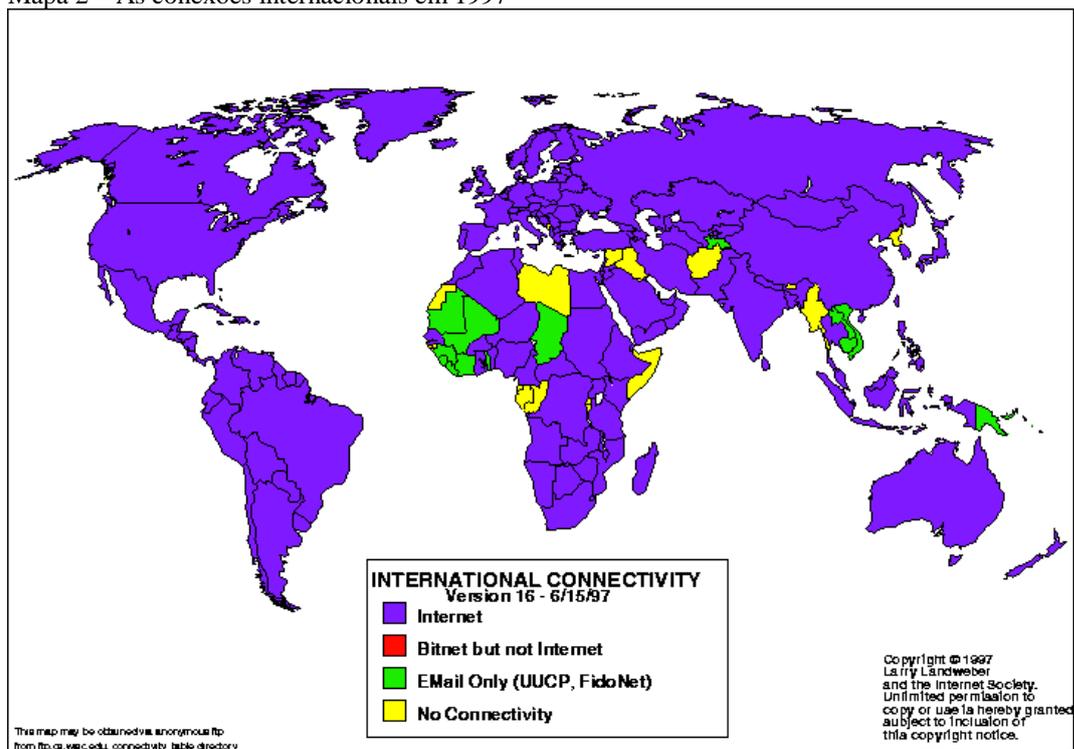
⁴ O termo *Internet* é trazido aqui para representar o avanço da tecnologia da informação, como abordado por Castells (1999).

Mapa 1 – As conexões internacionais em 1991



FONTE: LANDWEBER, 2002 *apud* MENEGHETTI NETO, 2005, p. 67.

Mapa 2 – As conexões internacionais em 1997



FONTE: LANDWEBER, 2002 *apud* MENEGHETTI NETO, 2005, p. 68.

Nos mapas acima é possível perceber o quão rápido o fluxo de informação, pela evolução da *Internet*, espalhou-se pelo mundo. Naturalmente, com essa nova organização das relações internacionais, o ambiente internacional fica mais competitivo, mas, ao mesmo tempo, abre as oportunidades para outros atores surgirem, como as localidades.

A evolução do *status* de sem conectividade, ou parcial, para o de conectividade, como nas regiões africanas, asiáticas e nas outras partes da sul-americana, vai permitir que agentes, até então isolados, passem a interagir de alguma maneira. Isso vai desembocar na formação de redes, por exemplo.

Continuando o raciocínio de Rückert (2005), a segunda etapa (participação dos entes subnacionais no processo internacional) corresponde à redefinição, principalmente, de aspectos políticos e econômicos a partir da globalização. Isso gera a abertura para as cidades procurarem apoio externo para seus programas.

Tem-se aqui a base para o processo de internacionalização dos municípios, que é agravada, também na região latino-americana, com a descentralização crescente de alguns governos, como é o caso do Brasil. Nesse último, a Constituição de 1988, elevou o nível dos estados para unidades federativas, que proporcionou certo grau de autonomia, como autoarrecadação e autolegislação (RÜCKERT, 2005).

Rückert (2005), no entanto, revela que a descentralização gerou uma falácia muito forte, de que o fortalecimento das economias municipais, estaduais, etc., estaria presente tanto quanto a equidade das riquezas e do poder. Esse fator não aconteceu, uma vez que só foram transferidas as responsabilidades do centro para as partes, mas o capital ainda permanecia bem concentrado nas regiões mais desenvolvidas das nações.

Nesse momento, como resultado do esforço para a mudança desse quadro, há uma frequente atuação das localidades, seja no contexto internacional ou não, para a criação de diversos projetos, programas e entidades que agreguem, ao menos, duas cidades, através de cooperação bilateral (YAHN FILHO, 2011).

Yahn Filho (2011) mostra que, no caso de abranger mais de dois municípios, quando os mesmos se propõem a atingir objetivos comuns, ou procuram fazer o intercâmbio de boas práticas e projetos exitosos, tem-se a formação, então, de redes de cidades, que são a principal expressão de atuação descentralizada, fugindo, de certa forma, das “amarras” centrais.

Isto significa dizer que existe uma tendência à internacionalização, a princípio, dos governos locais, pois são interesses próprios que estão em jogo, muitas vezes negligenciados

pelo Estado, mas amparados pelo sistema internacional de algum jeito, e existem redes com os mas distintos objetivos e perfis de membros, restando somente a análise de onde se inserir.

Com isso, O'Brien (1992 *apud* TAYLOR et al., 2001) relata que as condições da geografia tradicional, que estuda o Estado enquanto um ator muito centralizador e vinculado ao antigo conceito de fronteira, entram em decadência. A geografia política, que apresenta uma nova visão, aparece para discutir o papel da globalização e da virtualização mundial, onde o espaço físico torna-se virtual, e há todo um reordenamento do mercado financeiro global, por exemplo.

No entanto, Taylor et al. (2001) contrapõem essa teoria do “fim da geografia” com o simples fato das transformações no mundo decorrerem de um processo que constrói e desconstrói o entendimento de geografia em diversos momentos, sendo que tal fenômeno faz parte do mundo moderno.

O argumento desses autores está pautado no novo mapeamento do mundo com foco em cidades, e, conseqüentemente, as possíveis redes onde estão inseridas. Isto significa dizer que uma cidade central, quanto ao seu espaço de fluxo de informação, está agregando valores hierárquicos e regionais em relação a outras cidades centrais e não centrais, sendo caracterizado como certa “reforma” na ordem mundial, representada aqui por 55 cidades globais⁵.

1.2 A Formação de uma Sociedade em Rede

O termo rede é entendido enquanto uma forma de organização que abarca desde grandes organizações multinacionais e Estados, até pequenas empresas, estejam eles dentro ou fora de um mesmo território. Existem várias interpretações desse conceito, mas a que utilizaremos nesse trabalho será a normativa, ou seja, uma rede é uma forma de organização que se deve utilizar para permitir a competitividade em qualquer âmbito (NOHRIA, 1998, p. 287).

⁵ Chicago (CHI), Frankfurt (FRA), Hong Kong (HK), Londres (LON), Los Angeles (LA), Milão (MIL), Nova Iorque (NY), Paris (PAR), Cingapura (SIN), Tóquio (TOK), Bruxelas (BRU), Madri (MAD), Cidade do México (MEX), Moscou (MOS), São Francisco (SF), São Paulo (SAO), Seul (SEO), Sidney (SYD), Toronto (TOR), Zurique (ZUR), Amsterdã (AMS), Atlanta (ATL), Bangkok (BAN), Barcelona (BAR), Pequim (BEI), Berlin (BER), Boston (BOS), Budapeste (BUD), Buenos Aires (BA), Caracas (CAR), Copenhagen (COP), Dallas (DAL), Düsseldorf (DUS), Geneva (GEN), Hamburg (HAM), Houston (HOU), Istanbul (IST), Jakarta (JAK), Joanesburgo (JOH), Kuala Lumpur (KL), Manila (MAN), Melbourne (MEL), Miami (MIA), Minneapolis (MIN), Montreal (MON), Munique (MUN), Osaka (OSA), Praga (PRA), Roma (ROM), Santiago (SAN), Xangai (SHA), Estocolmo (STO), Taipei (TAI), Washington (WDC), Varsóvia (WAR).

Essa discussão é aprofundada por Meijers (2005), que expõe uma rede enquanto um ambiente multilateral onde se tem uma sinergia muito grande, isto é, onde a soma das partes é maior do que o todo. Isso, traduzido enquanto cooperação, significa dizer que existem mecanismos e aparatos para tornar possível as ações da rede.

A formação das redes, bem como de suas características mais básicas, está inserida na nova lógica do cenário internacional, que passa a comportar outras formas de relacionamento e cooperação. Toda essa discussão está inserida na maneira como a sociedade utiliza as redes e as informações, e quais resultados ela quer e tem a possibilidade de atingir.

Uma rede, antes de mais anda, é um processo que, embora date de outros tempos e espaços, através do desenvolvimento da tecnologia da informação e da nova morfologia das sociedades, com a globalização, consegue modificar as operações e resultados nas práticas produtivas, nas experiências, no poder e na cultura dos seus participantes (CASTELLS, 1999).

Castells (1999) fala que, atualmente, os modelos políticos e econômicos que formam as distintas sociedades trazem processos de profunda reestruturação, o que os torna mais flexíveis e mais interdependentes de uma maneira mais geral, como se tem no capitalismo, por exemplo, onde o papel de gerenciar e a descentralização das ações acabam dando poder a outros atores nacionais e internacionais.

Soldatos (1996) expõe que é de fundamental importância para uma cidade que faz parte de uma rede, por exemplo, conseguir integrar os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) para que se tenha sucesso em suas ações. O entendimento disso está pautado nas atribuições específicas de cada um desses níveis, pois alguns acordos podem precisar da autorização do poder central.

Assim, é fato dizer que a formação de redes, além de provocar a transposição de fronteiras e a aproximação das entidades e dos seres, é um meio de defesa e desenvolvimento frente à globalização, principalmente para o âmbito subnacional, que buscava alternativas paralelas às organizações estatais (YAHN FILHO, 2011).

Castells citado por Martelli (2009, p. 185) introduz a principal mudança, que está na relação de um novo termo nas considerações internacionais, o “Estado-rede”. Seu significado é compreendido através do esforço estatal em tentar gerir as demandas locais e globais simultaneamente, o que gera a consequente interdependência com outras instituições no compartilhamento de obrigações.

Esse conceito, ainda segundo o autor, colabora com seus argumentos ao passo que mostra a constante tendência a uma horizontalidade das relações na sociedade, rompendo com o modelo rígido vertical, o que gera uma distribuição mais homogênea da informação, antes concentrada em centros, que culminaria no aprofundamento da assimetria.

Elementos, como a Identidade, são redefinidos para caracterizarem o comprometimento com o mundo novo, o que permite um reforço ao princípio organizacional e a evolução de uma rede. O que antes era individualizado se torna coletivo ou mesmo atribuído, ou seja, saímos de um modo de isolamento para um onde se tem um discurso aberto, findando em uma identificação comum aos indivíduos, ou mesmo em uma identidade acordada que não os define, necessariamente, individualmente (CASTELLS, 1999, p. 41).

Castells (1999) ainda teoriza que as redes trazem, para a sociedade onde está inserida e os seus membros, uma relação de oposição pelo motivo da associação ou dissociação, demonstrando a vontade de aderir ou não a determinado projeto ou ação de uma coletividade. E essa questão está centrada na ideia que, muitas vezes, redes podem ser sobrepostas, ou seja, coexistirem no mesmo espaço, mas com finalidades distintas ou divergentes.

Essa bipolaridade, de se associar ou não a uma rede em detrimento de outra, representa, também, aspectos culturais, quanto à inovação e ao desenvolvimento atribuído às redes. A cultura, então, vira um termo polissêmico nesse momento, pois vai embasar um conjunto de atributos operacionais para a atuação em rede.

Herbert Blumer citado por Chazel (1996, p. 286) enfatiza a ascensão de movimentos sociais que tinham como objetivo, dentro do aspecto cultural, o estabelecimento de “empreendimentos coletivos destinados a estabelecer uma nova ordem de vida”.

Ainda quanto à cultura, tem-se a acentuação da produção, principalmente nas redes, o que nos remete ao conceito de “região inteligente”, isto é, uma inteligência que visa trazer para a região a capacidade coletiva de produção, tão importante para organizações estatais, por exemplo. Dessa forma, a informação, e seu uso estratégico, possibilitam a construção de vantagens competitivas sustentadas, reduzindo efeitos negativos do processo de globalização (FERRÃO, 1996 *apud* RÜCKERT, 2005, p. 87).

Com isso, trazendo a nova formulação de informação, pela tecnologia, somada a uma sociedade mais ativa através das redes, tem-se a sociedade em rede, constituinte da nova morfologia social. Nesse sentido o nível de expansão desse ator é ilimitado, bastando uma

uniformização na comunicação, promovida pela própria economia capitalista com vista pela inovação e concentração descentralizada (CASTELLS, 1999).

De acordo com Cardoso:

A caracterização das sociedades em transição [...] reflecte a transição de populações com menores níveis de educação para uma sociedade onde as gerações mais novas atingiram já competências educacionais mais aprofundadas. No entanto, essa análise também reflecte sociedades que, embora tenham realizado elevados esforços na área do conhecimento, procuram ainda afirmar-se nas dimensões de infra-estrutura e produção tecnológica.

Esta análise reflecte também uma transição sociopolítica, de ditaduras para uma politização institucional democrática e depois, para uma rotinização da democracia num processo que combina um crescente cepticismo, face aos partidos e às instituições de governo, com um acentuar da participação cívica, a partir de formas autónomas e por vezes individualizadas de expressão da sociedade civil.

É nesse contexto que se produz uma transição fundamental nestas sociedades: a tecnológica, expressa por meio da difusão da Internet, e pela aparição na estrutura e na prática social da *sociedade em rede* (CARDOSO, 2005, p. 58).

Pode-se dizer, então, que toda essa transição sofrida pela sociedade, em sua base, permite a organização em torno de redes globais de capital, o gerenciamento da informação e o incremento do *know-how* tecnológico, fatores importantes para a produtividade e competitividade (CASTELLS, 1999).

E isso não é diferente no contexto mais específico das cidades. Existem requisitos básicos para que elas possam usufruir dos benefícios de uma rede, expostos por Meneghetti Neto (2005) como sendo: uma linha telefônica local, um computador pessoal e um *modem* que conecte os dois últimos elementos, bem como permita o acesso à *Internet*.

Claramente essa rede de municípios, também, reforçando os conceitos de Castells (1999), possui objetivos, realidades e interesses semelhantes e complementares, o que lhe permite trocar essas informações dentro de um âmbito de cooperação internacional, mais precisamente a cooperação descentralizada.

Além disso, segundo Meneghetti Neto (2005), existe todo um suporte em relação aos temas que possivelmente serão tratados dentro dessa integração local das localidades, como transportes, meio ambiente, cultura, saúde e educação, principalmente, pois essas áreas são peças-chave para a cooperação ter algum efeito.

1.2.1 A experiência em rede das cidades

Diversos estudos têm mostrado a experiência das redes de cidades, e todos os benefícios que elas podem trazer para os municípios. Percebemos, realmente, que esse é um processo que é tido como outro desdobramento da globalização, cujas bases encontram-se no continente europeu, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Levantamento das principais redes de cidades

Rede	Criação	Origem
Metropolis	1985	Europa
Unión Iberoamericana de Municipalistas	1991	Europa
Mercocidades	1995	América do Sul
Fórum de Autoridades Locais	2001	América do Sul
Fórum de Autoridades Locais de Periferia	2003	América do Sul
United Cities and Local Governments	2004	Europa
World Cities	2012	Europa
100 Resilient Cities	2013	América do Norte
Southeast Asian Creative Cities	2014	Ásia
Strong Cities	2015	ONU

FONTE: **Elaboração própria** através de pesquisa direta na *homepage* dessas redes

Através do levantamento bibliográfico realizado sobre redes de cidades, verifica-se que há uma tendência para aspectos de desenvolvimento econômico local e sustentabilidade econômica, como são os casos da Rede Mercocidades e da 100 Resilient Cities, por exemplo.

Reforça-se que toda essa movimentação, partindo das cidades, tem origem na própria (in)capacidade dos países em atender todas as demandas dos seus estados e municípios. Fica, então, a cargo desses últimos buscar concretizar suas políticas públicas e outros assuntos pendentes através de acordos bilaterais ou multilaterais, como redes (MOREIRA, 2013).

Ainda assim, esses (novos) agentes subnacionais, mesmo no campo teórico das relações internacionais, possuem pouco campo de estudo, principalmente quando falamos de correntes estatais, como o neorealismo, ou societárias, como o neoliberalismo. Essa última, por mais que traga outros atores da sociedade como ONGs e empresas, ainda negligencia o papel das cidades (ONUKI & OLIVEIRA, 2013, p. 4).

Yahn Filho (2011, p. 199), em sua tese sobre a cidade de Campinas, demonstra que, contrário a muitas teorias, o maior interesse em permitir as localidades de fazer relações internacionais com outras cidades, províncias e Estados⁶ deveria partir do próprio Estado, e não dos entes subnacionais. Ele explica isso através da lógica da diplomacia indireta, pois a atuação internacional das subunidades também é caracterizada como do Estado, logo ambos se beneficiam.

Com base nisso, percebe-se que as redes de cidades não podem passar despercebidas na análise das relações subnacionais, pelo motivo de justificar a troca de uma vantagem comparativa, onde a região ou local buscava um posicionamento internacional baseado nos seus recursos naturais; para uma vantagem competitiva, onde se tem o esforço humano em tecnologia e anseio por informação, desaguando na eficiência da produção e da ciência (YAHN FILHO, 2011).

Discute-se, então, o poder proveniente da participação de atores sociais na tomada de grandes decisões. São cidades, estados e províncias com redes de contatos, experiências internacionais, que sugerem o fortalecimento de uma democracia cosmopolita, isto é, advinda de uma incapacidade do Estado de providenciar o crescimento no âmbito local.

Yahn Filho (2011) mostra que existe uma fragilidade no que se entende como uma democracia, onde o povo elege um representante para governar um Estado em nome nacional. O mundo é composto por peças interdependentes, e novas formas de “jogar” com suas peças são necessárias de formulação, para que haja a evolução em conjunto da maior parte com a menor.

Uma dessas peças é o próprio cidadão, que deixa de ter o papel local ou mínimo, no contexto internacional, para se tornar um cidadão global, inserido em uma sociedade global, participando ativamente da formulação de partes da política externa do país, através dos convênios educacionais, intercâmbios científicos e tecnológicos, dentre outros.

Nessa perspectiva vale trazer a diferenciação de cidades internacionais e globais. Uma cidade internacional é definida com base em alguns critérios estabelecidos por Soldatos (1996), como: um posicionamento para abertura ao mundo; receber investimentos estrangeiros; abrigar instituições internacionais; ter fluxo e informação com o exterior; acolher encontros internacionais; manter acordos com atores estrangeiros, dentre outros.

⁶ Conceito de paradiplomacia segundo Soldatos (1996).

A internacionalização decorrente disso, ainda segundo o autor, apresenta-se em duas formas: a ativa e a passiva. A primeira, em termos gerais, está vinculada a ideia estratégica de atuação, possuindo instituições e serviços desse cunho, além de desempenharem papel fundamental para o desenvolvimento da alta tecnologia, sendo as cidades de internacionalização ativa as *idades-atores*; já as cidades de internacionalização passiva são reconhecidas como *idades-espaço*, pois elas não possuem grande importância estratégica, atuando mais como acolhedoras de atividades internacionais.

Outra característica fundamental da cidade internacional é a perspectiva da integração entre os níveis do poder, isto é, para essas cidades atuarem de forma lícita e desimpedida elas precisam deixar que a participação de outras esferas do governo seja possível, pois isso não só permitiria que elas se desenvolvessem, mas que outras cidades, que não fazem parte de redes, também se beneficiassem através da propagação de projetos pelo governo nacional (SOLDATOS, 1996).

Soldatos (1996) fala que o principal benefício dessa cooperação entre as instâncias federal, estadual e municipal é a visão estratégica, além da incorporação de alguns atores privados, representados pelos empresários, que podem investir em projetos e ter um retorno financeiro do governo, através da redução de impostas ou outras taxas sobre seus produtos ou serviços.

Do outro lado, a cidade global apresenta um conceito mais abstrato, não facilmente delimitado, pois ela envolve um aspecto dentro da própria cidade, que é a sua influência sobre seus arredores. Saskia Sassen (2001 *apud* YAHN FILHO, 2005) mostra que há uma dicotomia, por exemplo, entre a Grande Londres e a cidade de Londres, bem como a Grande São Paulo da cidade de São Paulo.

A autora reforça sua teoria à medida que expõe a concentração de serviços de apoio aos demais setores produtores da sociedade nessas cidades em específico, sublinhando o teor pós-industrial delas. Funções, como a corporativa, precisam estar concentradas em algum local, que possa gerir uma economia global, por sua vez.

Percebe-se, então, que as sociedades subnacionais têm uma preocupação constante com o aspecto local e com o global, quando, por outro lado, a lógica nacional preocupa-se mais com o global e pouco com o local. Isso caracteriza a busca pela horizontalidade entre cidades e províncias para balancear os governos nacionais e diminuir sua influência (YAHN FILHO, 2011).

Segundo Rosenau:

No caso de micro-regiões, chama-se a atenção para o papel emergente de certas cidades e zonas econômicas “naturais” como formas sutis e nascentes de sistemas normativos transnacionais, que não são afiançados pelos Estados e que, ao contrário, emergem das atividades de outros tipos de atores que, pelo menos inicialmente, podem promover um deslocamento de autoridade da esfera política para a econômica (ROSENAU, 1998 *apud* YAHN FILHO, 2011, p. 71).

Yahn Filho (2011), ainda mostra que são diversas as redes globais que surgem com esse discurso de cooperação entre iguais e elaboração de estratégias comuns, amparadas por uma rede horizontal que as permite desenvolver suas potencialidades em política e representatividade.

Ressaltando que o desenvolvimento informacional não causa, necessariamente, uma cisão social, e sim o aprimoramento de competências cognitivas mais importantes do que outras, como a educação elevada e a tecnológica. Assim existe uma transferência de protagonismo na sociedade, para os que podem dominar facilmente tais competências (CARDOSO, 2005).

Cardoso (2005) nos traz, pela ideia da identidade, que uma rede global é composta por realidades sociais únicas, e que o maior desafio desse novo ator nas relações internacionais é garantir sua evolução e permanência no sistema internacional, permitindo-se aderir ao papel da nova sociedade em rede.

De certa forma o principal ponto de partida do entendimento sobre as redes de cidades gira em torno da economia informacional e global, caracterizada por sua base produtiva coordenada entre os centros urbanos. Tem-se, assim, a posicionamento frente à nova economia em rede, com a agilidade da informação e do processo decisório (CASTELLS, 1999).

Concomitante ao surgimento da sociedade em rede surge a conceituação da empresa em rede, que, inserida nessa nova relação econômica, traz uma cultura organizacional flexível, se comparada à velha verticalização de antigos modelos, ainda mais com o processo da rápida difusão de práticas e conhecimentos.

Ainda segundo Castells (1999), há uma tendência da sociedade em se engajar em rede pela perspectiva futura de possibilidades de inovação e reconstrução de paradigmas tecnológicos e informacionais, o que permite a flexibilidade e, de certa forma, um maior poder de barganha com outros atores estatais e não estatais.

Para se compreender essa cooperação, antes de qualquer coisa, precisam-se distinguir dois tipos de cooperação que a cidade pode exercer. A primeira é a horizontal, onde há a exclusividade de engajamento de governos locais, enquanto a segunda é definida

como vertical, pois também envolve, necessariamente, a participação do Estado, em sua unidade, ou através de OIs (ONUKEI, 2005).

Oliveira e Luvizotto (2011) aprofundam um pouco mais essas duas modalidades de cooperação, ao trazerem a horizontal enquanto uma atuação forte entre *idades-atores*⁷, e que assim se caracterizam por estarem dentro de uma rede detentora de autonomia para seus assuntos e suas políticas. Já a vertical seria formada pelas *idades-espaço*⁸, quando se há certa dependência de um ator Estatal para manter suas atividades ou concretizar projetos.

Elencamos, então, 2 (dois) exemplos relevantes de cooperação horizontal para contextualizar a formação das redes de cidades, e para melhor explicar o conceito de Onuki (2005), as *Eurocities* e a Rede Mercocidades, respectivamente. A Rede Mercocidades foi selecionada por ser o próprio objeto do presente trabalho; e as *Eurocities* para podermos comparar a RMC com outra rede semelhante e mais antiga.

O primeiro caso é uma cooperação entre cidades na região europeia, que não necessariamente fazem parte da UE⁹, como Kiev, na Ucrânia, Yerevan, na Armênia e Tbilisi, na Geórgia. Elas surgiram em 1986, pela conferência de Rotterdam¹⁰, que tratava da importância da cidade enquanto mecanismo de recuperação econômica pós-crise.

No contexto dessas cidades, a parceria com instituições governamentais, como a própria UE, permitiu que a rede crescesse em tamanho e influência, agregando mais de 180 participantes, entre membros e parceiros, que por sua vez estão divididos em temáticas diversas, como: economia, cultura, sociedade, mobilidade, cooperação e meio ambiente.

Como essa formação não depende dos investimentos da UE, devido ao capital de parceiros e outras formas de associação, ela não se encaixa enquanto uma formação vertical. Assim, o objetivo geral dessa rede é melhorar a vida dos cidadãos europeus através da troca de experiência e práticas dos governos locais, encorajando, assim, um intercâmbio econômico e cultural, o que culmina em três pilares centrais, segundo Meneghetti Neto:

[...] assegurar que a questão urbana seja colocada como prioridade na agenda política da União Européia; promover o desenvolvimento de projetos de cooperação transnacional entre as cidades-membros através da Europa; e intensificar uma ligação eletrônica (*networking*) entre as maiores cidades da

⁷ Conceito de Soldatos (1996).

⁸ Idem

⁹ Existem 4 (quatro) tipos de membros: membros plenos; membros associados; parceiros associados e parceiros de negócios associados, mas todos estão dispostos no mapa da associação. Link: http://www.eurocities.eu/eurocities/members/membership_categories

¹⁰ As cidades fundadoras da rede foram as seguintes: Barcelona, Birmingham, Lyon, Milan e Rotterdam, todas secundárias, isto é, não são as capitais dos seus países.

Europa, apesar das culturas diferenciadas, das diversas realidades políticas e socioeconômicas (MENEGHETTI NETO, 2005, p. 60).

O que se pode tirar do resultado desse projeto é a singularidade do seu desenvolvimento, isto é, de quanto ele cresceu em 30 anos de existência, da criação de revistas como a *Magazine Eurocities*, para divulgar as ideias da rede, dos encontros, dentre outras ações. E esse resultado está fortemente ligado, mais uma vez, ao apoio buscado em instituições estatais de sua região, colaborando com o interesse de várias partes interessadas.

O segundo caso, que será trabalhado no próximo capítulo, apresenta a integração entre cidades de vários Estados da América do Sul, que fazem parte dos blocos MERCOSUL e UNASUL. O principal objetivo dessa organização é trabalhar temáticas de interesse local, para o desenvolvimento de potencialidades das cidades.

Esses modelos de cooperação intermunicipal poderiam ainda ser classificados como regionais, caracterizado pela movimentação de temáticas dentro de uma região. Outro aspecto de diferenciação é por meio da análise do orçamento e da fonte de receita dessas duas entidades, pois as *Eurocities* possuem várias possibilidades através dos membros, enquanto a RMC possui uma quantidade menor de *status* para associados.

Logo, conforme visto nesse capítulo, as cidades possuem diversos estímulos para participarem ativamente no contexto internacional, diretamente com outras cidades ou em arenas multilaterais. Os temas abordados são os mais diversos possíveis, o que dá a possibilidade dos municípios escolherem quais potencialidades querem trabalhar e com quem querem trabalhar.

Das redes pesquisadas, a RMC foi uma das organizações com o maior número de temáticas e subgrupos, num total de 22, o que permite o engajamento de cidades em posições de destaque e relevância, enquanto gestoras de áreas estratégicas da sua própria realidade local.

CAPÍTULO 2: A REDE MERCOCIDADES

Após exposição das motivações gerais que levam as cidades a se engajarem em redes, o presente capítulo abordará as características mais específicas da Rede Mercocidades, sua estrutura e suas consequências para as cidades de diferentes países da América do Sul. Buscaremos expor algumas experiências relevantes de alguns municípios chilenos, argentinos, paraguaios e uruguaios e brasileiros dentro da Rede.

2.1 Retrospecto histórico

A criação da Rede não pode ser entendida como um simples acordo entre cidades de Estados dentro do MERCOSUL, ou como uma iniciativa isolada, mas sim como um fenômeno de convergência de interesses e perspectivas que antes estavam separados pela falta de integração e de compartilhamento de informações (RIBEIRO & ANDRADE, 2013).

Muito além da própria experiência de formação do MERCOSUL, em 1991 com o Tratado de Assunção, algumas cidades latino-americanas já possuíam laços bilaterais e multilaterais entre si e com outros países fora do continente, sendo um exemplo disso o acordo direto entre entes subnacionais do Brasil e Argentina, o acordo CRECENEA-CODESUL (Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino-Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul), do ano de 1988 (CODESUL, [200?]).

Esse acordo foi feito, do lado do Brasil pelos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e da parte da Argentina pelas províncias de Corrientes, Chaco, Entre Ríos, Formosa, Misiones e Santa Fé, com o intuito de promover a integração e a cooperação econômica dentro dessa região (CODESUL, [200?]).

Outro fator relevante para entendermos o porquê da cooperação entre cidades na América do Sul é a crise da década de 80, mais especificamente entre os anos de 1980 e 1988, quando a taxa de inflação, em vários países do Cone Sul, estavam muito elevadas, segundo dados do Fundo Monetário Internacional citados por Cardoso (1988, p.21).

Por ter afetado diretamente esses países e, conseqüentemente, suas cidades, dispostas na ponta da implementação de políticas públicas, houve um impacto nas estruturas municipais, e elas precisavam, de alguma forma, balancear esse aspecto negativo (RIBEIRO & ANDRADE, 2013).

Ribeiro e Andrade (2013) comentam que isso gerou desemprego, empobrecimento, degradação da infraestrutura social, concentração nas áreas urbanas; e os governos nacionais não conseguiam minar isso em todas as localidades, cabendo a estas procurarem formas alternativas de financiamento e desenvolvimento.

É quando surge a Rede Mercocidades, em 1995, com o intuito de permitir essas cidades da região sul-americana uma participação conjunta em temas estratégicos locais e levar a pressão para as esferas superiores, Estados e OIs. Isso está embasado no quesito da representatividade do local no contexto internacional, algo que as localidades já almejavam (MERCOCIUDADES, [200?]).

Segundo Gomes (2005), isso tudo está caracterizado dentro de um desejo maior que é o de levar os interesses locais para o âmbito multilateral dos Estados da América do Sul, o MERCOSUL, isto é, institucionalizar as atividades desenvolvidas pelas cidades. A partir da pressão da Rede Mercocidades foi possível criar, dentro do MERCOSUL, a Reunião Especializada de Municípios e Intendências (REMI) em 2000, como um órgão auxiliar do Grupo Mercado Comum (GMC).

A criação da Reunião Especializada de Municípios e Intendências (REMI), em 2001, foi uma evidente conquista de Mercocidades e a concretização de uma de suas principais bandeiras políticas. A REMI criava finalmente o espaço institucional, a “caixinha” destinada às cidades, dentro do organograma formal do bloco. A conquista de maior institucionalidade, no entanto, acabou por gerar a armadilha do “engessamento” da ação. A maior institucionalidade não garantiu necessariamente mais espaço político, mais apoio ou mais reconhecimento. Pelo contrário, acabou por gerar justamente o resultado oposto (KLEIMAN, 2010, p.61).

Assim, segundo Kleiman (2010), esse organismo se mostrou totalmente alegórico para os atores subnacionais, uma vez que a atuação local era tratada como um tema dentro da cooperação internacional, o que deixava os municípios sem qualquer voz na participação estratégica, ou mesmo capazes de propor agendas de discussão. Esse ocorrido se deu, principalmente, pela dificuldade das partes decisórias, o GMC e o Conselho Mercado Comum (CMC), de gerirem o nacional e o local simultaneamente.

Com isso a REMI foi remodelada e substituída pelo Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR), criado em 2004¹¹. Fróio et al. (2017, p. 6, no prelo) mostram que essa substituição não surge somente

¹¹ Mesmo com sua criação em 2004, suas operações efetivas (reuniões e propostas de ações e projetos) só começam em 2007 (FRÓIO et al., 2017, no prelo).

como resposta ao fracasso da REMI, mas também “como resultado da persistência e do interesse dos governos subnacionais de ampliar e melhorar a articulação e coordenação das suas atividades perante o MERCOSUL”, ao passo que atividades passam a ser planejadas com base no interesse municipal e estadual.

No entanto, ainda segundo os autores, mesmo com essa reformulação da participação subnacional dentro do bloco econômico sul-americano em questão, por não haver o consenso dos Estados quanto ao local do FCCR dentro da estrutura institucional, cada um adota uma posição diferente. E isso culmina em vários projetos e ações propostos, mas sem execução, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Ações propostas, realizadas/em execução e paralisadas entre 2007 e 2014 dentro do FCCR

Coordenação da ação	Propostas	Realizadas/Em execução	Paralisadas
Estadual e Municipal ¹²	13	4	9
Municipal ¹³	24	9	15

FONTE: **Elaboração própria** com base em FRÓIO et al. (2017, no prelo).

Essa tabela mostra o quanto o FCCR ainda se apresenta como problemático, mesmo após a reforma da REMI, pois existem mais ações paralisadas do que concretizadas. Mesmo assim a concretização de projetos de atuação exclusivamente municipal supera a dos que envolvem a esfera estadual. De 24 (vinte e quatro) propostas dos municípios, 9 (nove), ou 37,5%, foram executadas, enquanto das 13 (treze) propostas por estados e municípios, 4 (quatro), ou 30,7%, foram efetivadas.

Assim, mesmo com o FCCR ainda não representando uma vitória completa das cidades dentro do MERCOSUL, tem-se a ciência que o papel e a relevância dos agentes subnacionais cresceu substancialmente nas últimas décadas, ao ponto de conseguirem agilizar o seu reconhecimento internacional perante os países, principalmente no contexto político e econômico da AL.

Toda essa discussão serviu como base para desenvolver e fortalecer o conceito da RMC, dentro do âmbito institucional do MERCOSUL, e, também, no contexto dos países que fazem parte desse bloco. E a criação do FCCR foi uma das maiores conquistas da Rede, pois demonstra os esforços de levar a voz das cidades para decisões políticas internacionais.

¹² Ações de relacionamento e cooperação

¹³ Ações de cidadania regional e integração produtiva

Tendo isso como base, o processo histórico da Rede de Mercocidades foi resultado de uma série de desejos e alguns acordos entre as unidades subnacionais do Cone Sul. As integrantes iniciais desse projeto (Assunção, Montevidéu, Brasília, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Santiago do Chile), na ocasião de março de 1995, estavam reunidas através da União de Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI¹⁴) (GRANATO & ODONE,2007).

O primeiro acordo firmado, nesse mesmo mês e ano, foi a Declaração de Assunção, na qual se tinha expresso a intenção de se desenvolver uma rede de cidades do MERCOSUL, denominadas Mercocidades. Posteriormente, em julho de 1995 na cidade de Porto Alegre, houve a assinatura do Compromisso de Porto Alegre, quando essas localidades manifestaram-se a favor de um protagonismo regional nos moldes de uma integração horizontal de seus governos. Ainda foi definida uma data para a firmação do acordo definitivo, que seria em novembro do mesmo ano, além da definição das características que essa nova organização teria. (MERCOCIUDADES, [200?]).

Ainda segundo a *homepage* da Rede Mercocidades, em novembro de 1995 na cidade de Assunção, como mencionado anteriormente, houve a assinatura da Ata de Fundação da Mercocidades, em cuja ocasião estiveram presentes os prefeitos, alcaides e intendentes¹⁵ de várias instâncias dos Estados do MERCOSUL. As cidades fundadoras são as seguintes: Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador no Brasil; Rosário, La Plata e Córdoba, na Argentina; Assunção, no Paraguai; Montevidéu, no Uruguai.

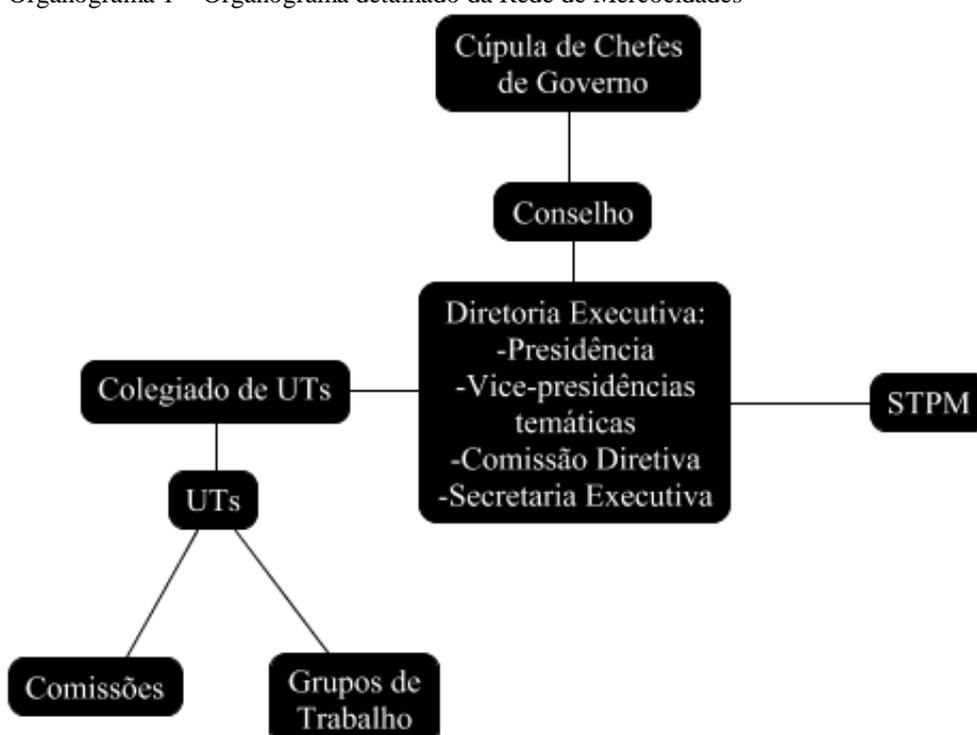
2.2 Estruturação

A estrutura da Rede Mercocidades, de acordo com o seu Estatuto, está dividida em 5 (cinco) instâncias, conforme exposto no Organograma 1, são elas: Cúpula de Chefes de Governo; Conselho; Direção Executiva, formada pela Presidência, Vice-Presidências temáticas, Comissão Diretiva e Secretaria Executiva; Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades (STPM), Colegiado de Coordenadorias de Unidades Temáticas (UTs), formado por Unidades Temáticas, Grupos de Trabalho e Comissões.

¹⁴ É uma rede internacional global formada por 29 cidades da Iberoamérica, com o intuito de organizar *workshops* temáticos e capacitações para funcionários públicos. Link: <http://www.rio.rj.gov.br/web/relacoesinternacionais/cooperacao-multilateral>

¹⁵ No contexto do presente trabalho, os termos prefeito, alcaides e intendentes serão interpretados da mesma forma, assim como o é dentro da Rede de Mercocidades, conforme organograma da mesma.

Organograma 1 – Organograma detalhado da Rede de Mercocidades



FONTE: **Elaboração própria**, como base no Estatuto da Rede Mercocidades

A Cúpula de Chefes de Governo é o órgão máximo da Rede, sendo composta por todos os chefes de governo municipais, das cidades-membro, desde que eleitos democraticamente. Essa reunião se dará anualmente por convocação do Presidente, ou por convocação de 50% (cinquenta por cento) dos membros adimplentes.

Além disso, é durante a reunião ordinária que acontece a eleição dos membros para o Conselho, da Diretoria Executiva e dos representantes das UTs, quando devem estar presentes as autoridades máximas das localidades, ou, quando estas estiverem impossibilitadas, um encarregado de primeiro nível do governo municipal, devidamente designado.

Algumas das responsabilidades dessa instância incluem: aprovação do Estatuto e suas propostas de alteração, aprovação do Regulamento Interno, decisão sobre a dissolução da Rede, atuação de segundo nível em decisões e arbitragem, eleição da sede da Presidência e das cidades responsáveis pelas UTs, resolução de casos omissos no Estatuto, dentre outras.

Por fim, essas reuniões serão realizadas com qualquer número de representantes das cidades, e as deliberações dar-se-ão por voto de maioria simples, tendo a Presidência o voto de qualidade.

O Conselho, por sua vez, é o órgão superior de administração da Rede, formado pelas cidades-membro, sendo 8 (oito) de cada país do MERCOSUL e da UNASUL, bem como o total de membros da Comissão Diretiva, Secretaria Executiva, e STPM.

A participação em votação das cidades conselheiras só será permitida quando da presença do prefeito ou do representante legalmente designado. As votações e encontros ocorrerão, ordinariamente, de forma semestral, por convocação da Diretoria Executiva, ou por 50% (cinquenta por cento) dos seus membros.

Um fator interessante é que são feitas duas reuniões do Conselho, uma para definir a pauta, e outra para discuti-la. Da primeira não participam os membros da Diretoria Executiva e da STPM, cabendo, assim, aos restantes, aqui tidos como Comissão Assessora, o papel de propor temas de seu interesse e competência.

Dentre as competências do Conselho, temos: definição e promoção de eventos que propaguem os ideais da Rede, promoção dos seus objetivos, apreciação dos pedidos de ingresso e exclusão de membros, análise dos pedidos para o cargo de Presidência e vice-presidências temáticas, aprovação do orçamento, supervisão da Diretoria Executiva e a divulgação do relatório de funcionamento da Rede, bem como de suas atividades.

A Diretoria Executiva, em sequência, é a dirigente da Rede, coordenando e integrando todas os demais setores. A ela cabe comandar atividades quanto à gestão financeira e administrativa da Rede, elaborar e executar o orçamento, coordenar o Colegiado de Coordenadores de UTs e definir as estratégias de atuação da Rede e das UTs.

Para tanto, ela conta com 4 (quatro) subdivisões, a saber: Presidência, Vice-presidências temáticas, Comissão Diretiva e Secretaria Executiva. A primeira é responsável por convocar e presidir o Conselho e a Diretoria Executiva. E suas competências estão voltadas à representação oficial da Rede em outros âmbitos, convocação de reuniões da Comissão Assessora, antes da do Conselho, dentre outros.

Para concorrer à Presidência da Rede faz-se necessário, antes de mais nada, apresentar propostas de atuação para a Rede, além de encaminhar a solicitação formal para o Conselho, que, junto à STPM, divulgará todo o material recebido para os demais integrantes da entidade. Todo esse processo deve ser feito 3 (três) meses antes da reunião ordinária da Cúpula de Mercocidades.

O executivo designado como presidente, pode, a sua escolha, transferir atividades administrativas para o seu município, desde que pertinentes e que colaborem com o

cumprimento do seu mandato, cuja duração será de 1 (um) ano, com possibilidade de reeleição uma única vez.

A segunda tem um papel de suporte, tanto à Presidência quanto às UTs, além de ter a responsabilidade de promover a Rede junto aos governos locais, as vice-presidências devem promover seus respectivos temas junto às localidades, tendo seu mandato de, também, 1 (um) ano.

Enfatizam-se, então, os temas trabalhados por essas vice-presidências, que estão dispostas em 2 (dois) grupos: fixo e transitório. O fixo, na atual gestão, é composto pelos temas: Relações Institucionais, Integração Social e Economia Urbana. No transitório, têm-se: Integração Fronteiriça e Desenvolvimento Urbano Sustentável e Mudança Climática.

A terceira, a Comissão Diretiva, é mais um organismo de apoio à Diretoria Executiva, uma vez que tem em sua composição a cidade-membro que preside a Rede, a cidade que presidiu na gestão imediatamente anterior, e o município que exercerá esse mesmo cargo na gestão posterior. Além disso, ela também tem o papel de ajudar na coordenação de algumas UTs, como a de Cooperação Internacional.

Por último a Secretaria Executiva, que é designada diretamente pelo presidente da Rede, tem os deveres de: manter as cidades-membro informadas das iniciativas da Rede, promover e acompanhar as ações dos vice-presidentes temáticos e coordenar atividades de implementação de agenda de discussões e proposições.

Além disso, ela deve se responsabilizar pelo local da sede das Mercocidades, pela remuneração do pessoal, pelo material necessário ao seu funcionamento, e pelas diárias, passagens aéreas e hospedagens, principalmente quando ocorre a Cúpula ordinária.

Cabe ressaltar que a questão das passagens aéreas não é obrigatória de ser arcada pela Rede, devendo os municípios que desejem participar da reunião custearem seu transporte, pois o orçamento da Rede não é tão alto quando comparado com outras entidades de governos municipais, como a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), por exemplo. Na entrevista que fizemos com Roberto Y Plá Trevas¹⁶, Assessor de Captação de Recursos e Relações Internacionais da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes (PE), ele expôs que o que se paga na Mercocidades “é uma taxa pequena, na verdade, se comparada com a taxa que a gente paga para a FNP, que se não me engano é cerca de R\$ 40.000,00” ao ano?

¹⁶ Assessor Especial de Captação de Recursos Externos e Relações Internacionais da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes e ex-Gerente Geral de Governos e Organismos Multilaterais da Secretaria de Governo do Estado de Pernambuco.

O Colegiado de Coordenadores das UTs possui como obrigações: remeter à Diretoria Executiva relatórios quadrimestrais sobre as atividades realizadas; apresentar propostas a serem implementadas a curto, médio e longo prazos; e coordenar as atividades das UTs, com orientação da Diretoria Executiva e supervisão da Secretaria Executiva.

Subordinadas a esse Colegiado estão as Unidades Temáticas propriamente ditas. Estão divididas entre cidades Coordenadoras e Vice-Coordenadoras. Elas são responsáveis pelo desenvolvimento de temas específicos inerentes ao conceito da Rede Mercocidades, com foco no avanço desse assuntos específicos nas regiões, e o estímulo a novas entradas na entidade.

As temáticas, desde a criação da Rede em 1995, já foram bastante modificadas, reorganizadas e subdivididas, como pode ser observado no Apêndice A. De qualquer forma, a Rede mantém certo padrão quanto ao direcionamento das mesmas. No início existiam 9 (nove) UTs, que eram: Planejamento Urbano e Ambiental; Ciência e Tecnologia; Turismo; Cultura; Legislação e Política Tributária; Comércio Exterior; Desenvolvimento Social; Municipalidades e Universidades; Gestão Municipal e Planificação Estratégica

Atualmente, na gestão da cidade de São Paulo (2015-2016), têm-se 15 (quinze) UTs, a saber: Meio Ambiente e Sustentabilidade; Autonomia e Gestão; Ciências e Tecnologia; Cooperação Internacional; Cultura; Desenvolvimento Econômico Local; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Urbano; Educação; Gênero e Município; Integração Fronteiriça; Juventude; Planificação Estratégica; Segurança Cidadã; Turismo.

Dentro da Rede, ainda, existem diversos grupos de trabalho e comissões, que operam na mesma lógica de Coordenação e Subcoordenação, como as UTs, mas cujos escopos estão, de certa forma, subordinados àquelas. Os grupos de trabalho, pormenorizados no Apêndice B, são os seguintes: Cultura de Esporte, Atividade Física e Recreação; Descapacidade e Inclusão; Comunicação. Já as comissões, vide Apêndice C, são as seguintes: Economia Social e Solidária; Fomento de Negócios; Direitos Humanos; Cooperação Descentralizada.

Esses grupos e comissões apresentam sua formação mais recente, se comparado com as UTs, pois datam da gestão de Canelones (2008-2009), e são desenvolvidos com o intuito de gerar mais espaços para a participação dos membros, e especializar algumas temáticas, em áreas comuns e de interesse dos membros.

Para as localidades poderem se inserir em qualquer uma dessas atividades, além de estarem adimplentes com a anuidade da Rede, devem apresentar algum projeto ou proposta de atuação durante a reunião da Cúpula de Mercocidades.

As principais competências das UTs são: formular e propor políticas públicas comuns, que possam ser implementadas no âmbito da Rede; promover pesquisa e divulgação de experiências e políticas públicas desenvolvidas em qualquer cidade do mundo; promover eventos de discussão acerca dos seus respectivos temas; preparar bancos de dados que sirvam como referencial para o tema que coordena, e de fácil compreensão.

A última instância, a STPM, é outro órgão assessor da Diretoria Executiva, cujas competências são: dar continuidade à memória institucional da Rede; apoio técnico-administrativo da Secretaria Executiva; arquivar e difundir os documentos da Rede.

Tabela 3 – Resumo dos órgãos, suas atribuições e a rotatividade da Rede Mercocidades

Órgão		Principais Atribuições	Rotatividade
Cúpula de Chefes de Governo		Eleger a Diretoria Executiva e as UTs; Aprovação do Estatuto e Regulamento Interno e suas propostas de alteração; Decisão sobre dissolução da Rede; Atuação de segundo nível em decisões e arbitragem; Resolução de casos omissos no Estatuto	-
Conselho		Apreciar novos membros e excluir os inadequados; Definição e promoção de eventos que propaguem a Rede; Apreciar dos pedidos para o cargo de Presidência e Vice-presidências temáticas; Aprovação do orçamento; Supervisão da Diretoria Executiva	1 ano
Diretoria Executiva	Presidência	Presidir o conselho e a Diretoria Executiva; Representar a Rede em outros âmbitos; Convocar reuniões da Comissão Assessora	1 ano
	Vice-presidências temáticas	Dar suporte à Presidência quanto às UTs; Promover a Rede junto aos governos locais	
	Comissão Diretiva	Dar suporte à Diretoria Executiva como um todo; Ajudar na coordenação de algumas UTs	
	Secretaria Executiva	Manter as cidades-membro informadas sobre a Rede; Promover e acompanhar as ações das vice-presidências temáticas; Coordenar a implementação de agenda de discussão; Responsabilizar-se quanto ao local da sede da Rede e pelos materiais de funcionamento; Remunerar o pessoal;	

STPM		Garantir a memória institucional da Rede; Apoio técnico-administrativo da Secretaria Executiva; Arquivar e difundir os documentos da Rede	Permanente
Colegiado de UTs		Remeter à Diretoria Executiva relatórios quadrimestrais sobre as UTs; Coordenar as UTs; Apresentar propostas de curto, médio e longo prazos para as UTs	1 ano
UTs	Autonomia e Gestão	Promover suas respectivas temáticas dentro da Rede; Formular e propor políticas públicas comuns, que possam ser implementadas no âmbito da Rede; Promover pesquisa e divulgação de experiências e políticas públicas desenvolvidas em qualquer cidade do mundo; Promover eventos de discussão acerca dos seus respectivos temas; Preparar bancos de dados que sirvam como referencial para o tema que coordena, e de fácil compreensão.	1 ano
	Ciência e Tecnologia		
	Cooperação Internacional		
	Cultura		
	Desenvolvimento econômico local		
	Desenvolvimento social		
	Desenvolvimento urbano		
	Educação		
	Gênero e Município		
	Integração fronteiriça		
	Juventude		
	Meio Ambiente e Sustentabilidade		
	Planificação Estratégica		
	Segurança Cidadã		
Turismo			
Grupos de Trabalho	Cultura, Esporte, Atividade Física e Recreação	1 ano	
	<i>Descapacidade</i> e inclusão		
	Comunicação		
Comissões	Economia Social e Solidária	1 ano	
	Fomento de Negócios		
	Direitos Humanos		
	Cooperação Descentralizada		

FONTE: **Elaboração própria** com base no Estatuto da Rede

2.3 Procedimentos e Disposições Gerais

Ao analisar o Estatuto das Mercocidades e seu Regulamento Interno¹⁷, temos algumas disposições gerais que tratam do processo de manutenção da Rede, bem como da entrada de novos membros e de aspectos financeiros.

Para uma cidade participar da Rede, além de estar inserida em um Estado que faça parte do MERCOSUL e UNASUL¹⁸, tem-se um processo padrão que é feito anualmente na Cúpula de Mercocidades. O prefeito da cidade deve enviar uma carta de intenções diretamente ao Conselho da Rede, cujo conteúdo deve apresentar, além de informações gerais, documentos com as características do município.

Com o fim dessa primeira parte, a cidade pode obter o título de membro ou de colaborador postulante. Assim, esse município-membro passa a deter alguns direitos dentro da entidade, como: fazer parte da Cúpula de Chefes de Governo, votar e participar das instâncias formais da Rede. No entanto os postulantes não têm direito ao voto, sendo a eles somente dada a possibilidade de participar das Cúpulas e das reuniões das UTs.

Quanto aos deveres dos membros, temos: participar dos eventos promovidos pela Rede; cumprir os termos do Estatuto e zelar pelos objetivos e continuidade das Mercocidades. Enfatiza-se que o único órgão da Rede que pode cessar a participação de um membro, quando esse não cumprir suas obrigações, é a Cúpula de Chefes de Governo, com base no Regulamento Interno da mesma.

O patrimônio da Rede é composto por 3 (três) cotas diferentes, sendo 2 (duas) internas e 1 (uma) externa. As internas são as anuidades e a renda proveniente das atividades da Rede, sendo a primeira paga anualmente pelos colaboradores e pelas cidades-membro, de acordo com o tamanho de sua população; e a segunda é a arrecadação com palestras, workshops, inscrições para eventos que a Rede promove.

A externa provém do investimento direto realizado por entidades públicas e privadas que visam a manutenção da Rede e de suas atividades. Isso pode ser feito diretamente em algum município, que porventura esteja desenvolvendo algum projeto, ou ao tesouro da Rede. Assim esses financiamentos acontecem tanto nacional quanto internacionalmente.

¹⁷ Estatuto e Regulamento Interno da Rede Mercocidades estão disponíveis em: <http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2272>

¹⁸ Segundo o Artigo 5º do Estatuto da Rede: “Podem associar-se a MERCOCIDADES todas as cidades dos países pertencentes ao MERCOSUL e à UNASUL cujos governos tenham sido eleitos democraticamente”.

Como mencionado anteriormente, as cidades possuem categorias de acordo com o seu tamanho populacional, e a Rede, a partir de 2002, remodelou seu escopo de atuação, e passou a aceitar cidades com populações menores que 500.000 (quinhentos mil) habitantes. Segundo o Estatuto da Rede Mercocidades, existem 6 (seis) categorias de cidades, e suas respectivas cotas anuais, que podem ingressar na Rede, o que reforça seu intuito integrativo e multiplicador de entradas, conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Anuidade da Rede Mercocidades por tamanho populacional

População	Anuidade (US\$)
< 100.000	500,00
100.000 - 499.999	2000,00
500.000 - 999.999	3000,00
1.000.000 - 1.999.999	4000,00
2.000.000 - 2.999.999	5000,00
> 3.000.000	6000,00

FONTE: **Elaboração própria** com base no Estatuto da Rede.

Nesse momento, faz-se necessário falar sobre o marco regulatório da Rede Mercocidades, isto é, quando a cidade fica impedida de exercer suas funções na Rede se não estiver em dia com o pagamento. Assim não poderá concorrer à Presidência, Coordenadoria e Subcoordenadoria de UTs, votar e ser votada. Isso está previsto no Estatuto da Rede, que entra em revisão periodicamente a cada 5 (cinco) anos, e reforma a cada 10 (dez) anos.

Ainda no Regulamento Interno da Rede, além das disposições sobre o patrimônio, são enumerados alguns casos especiais quanto a esse pagamento anual dos membros. Um desses casos é que a localidade pode ficar sem pagar a anuidade correspondente a 1 (um) único ano, desde que haja autorização da Diretoria Executiva.

Nas Mercocidades, também, existem sanções para os membros e colaboradores que não cumprirem seus deveres e/ou não pagarem suas taxas. Os seguintes itens são aplicados nessa situação: observação feita ao município; perda de direito de voto; perda do direito de se candidatar à gestão das UTs, Conselho e Diretoria Executiva; imagem negativa dentro e fora da Rede, como membro que não cumpre suas obrigações.

Os dois primeiros itens se encaixam para as que omitem o pagamento de 1 (um) ano, já as cidades que omitirem pagamento por 2 (dois) anos consecutivos, ou 3 (três) alternados, sofrerão as três primeiras sanções. E, por fim, a omissão por 3 (três) anos consecutivos gerará a aplicação de todas as sanções.

Um fator curioso em todo esse procedimento é quanto à não-exclusão da cidade-membro, ou colaborador, inadimplente da Rede Mercocidades. Analisando as atas das Cúpulas, de 1995 até 2015, percebe-se que muitas cidades param de comparecer, mas continuam constando como membros no mapa da Rede. De acordo com Gabriela Tedeschi Cano¹⁹, subsecretária de Relações Internacionais na Universidad Nacional del Comahue de Neuquén, isso ocorre porque a Rede preza pelo ideal de inclusão:

Sim, a rede está sempre em processo de construção, né, e também as experiências vão fazer com que, vão trazendo aprendizagem, então claro, essa flexibilização das taxas, por exemplo, e até uma certa... não existe uma rigidez nesse pagamento, então também se tem essa possibilidade... O que acontece em muitos casos das cidades é que elas necessitam dos governos para poder fazer os pagamentos, são processos que não são fáceis, e não são rápidos. E existe uma tolerância em relação a isso, se eu posso dizer é porque eu trabalhei de perto com a rede, e sei que essa tolerância existe, porque a ideia não é excluir, ao contrário, é aumentar essa participação e permitir que ela seja algo mais amplo possível (CANO, entrevistada em Setembro de 2016).

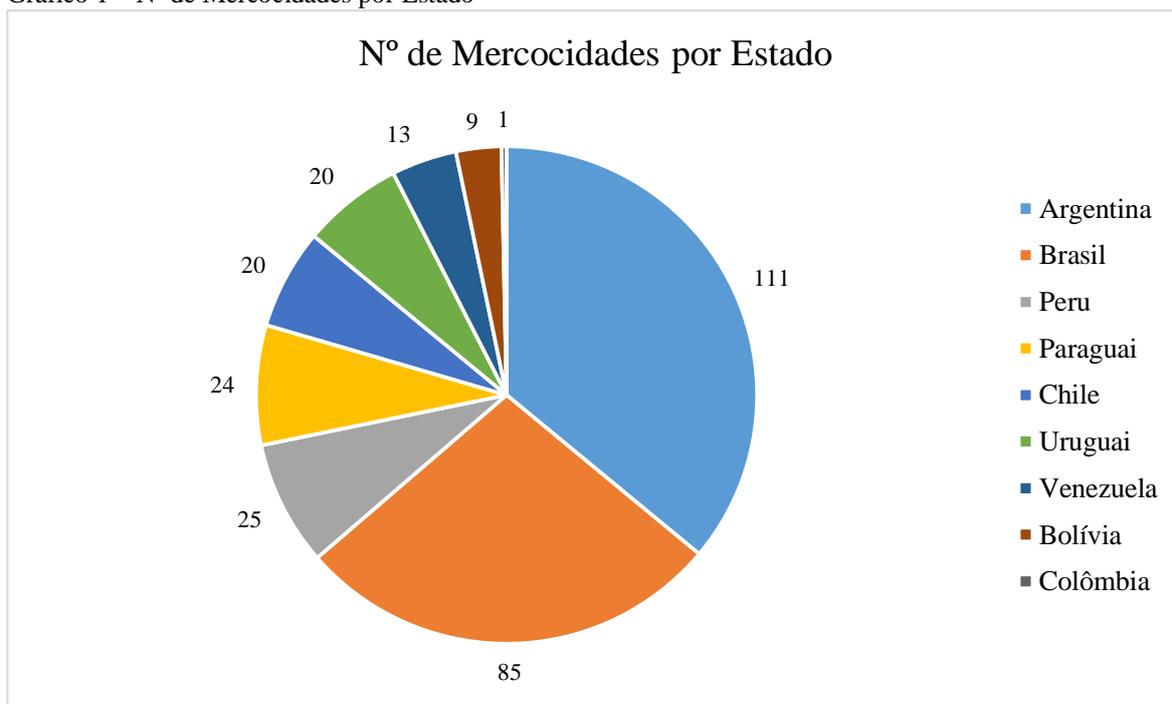
A responsável pela administração dos recursos financeiros da Rede, conforme disposto em seu Regulamento Interno, é a Diretoria Executiva, auxiliada pelo secretário executivo. Preza-se bastante pela transparência, ao passo que existem discriminadas todas as atividades que requerem esse dinheiro. Algumas dessas atividades são: custear a edição da Revista Diálogo, que é a publicação oficial da Diretoria Executiva para difundir as ações das Mercocidades; realizar a premiação da UT de Ciência e Tecnologia; publicar os trabalhos das UTs.

2.4 O Impacto da Rede nas Cidades

Atualmente a Rede conta com 308 municípios, listados no próprio site da Rede Mercocidades, sendo que 36% são de cidades argentinas, 27,5% de cidades brasileiras, 8% de cidades peruanas, 7,8% paraguaias, 6,5% chilenas, 6,5% uruguaias, 4,4% venezuelanas, 3% bolivianas, e 0,3% colombiana. O número total de cidades-membro por país pode ser identificado no Gráfico 1 abaixo.

¹⁹ Subsecretária de Relações Internacionais da Universidad Nacional del Comahue; Ex-Vice-diretora de Relações Internacionais de Santo André (2006-2007); Ex-Coordenadora de Relações Internacionais de Morón (2007-2008)

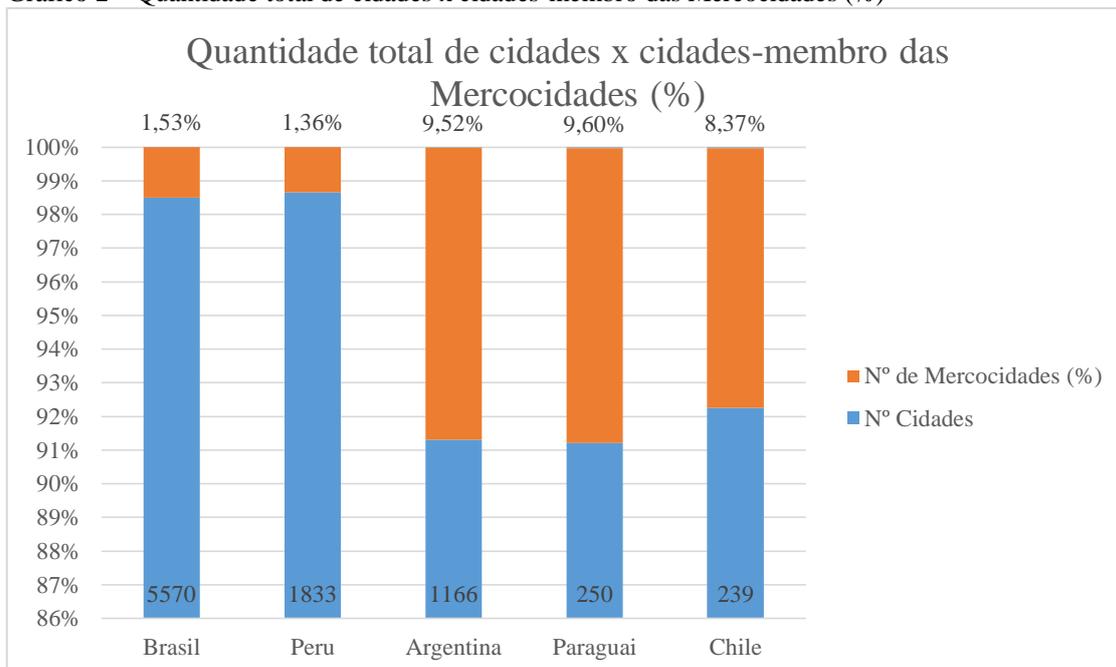
Gráfico 1 – N° de Mercocidades por Estado



FONTE: **Elaboração própria** com base na *homepage* das Mercocidades

No Gráfico 2, é possível verificar qual o percentual de cidades-membro no universo total de cidades dos 5 (cinco) países com maior número de Mercocidades.

Gráfico 2 – Quantidade total de cidades x cidades-membro das Mercocidades (%)



FONTE: **Elaboração própria**, com base no Instituto Nacional de Estadística e Informática do Peru (INEI); Instituto Nacional de Estadística do Chile (INE); Instituto Nacional de Estadística y Censos da Argentina (INDEC); Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos do Paraguai (DGECC); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Observa-se que cerca de 1,5%, das 5570 cidades brasileiras, compõem a Rede. Trata-se de um percentual pequeno quando comparado com países como a Argentina e o Paraguai, que possuem, respectivamente, cerca de 9,5% e 9,6% de suas cidades integrantes na Rede Mercocidades.

Fazendo uma análise mais qualitativa, é possível verificar que muitos municípios da Rede experimentarem diversas atividades que agregaram valor a projetos de seu interesse. Alguns dos grandes temas discutidos na Rede e que geraram diversas parcerias são a juventude e o desenvolvimento local.

Muito dessa baixa participação das cidades brasileiras está justificado pela dimensão do Brasil, isto é, uma grande parte do limite brasileiro, especialmente a zona litorânea, não faz fronteira com outros países, o que não com a Argentina, Paraguai e Chile, por exemplo. A concentração de Mercocidades brasileiras, como veremos a seguir, está nas regiões sul e sudeste, onde existem questões fronteiriças ativas, como o acordo CRECENEA-CODESUL.

A seguir mostraremos alguns relatos, retirados do CDIPA e da Ação Educativa (2003)²⁰ e de Godoy (2011), sobre as atividades desenvolvidas no âmbito dessas duas temáticas em algumas cidades do Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Brasil. O intuito é mostrar como a Rede pode ser utilizada pelos seus membros e quais têm sido os resultados obtidos.

Na cidade de Concepción do Chile houve a preparação do Plano de Desenvolvimento Juvenil, pelo Departamento de Juventude da cidade, que buscava inserir os jovens nas discussões sobre direitos e democracia, ao passo que os estimulava a trazerem suas vontades para a arena política. Ele foi dividido em duas etapas: a etapa de concepção do plano, entre 1998 e 2000; e a fase de execução, entre 2000 e início de 2003, conforme relatório da CIDPA e da Ação Educativa (2003).

Ainda nesse relatório, quanto ao projeto, tem-se que está dividido em várias ações específicas, que buscam o envolvimento dos jovens no desenvolvimento da cidade. Alguns dos objetivos específicos eram: criação e administração de espaços comunitários, abertura

²⁰ Link para os relatórios:

Volume 2:

<http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/Modulos/Juventud/Volumen2.pdf>

Volume 3: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/1828>

de escolas comunitárias, gerar emprego para os jovens, conscientização sobre cidadania e direitos dos jovens, segurança cidadã, etc.

Os autores desse relato apontam que 87,9% da juventude chilena (entre 15 e 29 anos) está localizada na zona urbana, mas que existe todo um processo de exclusão e de precariedade para a sua maioria. E isso gera uma demanda por atividades e outras preocupações inerentes a essa parcela da sociedade, que encontra nos projetos da Mercocidades uma maneira de superar as adversidades.

O Plano de Desenvolvimento Juvenil é formulado, em sua maior parte, pelos jovens mais carentes da cidade de Concepción, e está direcionado não só para esse público comunitário, mas também para os jovens que habitem a cidade. E um diferencial disso é o foco da ação, que não está restrito a temas da juventude, visto que busca, antes de mais nada, a preservação global da cidadania.

Na Argentina temos 3 (três) experiências relevantes, sendo 1 (uma) na cidade de Pergamino, e 2 (duas) na cidade de Rosário. Os temas variam entre juventude e desenvolvimento local, por isso buscamos trazer um panorama mais geral de como esses municípios estão inseridos no contexto internacional, além da Rede Mercocidades.

Em Pergamino, conforme o relatório da CIDPA e da Ação Educativa (2003), o foco das políticas foi no planejamento familiar e no controle e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis entre os jovens. O departamento envolvido, dessa vez, foi o da saúde, cujas ações começaram em 1992.

Os autores relatam que os benefícios desse programa são: a transferência de experiência, que afeta não só o contexto urbano, mas também o rural; inserção da variável de gênero, destacando a figura da mulher jovem; vai além do aspecto da saúde, uma vez que conta com o sistema educativo para conscientizar os jovens, etc.

Algumas entrevistas são trazidas para a discussão, entre beneficiários e outras partes impactadas diretamente, e o resultado na cidade foi, segundo relatório da CIDPA e da Ação Educativa (2003):

Segundo os entrevistados e a documentação disponibilizada pelos responsáveis do Programa, o impacto das ações desenvolvidas foi amplo e se comprova pelo cumprimento dos objetivos pensados. Assim mesmo, durante os últimos anos uma externalidade positiva das atividades desenvolvidas é o fato de se haver produzido uma base de dados que prove o seguimento pessoal das beneficiárias diretas. E o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência com o Hospital Provincial.

Por último, foram registrados resultados de relativas transformações nas condutas dos jovens no quesito da conscientização sobre as doenças sexualmente

transmissíveis, o cuidado da saúde e a prevenção da gravidez cedo (CIDPA & AÇÃO EDUCATIVA, 2003, p. 118. **Tradução nossa**²¹).

No caso de Rosário, na temática de juventude, o programa desenvolvido versava sobre o fortalecimento de grupos e organizações juvenis, que buscava atingir alguns dados sobre desemprego dos jovens nesse município, que consistia em cerca de 56% dos jovens entre 15 e 19 anos, e 44% entre 15 e 24 anos, segundo censo de 2001 (CIDPA & AÇÃO EDUCATIVA, 2003).

A principal responsável pelo projeto foi a Secretaria de Promoção Social do município em questão, que promove o trabalho com os jovens da localidade, através da criação do Centro da Juventude. Alguns dos seus objetivos são: promoção de atividades que reconheçam direitos e a participação dos jovens, afirmação das relações sociais democráticas, coordenação das distintas áreas municipais para a inserção dos interesses dos jovens, etc.

Os autores do relatório da CIDPA e Ação Educativa (2003) retratam que, com a execução do programa, houve um maior vínculo entre a sociedade civil e o governo local, estimulando o trabalho sustentável, o empreendedorismo e outros projetos solidários. Posteriormente, em 2003, houve a Convocatória de Projetos Juvenis, quando foram aprovados 227 projetos, de jovens entre 15 e 35 anos.

Quanto às boas práticas do programa, cabe ressaltar o empoderamento de alguns segmentos dos jovens, principalmente o papel do gênero feminino, tendo como resultado uma discussão pluralista entre interesses e perspectivas. Isso faz com que a experiência possa ser facilmente transferida, uma vez que existe a possibilidade de consulta à toda a documentação desenvolvida, bem como às fases de implementação e evolução (CIDPA & AÇÃO EDUCATIVA, 2003).

No quesito desenvolvimento local, a cidade de Rosário possui um eixo dentro de sua Direção de Relações Internacionais, que é o Cidade-Cidade, cujo objetivo é

²¹ Texto original: Según los entrevistados y la documentación aportada por los responsables del Programa, el impacto de las acciones desarrolladas ha sido amplio que se comprueba en el cumplimiento de los objetivos planteados. Asimismo, durante los últimos años una externalidad positiva de las actividades desarrolladas es el hecho de haber producido una base de datos que pruebe el seguimiento personal de las beneficiarias directas. Y el establecimiento de un sistema de referencia y contrareferencia con el Hospital Provincial. Por último, se han registrado resultados relativos transformaciones en las conductas de los/as jóvenes en lo que hace a la concientización sobre las enfermedades de transmisión sexual, el cuidado de la salud y la prevención del embarazo temprano.

aprofundamento de vínculos históricos e desenvolvimento de políticas urbanas e a criação de espaços para a geração de técnicas e conhecimento (GODOY, 2011).

Godoy (2011) ainda levanta alguns dados sobre as demandas de diversos atores sociais, como: universidades, sindicatos, organizações não-governamentais. Ele relata de que forma isso afeta as transformações internas para adequação ao novo contexto internacional de mudança, como a criação de organismos de gestão de relações internacionais.

No Paraguai, podemos destacar duas experiências exitosas de cidades, em Villeta e em Fernando de la Mora, ambas na temática de juventude. O projeto desenvolvido na cidade de Villeta foi o Fomento a Criação de Microempresas no Departamento Central (FOCREA), cujos eixos principais era a empregabilidade e os microempreendimentos. Um dos diferenciais desse projeto foi a parceria entre o governo local e uma ONG de Desenvolvimento, também local (CIDPA & AÇÃO EDUCATIVA, 2003).

O Paraguai, segundo informações públicas e com o novo modelo de desenvolvimento, viria a enfrentar um grande período de estancamento econômico no início do século XXI. Para tanto uma das medidas que se buscou implementar foi o estímulo à abertura de novas empresas, e a partir de então fomentar esse processo por meio de políticas públicas.

O projeto conta, ainda, com fases de financiamento para as melhores propostas, e a própria propagação do mesmo, pelo menos, para 6 (seis) municípios vizinhos a Villeta. Isso, segundo as instituições autoras do relatório, traz maior riqueza e perspectivas para as ações.

Os jovens, nessa ação, eram o foco. Dos 51.025 alunos do ensino médio, por exemplo, 87,5% dos estudantes encontravam-se na zona urbana, e tinha-se uma demanda da preparação destes para o mercado de trabalho, através de oficinas de plano de negócios, mais uma vez, com o intuito de fomentar a abertura de empresas (CIDPA & AÇÃO EDUCATIVA, 2003).

Através desse programa, no município em questão, a área de Juventude e Trabalho foi desenvolvida e fortalecida, pois não existia perspectiva da criação desse segmento dentro da administração pública local. Com isso, houve treinamento de pessoal para gerenciar essa nova parte do governo, e, então, teve a percepção da importância dos jovens na economia municipal.

O projeto FOCREA constrói a primeira experiência formal existente no interior do município de Villeta, em matéria de juventude. No município não existe

funcionário que tenha, entre suas tarefas, a dinamização do tecido juvenil da comunidade, que conta com numerosos jovens que não contam com espaços formais de organização, para além das dinâmicas escolares.

Por isso, a instalação do projeto foi convertida em uma oportunidade para um dado tema e preocupação que não existia. Ao menos esse parece ser o ânimo das autoridades.

Desde esse perspectiva de déficits, o impacto não programado do projeto tem sido especialmente interessante no entorno do município, para quem o desafio é influenciar em matérias de capacitação e formação dos novos microempresários jovens de Villeta. Para isto estariam acordos e apoios políticos, especialmente departamentais, que permitiram fortalecer os microemprendimentos, particularmente através de novas linhas de financiamento (CIDPA & AÇÃO EDUCATIVA, 2003, p. 87. **Tradução própria**²²).

No caso de Fernando de la Mora, o projeto desenvolvido foi o da Ação Social Colorada, do ano de 2003. Foi criado por um grupo de jovens da zona norte da cidade, com o patrocínio da Secretaria de Juventude. O intuito dessa organização era levar serviços públicos e atividades à parte mais pobre da cidade, onde não chegava nada de qualidade (CIDPA & AÇÃO EDUCATIVA, 2003).

O município, na data do relatório da CIDPA e Ação Educativa (2003), contava com 114.332 habitantes, o que fazia dele um município de tamanho médio, sendo os jovens a parcela de 29.730 (entre 15 e 29 anos), isto é, 26% do total populacional. Mesmo assim, era uma cidade bastante ativa no comércio, com cerca de 10.000 estabelecimentos comerciais e 400 industriais.

A gerência da ação é feita pelos jovens, que alcançam números acima de 200 participantes dentro do Grupo Ação Social Colorada, e as mais distintas partes da sociedade compõem esse quadro: grupos paroquiais, dirigentes estudantis, partidos políticos (Partido Colorado), mães jovens, trabalhadores municipais, etc.

Isso nos leva a pensar sobre o raio da ação, que, segundo o relatório, “serve e ajuda as pessoas mais carentes das distintas comunidades, [...] sem distinção de raça, religião e bandeiras políticas” (CIDPA & AÇÃO EDUCATIVA, 2003, p. 90).

²² Texto original: El proyecto Focrea viene a constituir la primera experiencia formal existente al interior del Municipio de Villeta, en materia de juventud. En el municipio no existe funcionario que tenga entre sus tareas la dinamización del tejido juvenil de la comuna, la que por otra parte cuenta con numerosos jóvenes que no cuentan con espacios formales de organización, más allá de las dinámicas escolares.

Por ello, la instalación del proyecto se ha convertido en una oportunidad para hacerse de un tema y preocupación que no existía. Al menos ese parece ser el ánimo de las autoridades.

Desde esta perspectiva de déficits, el impacto no programado del proyecto ha sido especialmente interesante en el entorno del municipio, para quienes el desafío es lograr incidir en materias de capacitación y formación de los nuevos microempresarios jóvenes de Villeta. Para ello, se estarían movilizanddo acuerdos y apoyos políticos de las autoridades, especialmente departamentales, que permitirían fortalecer los microemprendimientos, particularmente a través de posibles nuevas líneas de financiación.

Dentre os impactos, podemos destacar a parceria com uma ONG norte-americana chamada Hábitat para a Humanidade, cujos resultados foram: novas moradias para pessoas que viviam em condições muito deterioradas; acesso à fundação Jimmy Carter, para financiamento; desenvolvimento de ações para as crianças, dentre outros.

No Uruguai, por sua vez, temos a experiência da cidade de Tacuarembó, que esteve ligada à capacitação em tecnologia da informática, em março de 1995. O foco do programa foi na zona rural dessa cidade, com jovens de 11 a 25 anos, onde a pobreza afetava 1/3 (um terço) da população local (CIDPA & AÇÃO EDUCATIVA, 2003).

Um diferencial desse projeto foi a busca por parceria privada para sua execução, nesse caso com o Centro de Capacitação de Informática. A capacitação ficou concentrada em ferramentas básicas para o uso de equipamentos, como computadores, que auxiliou, em 8 (oito) anos, mais de 4.500 (quatro mil e quinhentos) jovens, sendo mais mulheres que homens participantes.

Para tanto, várias reuniões periódicas eram realizadas, metodologias renovadas e a busca por convênios interinstitucionais, para engrandecer o programa. Isso serviu, também, para reduzir o impacto das dificuldades, como a frágil estruturação familiar dos jovens, a dificuldade do jovem em perceber a real intenção das capacitações, etc.

A questão das boas práticas, segundo o relatório da CIDPA e Ação Educativa (2003), estava concentrada no desenvolvimento das políticas locais para a juventude, que gerou grande inclusão social e o aperfeiçoamento dos jovens, e suas habilidades, para o mercado de trabalho.

Um dos principais objetivos, que foi cumprido, era a diminuição do isolamento dos jovens da periferia e da zona rural da cidade, que, através da *Internet*, começavam a perceber novas áreas do conhecimento e de atuação. Desse modo essa juventude passa a participar da integração social e ter acesso a serviços até então inacessíveis.

Na Bolívia, na capital La Paz, não foi muito diferente disso. Nessa localidade o projeto convergiu a juventude e o fomento a pequenos empreendimentos econômicos, que começou em julho de 2002. O intuito do programa era, a partir do empreendedorismo, despertar novas técnicas de trabalho nos jovens (CIDPA & AÇÃO EDUCATIVA, 2003).

A coordenação da ação ficou a cargo da Unidade de Juventude do município, que procurou trazer iniciativas públicas e privadas para auxiliar na execução da mesma. Uma dessas iniciativas, a Fundação La Paz, foi escolhida estrategicamente pela Unidade, ao passo que já trabalhava com a acolhida e proteção de jovens de todas as idades.

Gerou-se, além disso, inclusão dos jovens no mercado de trabalho e sua capacitação, melhorando a qualidade de vida dos mesmos. O projeto, em sua primeira edição, aconteceu em 3 (três) etapas: convocatória e seleção dos jovens; capacitação técnico-produtiva por seis meses; e conformação das microempresas compostas pelos jovens já capacitados (CIDPA & AÇÃO EDUCATIVA, 2003).

Assim, temos que, nesse município, a atuação do jovem aparece enquanto uma questão estratégica para o desenvolvimento do território. Isso foi trabalhado, acima de tudo, através do empoderamento, através dos empreendimentos, e pelas premiações oferecidas ao final de cada ciclo do programa.

Algo que é destacado no relatório da CIDPA e Ação Educativa (2003, p. 111) é o grau de interferência que esse vínculo com a Unidade de Juventude apresentou em outras partes da estrutura municipal, como na saúde e na educação. Tal fato ocorreu pelo intercâmbio interno de informações entre esses órgãos, que permitiu o desenvolvimento em conjunto dos mesmos.

Quanto ao Brasil trazemos o exemplo de Santo André (SP). Escolhemos esse caso porque ele foi destaque no relatório em questão, e serviu como um dos argumentos para que a cidade presidisse a Rede Mercocidades na gestão 2005/2006, pois contou como uma experiência de sucesso.

A cidade, conforme a CIDPA e Ação Educativa (2003), desenvolveu o Centro de Referência da Juventude (CRJ). O Centro teve seu início em 1998, e surgiu como um aparato público destinado à população juvenil local, de modo que ela possa participar nas decisões de políticas públicas da cidade.

O CRJ em diversos projetos, que, em resumo, trabalham com seis competências, a saber: formação (capacitação), informação, expressão, convivência e participação. Com base nesses critérios, os jovens têm a possibilidade de sugerir mudanças para o contexto local; interagir com ONGs; e formular, construir, executar e avaliar políticas públicas de sua competência (CIDPA & AÇÃO EDUCATIVA, 2003, p. 31).

No relatório da CIDPA e Ação Educativa (2003) é apontado que, no ano de 2003, o Centro passou por um processo de reestruturação, sendo assumido pela Secretaria de Inclusão Social e Habitação. Essa última, por sua vez, remodelou os três programas até então existentes: Informação, Expressão, e Incentivo a Organização e Participação.

O primeiro dos três proporciona os instrumentos e recursos que a juventude precisa para montar projetos de intervenção social, também possibilitando a troca de informações e

experiências com outras esferas da sociedade civil, como ONGs. O segundo estimula a interação entre diferentes grupos juvenis, de maneira que eles possam gerar novos conceitos para o âmbito local.

O terceiro serve como suporte para os anteriores, uma vez que pretende criar mecanismos de manutenção da participação dos jovens na sociedade, promover o intercâmbio entre os grupos juvenis. Também tem como característica a busca por profissionalização do jovem que pretende entrar no mercado de trabalho. Os autores do relatório dizem que a demanda provém de escolas, associações de bairro, postos de saúde, dentre outros.

O que percebemos, então, é que há uma evolução das cidades após entrarem na Rede Mercocidades, uma vez que elas têm acesso a diversas experiências já concretizadas, com sucesso ou não, facilitando a decisão do gestor em implementá-las ou não. Quanto a isso, vale enfatizar a construção do conhecimento das cidades em questão internacional, que já se apresenta como um diferencial da cooperação em rede.

Assim, de um lado não existe dependência da Rede para seus programas, pois, como observado, as prefeituras procuram parceiros nacionais e internacionais, públicos e privados, para colocar os programas em execução. Do outro, a RMC dá total apoio para as cidades, primeiro por permitir que essas experiências circulem dentro da própria Rede, proporcionando o desenvolvimento daquela ação por outros municípios, que, posteriormente, trocarão informações com os demais, permitindo que a ideia inicial seja aprimorada.

No Nordeste do Brasil, como iremos ver no próximo capítulo, aconteceu o mesmo fenômeno em diversos períodos, desde a inserção da primeira cidade nordestina, Salvador, até a mais recente, Jaboatão dos Guararapes.

CAPÍTULO 3: O NORDESTE NA REDE MERCOCIDADES

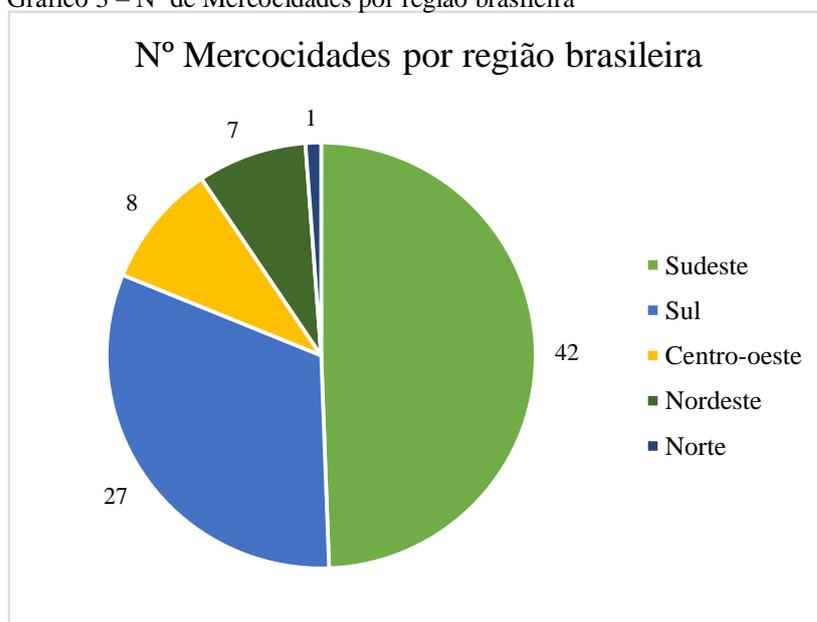
Este último capítulo tem como objetivo apresentar as características e formas de inserção das cidades nordestinas que fazem parte da Rede Mercocidades. A análise da participação das cidades nordestinas teve como base documentos, notícias e entrevistas com alguns representantes das cidades do Nordeste do Brasil e de outras localidades, bem como a literatura pertinente sobre a questão.

3.1 As cidades nordestinas na Mercocidades: inserção e interesses

O número de cidades nordestinas que compõem a Rede são 7 (sete), a saber: Fortaleza, no Ceará; Mossoró, no Rio Grande do Norte; Jaboatão dos Guararapes e Recife, em Pernambuco; Camaçari, Vitória da Conquista e Salvador, na Bahia.

Assim, tendo em vista que a Rede é composta por 308 cidades-membro, o Nordeste brasileiro corresponde a cerca de 2,27% do total de membros. Quando comparamos a participação nordestina em relação às 85 (oitenta e cinco) cidades brasileiras na Rede, o Nordeste representa somente 8,2% desse total, enquanto regiões como Sudeste e Sul correspondem à 49,2% e 31,7%, respectivamente, da participação brasileira na Rede. Esses dados estão expostos no Gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3 – N° de Mercocidades por região brasileira



FONTE: **Elaboração própria** com base na *homepage* da Rede.

Na Tabela 5, levantamos ainda o período no qual cada cidade do Nordeste entrou na Rede e se o responsável pelo processo é conhecido.

Tabela 5 – Entrada nordestina na Rede Mercocidades

Cidade	Ano de Entrada	Responsável
Salvador	1995	-
Fortaleza	1996	-
Recife	1996	-
Mossoró	2000	Emerson Azevedo (Secretário)/Rosalba Ciarlini (Prefeita)
Camaçari	2005	Sócrates Magno Torres (Secretário)
Vitória da Conquista	2006	Guilherme Menezes (Prefeito)
Jaboatão dos Guararapes	2014	Roberto Trevas (Assessor)/Michelly Cavalcante (Assessora)

FONTE: **Elaboração própria**, com base na *homepage* da Rede, notícias online e entrevistas

O município de Jaboaão dos Guararapes, por exemplo, foi o mais novo ator nordestino a entrar na Rede, por isso seus gestores foram facilmente encontrados. No entanto, para os municípios mais antigos, como Salvador, Fortaleza e Recife, não encontramos notícias sobre suas entradas, e, como exposto na introdução, não conseguimos realizar entrevistas nessas localidades. Tais informações também não estão disponibilizadas no *website* da Rede, e nem processadas pela Presidência, São Paulo.

Para corroborar, os documentos oficiais da Rede, principalmente as atas de reunião, sofreram várias modificações desde o início dessa organização, antes eles eram mais resumidos e não apresentavam tópicos como: representantes das cidades presentes em reuniões, artifício que só aparece nos mais atuais.

Em se tratando de Jaboaão dos Guararapes, Roberto Trevas informou com mais detalhes como se deu a inserção internacional de Jaboaão dos Guararapes, particularmente na Rede Mercocidades. Ele comenta sobre sua chegada na Prefeitura, em dezembro de 2013, junto com duas pessoas que compõem sua equipe atualmente: Fernando, que trabalhou com ele na captação de recursos na Prefeitura de Recife; e Michelly, que fazia parte da área de Relações Internacionais também de Recife.

Sobre a parte internacional, Roberto Trevas explica como funciona sua assessoria:

Então nós nos estruturamos aqui, nós somos ligados à Secretaria Executiva de Planejamento, Coordenação e Avaliação (SEPLAV), Tereza Falângola é nossa secretária executiva, e Mirtes Cordeiro é a secretária municipal, que é a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento (SEFAZ).

Então inicialmente nós fazemos o trabalho na área de Captação e de Relações Internacionais. Jaboatão não participava da área de Relações Internacionais, ou seja, no início nós formalizamos a entrada de Jaboatão na Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), hoje nosso prefeito, Elias Gomes, é um dos vice-presidentes da FNP (TREVAS, entrevistado em Setembro de 2016).

Com isso, ele ainda ressalta a atuação de outro município, Olinda, que não tem qualquer secretaria que trabalhe com captação de recursos ou RI. Diz, também, que não se tem um comprometimento com o prefeito, e que uma cidade com 400 mil habitantes já devia estar atenta para esse tipo de assunto, ainda mais uma que suas principais atividades estão embasadas em cultura e turismo, temáticas da Rede Mercocidades, por exemplo.

Sócrates Torres também explicitou um pouco sua experiência anterior, que foi através da prefeitura de São Paulo, quando ele participou da elaboração do plano de governo. Em sua próxima experiência, na cidade de Santo André, ele conheceu a estrutura de uma área de relações internacionais, cujos mesmos mecanismos ele adotou quando assumiu, posteriormente, o cargo de secretário em Camaçari. Como uma das consequências dessa última experiência, ele teve contato com a RMC.

Em relação às intenções dos municípios de atuarem internacionalmente, Gabriela Tedeschi Cano diz não ver desvantagem em um município participar de uma rede, por exemplo, pois a decisão política deve estar vinculada ao processo de entrada, isto é, a localidade só entra se achar interesse nas temáticas discutidas em determinado âmbito.

Isso tudo demonstra o quão imprescindível é mostrar ao prefeito a importância de temas internacionais para a cidade, além de articular a formação de uma área de relações internacionais na prefeitura. Precisa-se ter esse tipo de vínculo, seja diretamente ou através de uma secretaria forte, com o prefeito.

Em entrevista com Anna Michelly Cavalcante Rodrigues²³, coordenadora da Rede Mercocidades do município de Jaboatão dos Guararapes, fica evidente que, no caso da Rede, a inserção foi facilitada por eles já conhecerem os mecanismos da mesma, através da gestão da área internacional de Recife, além da ajuda do então representante da STPM, Jorge Rodríguez.

²³ Atual Assessora de Relações Internacionais do município de Jaboatão dos Guararapes e Coordenadora da Rede Mercocidades do mesmo.

Ela ainda comenta sobre uma possível negociação com a Rede sobre a participação de Jaboatão dos Guararapes, pois foi feito o processo formal de enviar uma carta assinada pelo prefeito, no final de 2013, e todas as documentações, e que só seria aceita oficialmente na Reunião da Cúpula de Rosário, gestão 2014/2015. No entanto a cidade já começa a participar da Rede de maneira informal ainda na gestão anterior, de Porto Alegre (2013/2014).

Michelly Cavalcante ainda fala das suas primeiras impressões ao participar da Rede. Ao passo que existem várias atividades a serem desenvolvidas em um mesmo período de tempo (Cúpula, Reuniões das UTs, etc.), acaba ocorrendo uma semana de atividades, com várias salas e vários temas simultâneos. Ela diz que, durante esses encontros, já havia uma discussão sobre a atuação de outras partes do Brasil na Rede, que não o Sul e Sudeste.

Sobre o Nordeste, ela aponta que havia o desejo de empregar uma cidade dessa região enquanto coordenadora ou subcoordenadora de UTs, uma vez que Recife e Salvador, as principais integrantes em sua visão, estavam ausentes nas últimas reuniões e não estavam demonstrando qualquer mobilização para tal.

Camaçari aparece informalmente nas reuniões da Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local (UTDEL) antes de sua entrada na Rede, que só acontece quando Santo André vem a assumir, em 2005/2006, a Presidência das Mercocidades. Sócrates Torres comenta que não sentiu qualquer tipo de resistência durante o encontro da UT, pelo contrário, fala que foi muito interessante.

Isso ocorre mesmo quando a cidade não é (re)conhecida pelas demais. Torres demonstra que várias cidades já consolidadas na Rede (como Morón, Santo André, Rosário, etc.) estavam compartilhando ali suas experiências com Camaçari, que acabava de chegar.

Além disso, ele explica como convenceu o prefeito a fazer parte desse tipo de iniciativa de integração horizontal, entre cidades, que foi com o argumento da consultoria gratuita. Isto significa dizer que, ao ter contato com vários municípios de outras regiões ou países, você começa a ouvir e perceber políticas públicas exitosas, passíveis de serem implementadas na sua própria cidade, e isso no custo de uma passagem aérea.

O município de Mossoró não foi muito diferente disso, pois na época o então secretário municipal de desenvolvimento econômico, Emerson Azevedo, recebeu um *folder* sobre a Rede, e rapidamente levou a proposta para prefeita Rosalba Ciarlini, que logo se

interessou no programa de Mercocidades, aponta Antônio Farias Capistrano²⁴, ex-vice-prefeito da Prefeitura de Mossoró.

Ele também ressalta todo o procedimento de envio da carta de intenções e a presença de Azevedo na Cúpula de Assunção (2002/2003), não referindo-se, em nenhum momento, à participação da cidade na Cúpula de Rosário (2000/2001), quando foi oficializada a entrada de Mossoró na Rede, segundo a *homepage* das Mercocidades. Capistrano comenta sobre sua percepção da Rede:

Nesse encontro foi debatido a importância da participação dos municípios latino-americanos na rede, com isso possibilitando uma integração entre os diversos municípios da América Latina. Assim, permitindo o intercâmbio de experiências em setores basilares para o desenvolvimento dos diversos municípios da rede (CAPISTRANO, entrevistado em Outubro de 2016).

Jaboatão dos Guararapes não possuía uma área de RI, Trevas ressalta que sua “bagagem” de Recife serviu de muita ajuda, isto é, os seus 12 (doze) anos enquanto coordenador de relações internacionais e de captação de recursos através de uma equipe bem estruturada. Hoje sua equipe conta com pelo menos 2 (duas) pessoas formadas em RI e com mestrado no exterior, sendo uma delas Michelly Cavalcante.

A Tabela 6 comprova a experiência desses gestores em Recife, pois, mesmo a cidade tendo sido inserida na Rede em 1996, sua participação efetiva começa em 2002, quando Trevas já assumia o papel de assessor de RI e Captação de Recursos, entre 2001 e 2012.

Tabela 6 – Participação em UTs por cidade nordestina

CIDADE \ ANO	ANO										
	1995/ 96	1997/ 98	1999 /00	2001 /02	2003 /04	2005 /06	2007 /08	2009 /10	2011 /12	2013 /14	2015 /16
Fortaleza	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mossoró	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recife	0	0	0	1	2	5	2	1	2	2	0
Jaboatão dos Guararapes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1
Salvador	7	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Camaçari	-	-	-	-	-	1	0	0	0	0	0
Vitória da Conquista	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0

FONTE: **Elaboração própria** com base na análise das atas de reuniões da Rede.

²⁴ Aposentado enquanto professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e ex-vice-prefeito da cidade de Mossoró (RN), durante dois mandatos, entre 1997 e 2004.

Trevas ainda fala de onde partiu o interesse em se criar uma área internacional para o município, que surgiu dessa mesma equipe. Assim, isso foi uma sugestão para o município, mostrando o quanto se poderia agregar de valor para o mesmo, claro, atrelado ao convite feito pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

Sócrates Torres claramente expõe a realidade de Camaçari no começo de 2005, que, embora tivesse um mercado de exportação para mais de 56 países, não tinha um setor internacional bem definido, possuindo uma secretaria de turismo, também, com essa função, mas que não desempenhava nada de captar investimentos ou recursos quaisquer que fossem.

Foi quando ele, ao ser convidado para ser secretário de desenvolvimento econômico local da cidade, falou com o prefeito para criar uma coordenação de Relações Internacionais. Ele usa a seguinte metáfora para descrever o desenvolvimento da área:

Foi quando a gente assumiu, no dia 1º de janeiro de 2005, já com essa estrutura que não existia, aquela história de construir o barco e navegar ao mesmo tempo, porque uma das coisas que você encontra, você tem um provincianismo, você tem um assunto focado em saúde, educação, né? Mas falar uma coisa de RI (TORRES, entrevistado em Outubro de 2016).

As motivações, em outra perspectiva, para a entrada das cidades nordestinas na Rede são as mais diversas possíveis, desde indicações e dúvidas sobre o que é a Rede em si, até a demanda de profissionais que conhecem a área de RI, bem como da cooperação descentralizada e seus benefícios.

Nesse segundo caso, focando na situação de Jaboatão dos Guararapes, temos o depoimento de Trevas:

Então veja só, a nossa entrada na Rede foi mais uma decorrência da nossa experiência na prefeitura do Recife. Na época, Recife participava ativamente da Rede, então quando nós viemos para cá, Michelly já havia trabalhado comigo lá no Recife, e então os primeiros passos foi, na realidade, a Rede é um fórum, inicialmente, dos 4 países do MERCOSUL [...] (TREVAS, entrevistado em Setembro de 2016).

Na entrevista, Sócrates M. Torres comenta sobre o começo dessa inserção internacional:

Na verdade, Camaçari não tinha, apesar que na época que a gente assumiu o governo, no início de 2005, não existia nenhum tipo de estrutura de RI, apesar de ser uma cidade que era a 8ª maior exportador brasileiro, né? E uma cidade que tem

3 vezes o tamanho de Salvador. Camaçari está colada em Salvador, e tem um polo petroquímico, que é o maior polo integrado do hemisfério sul (TORRES, entrevistado em Outubro de 2016).

Outro critério para isso é a quebra da invisibilidade das cidades menores, ou mais afastadas dos grandes centros, como expõe Torres. As localidades nordestinas sofrem muito com isso, e de forma errônea, pois existe uma capacidade e uma produção local que não se tem ciência. Ele fala que se faz necessário colocar a cidade no mapa.

Ele retrata os maiores atrativos dessa região brasileira, como: turismo, através de praias e história; industrial, com produção de plástico em Camaçari, que correspondia, na época, a 50% de todo o plástico produzido no Brasil. Tudo isso acontece diariamente, mas não se tem uma preocupação em divulgar, em mostrar de onde vem aquilo que consumimos. Torres, inclusive, compara isso ao conceito de fetiche de Marx, pois “você não tem noção do que realmente acontece por trás daquele produto”.

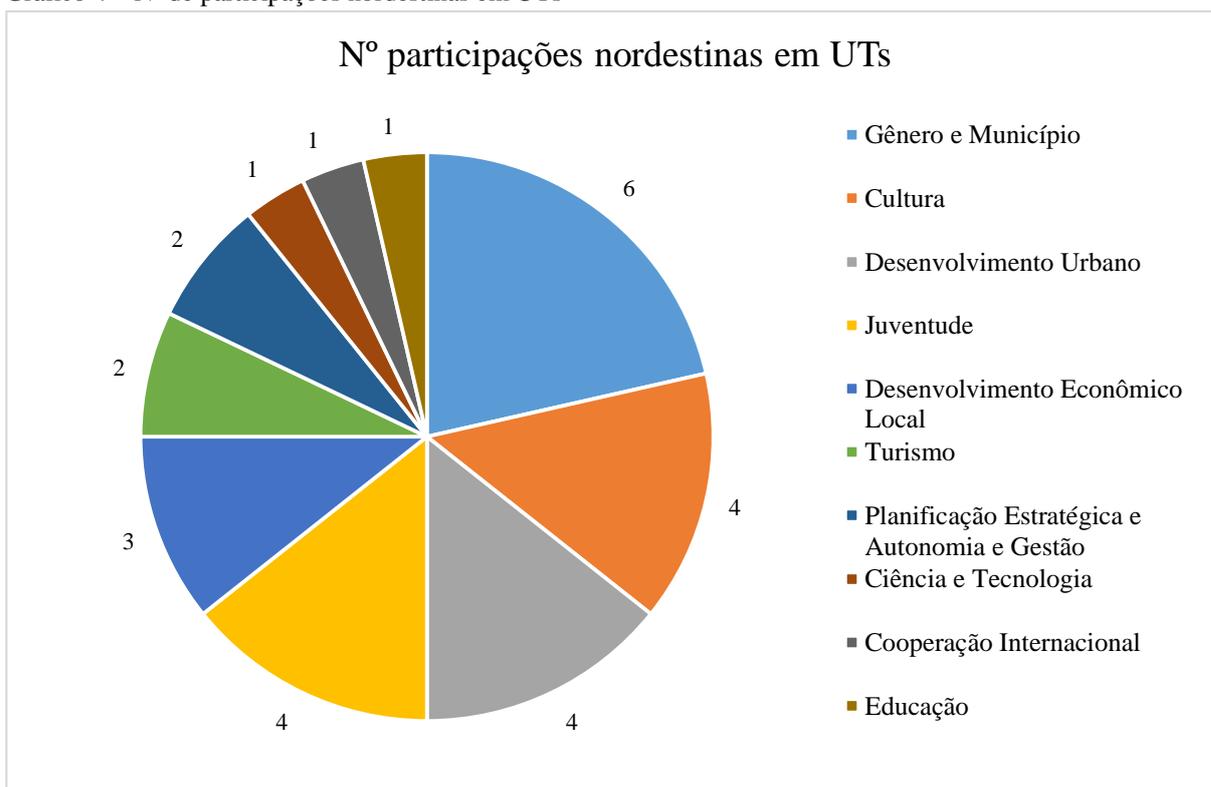
Sócrates Torres ainda afirma a capilaridade da rede nas diversas áreas temáticas, pois vários secretários, de saúde, educação, cultura, acabaram viajando e trazendo novas ideias decorrentes da atuação enquanto Mercocidade. E ele explicita, além disso, que era comum alguns secretários trazerem inovações que não eram, diretamente, de suas respectivas áreas.

Já o gestor da Mossoró, Antonio Capistrano, enfatiza que a motivação desse município era realizar um encontro de cidades latino-americanas nessa localidade, de forma que esse seria um momento singular e, ao mesmo tempo, poderiam mostrar toda a potencialidade econômica, causando um desenvolvimento, também, do estado do Rio Grande do Norte.

3.2 Atividades

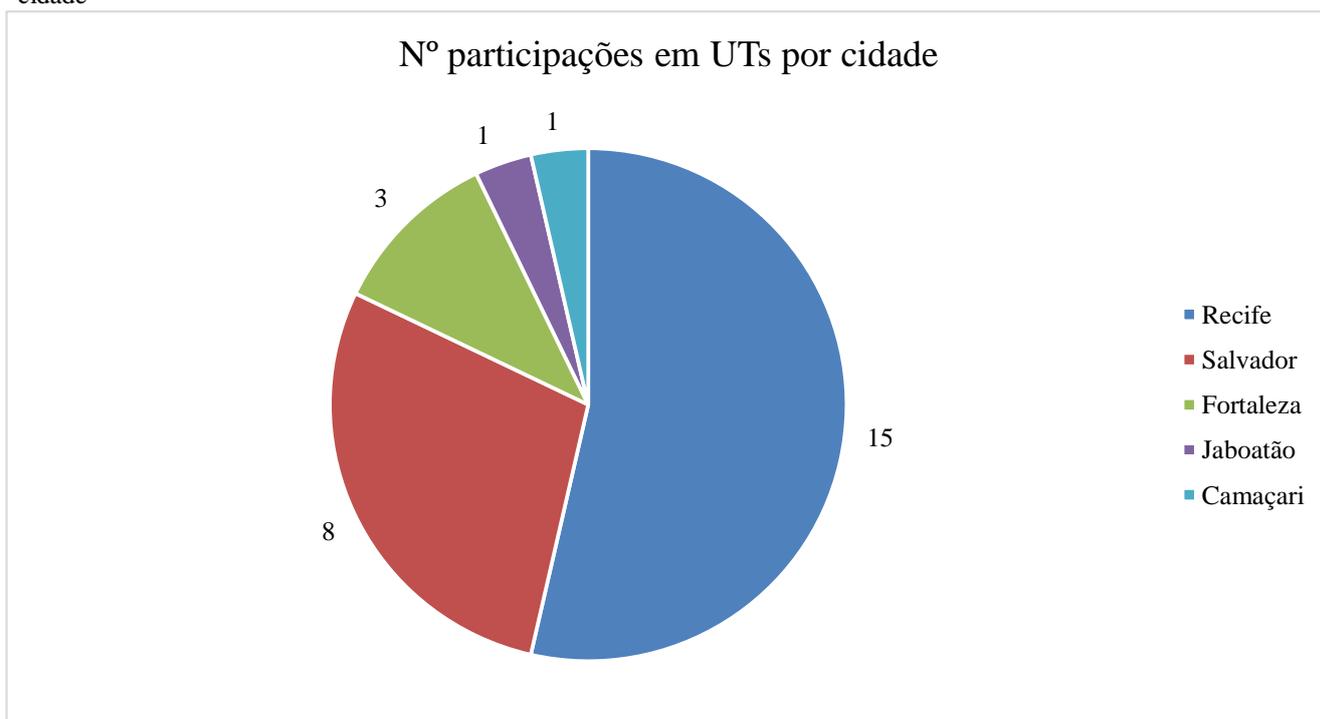
A principal forma de uma cidade atuar na Rede, entre vantagens e responsabilidades, é o trabalho através das UTs, enquanto coordenadora ou subcoordenadora, isso porque é exigida uma alta capacidade de articulação, além de um projeto ou escopo de propostas que serão realizadas ao longo da gestão de 1 (um) ano. Os Gráficos 4 e 5 trazem essa questão através da perspectiva nordestina.

Gráfico 4 – Nº de participações nordestinas em UTs



FONTE: **Elaboração própria** com base em levantamento das UTs da Rede

Gráfico 5 – Nº de participações de Mercocidades nordestinas em coordenações e subcoordenações de UTs por cidade



FONTE: **Elaboração própria** com base em levantamento feito na *homepage* da Rede

Além disso existem os demais cargos, como expostos anteriormente no organograma, e a própria presença nas reuniões ordinárias e extraordinárias das Mercocidades. Primeiramente quanto à Salvador, sabe-se que foi coordenadora da unidade temática de Cultura por duas gestões consecutivas, a saber: Assunção (1995/1996) e Porto Alegre (1996/1997). Também foi subcoordenadora nas seguintes unidades temáticas: Turismo, Gestão Municipal e Planejamento Estratégico, Ciência e Tecnologia, e Cooperação Internacional. No entanto sua participação nesse âmbito das UTs concentrou-se no início das atividades da Rede, desaparecendo completamente a partir da gestão de Montevideu (1998/1999).

A representatividade de Fortaleza não se distancia muito disso, pois foi subcoordenadora somente em três unidades temáticas na gestão da cidade de Porto Alegre (1996/1997), a saber: Turismo, Cultura e Desenvolvimento Urbano. Também não tendo registro, entre 1995 e 2009, de sua participação em reuniões ordinárias, que não em 2 (duas): a de Porto Alegre, em 1996, e a de Rosário, em 2009 (PINTO, 2011).

Já Recife apresentou, até certo ponto, um histórico bastante participativo. Segundo levantamento feito por Fabiana R. D. Pinto (2011), a primeira presença da cidade na Cúpula de Mercocidades foi na segunda gestão de Assunção (2002/2003), quando Recife se candidata à subcoordenadoria da Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local.

No entanto, a *homepage* da Rede Mercocidades demonstra que, oficialmente, Recife começa a fazer parte no ano de 1996, juntamente a Fortaleza. Mesmo tendo participado de menos reuniões ordinárias da Rede, ela participou e sediou de vários eventos, além de ter apresentado e implantado projetos.

A exemplo disso tem-se o 3º Encontro de Juventude da Rede Mercocidades, ocorrido em outubro de 2006, nessa cidade, contemplando representantes do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Interessante ressaltar que nesse mesmo encontro estavam presentes figuras de cidades não-membros da Rede, como Olinda, João Pessoa, Rio Branco e São Luís.

Também muito importante foi o encontro da Rede ocorrido em novembro de 2009, na cidade venezuelana Barquisimeto, quando Recife foi uma das três únicas cidades brasileiras selecionadas para concorrer a um prêmio. No evento a cidade apresentou o Programa de Estruturação do Comércio Popular (PECPop), com destaque para o gênero feminino. Nessa mesma linha de pensamento sobre o gênero feminino, Recife, em 2011, sedia um seminário sobre tráfico de mulheres e trabalho doméstico.

No período de 2005 a 2009 a cidade desempenha um papel alternado entre coordenadora e subcoordenadora de algumas unidades temáticas da Rede, como Planejamento Estratégico, Desenvolvimento Urbano e Desenvolvimento Econômico Local, sendo sua maior participação enquanto subcoordenadora da unidade Gênero e Município, o que totalizou o período de seis gestões.

O ápice de Recife na Rede foi fazer parte do Conselho da Rede Mercocidades, em 2012. E a notícia mais atual de sua participação foi em dezembro de 2014, quando de sua participação na cúpula anual da Rede.

Mossoró, desde que entrou na Rede, não desempenhou nenhum papel enquanto coordenadora ou subcoordenadora. O máximo que fez foi sediar, no Hotel Thermas em 2003, o encontro da unidade temática de Turismo, coordenada pela cidade de Porto Alegre, contando com a participação não só das cidades-membro, como também de outros municípios, a exemplo de João Pessoa, através do então secretário de Turismo e Natal, através do secretário de Comércio, Indústria e Turismo.

A cidade, também, participou de alguns eventos, como o encontro temático de duas unidades: Desenvolvimento Econômico e Cultura, ambos ocorridos na Argentina no ano de 2005.

Camaçari, após ingressar na Rede, não demorou muito para se engajar em projetos, como a subcoordenadoria da unidade temática Desenvolvimento Econômico Local, durante a gestão de Morón (2006/2008). Além disso, participou em outros eventos no decorrer dos anos seguintes, como o Encontro da Unidade Temática de Gênero e Município, em Recife, no ano de 2007; e a “Jornada de Mercociudades. La Descentralización em Debate. Experiencias de gobiernos locales del MERCOSUR”, realizada em Neuquén (Argentina) em 2010.

Vitória da Conquista, das sete cidades nordestinas, foi a mais difícil de conseguir qualquer tipo de informação. Sabe-se que até hoje não participou de nenhuma UT, ou qualquer outro cargo dentro da Rede, além de não ter registro de sua presença nas reuniões ordinárias das Mercocidades. A única informação que conseguimos coletar foi da participação do então prefeito, Guilherme Menezes, na Cúpula de Mercocidades na gestão de Valparaíso (2001/2002).

Jaboatão dos Guararapes, por outro lado, já tem demonstrado participação ativa na Rede através do seu papel enquanto subcoordenadora de uma comissão e uma UT,

respectivamente, Economia Solidária e Desenvolvimento Econômico Local, na gestão da cidade de São Paulo (2015/2016). E hoje ela compõe o Conselho da Rede.

Antes disso a cidade apresentou, em 2015, na cidade argentina de Santa Fé, o seu Sistema de Monitoramento e Avaliação (Simag), cujo projeto foi selecionado como *case* de sucesso dentre outros participantes. Nesse período, também, foi agendada a reunião da comissão de Economia Solidária, que aconteceria no ano seguinte em Jabotão. Assim, pela primeira vez, uma cidade nordestina sediaria esse tipo de evento, lembra Michelly.

Além disso, já em 2016, representantes de Jabotão foram para o encontro da Rede em Montevideu, Uruguai, para a definição da agenda regional das unidades temáticas para o respectivo ano. Na ocasião a cidade era a única cidade nordestina presente, sendo as demais: Osasco, São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba.

Outros projetos, como o Simag, foram também selecionados para capacitações regionais que acontecem regularmente, como foi o caso da 8ª Capacitação Regional de Mercocidades, ocorrida em 2015, quando três projetos da cidade foram selecionados para apresentação.

No entanto, Michelly traz algumas especificidades da atuação dessa cidade na Rede, como a publicação de um artigo no *website* da Rede, mesmo antes de sua entrada oficial na mesma. Ela ainda ressalta a importância de uma área como a de RI dentro de prefeituras, pois seu principal trabalho é analisar e permitir que alguns projetos das distintas secretarias ganhem experiência.

Ela também fala sobre a capacitação ofertada pela Rede para as propostas apresentadas:

Também, é porque depende do momento. Na verdade esse ano enviamos 3 pessoas para fazer um curso nas Mercocidades, é um curso que tem a cada 2 anos, oferecido pela Rede, e é quando eles escolhem 1 projeto por cidade. E pela primeira vez eles escolheram mais de 1 projeto, foram 3 pessoas: 1 projeto de reurbanização da Lagoa Olho d'água, e 2 de Economia Solidária. São quatro meses de curso, eles fazem 1 semana presencial, que esse ano foi em Contagem (MG), aí ao final do ano eles escolhem 3 projetos, os melhores. Porque eles escolhem 14 cidades. E no fim do ano, se a gente estiver entre esses 3 projetos, qualquer um, se tiver um já é lucro. Durante a Cúpula da Mercocidades vai ter uma reunião com possíveis financiadores, aí uma coisa acaba levando a outra assim (CAVALCANTE, entrevistada em Setembro de 2016).

Sócrates Torres, por sua vez, descreve esse ambiente da Rede Mercocidades enquanto propício para a troca de experiências não só entre cidades de países diferentes, mas cidades dentro do próprio Brasil. Além disso Camaçari sediou um dos encontros da UTDEL,

e seu gestor, na oportunidade, levou esses representantes para conhecer a plataforma industrial local.

Mas um ponto fundamental apontado por ele é a representação, isto é, uma figura forte e ativa dentro da Rede. No caso de Camaçari é ele, o próprio secretário de RI, que, mesmo tendo saído da Rede, mantém os contatos e é respeitado dentro desse âmbito. O principal diferencial dessa sua rápida aceitação no contexto internacional das Mercocidades foi a capacidade de mostrar dados e resultados do município.

Ainda nessa mesma linha de considerações, Sócrates Torres explica a diferença entre dois tipos de membros presentes nas reuniões da Rede: o primeiro é o participativo, presente e que mostra dados, segundo ele muito atrelado à capacidade nordestina de interagir; e o segundo é o “alegórico”, que está presente, mas não expõe nada, e está naquele encontro pela questão da “viagem e turismo” com o dinheiro público.

Outro aspecto levantado por ele é quanto à percepção da atuação de outras cidades nordestinas. Ele comenta que Salvador, na época que Camaçari estava ativa, não estava mais atuante, mas que Mossoró já tinha representação e era assídua nas reuniões.

Vale reforçar, mais uma vez, o papel das articulações, como exposto por Torres, que é de vital importância para se conseguir cargos e responsabilidades dentro da Rede. Segundo ele, Camaçari estava muito vinculada à cidade de Santa Maria, no Brasil, cujo representante compartilhava suas ideias e soluções para problemas, além de participar das mesas e fóruns de discussão juntos.

Ele também considera a atuação transversal na Rede através das UTs, isto é, o município não deve focar somente naquela temática de extremo interesse, pelo contrário, quando possível deve-se enviar um secretário ou um representante de outra área para fazer parte de outros assuntos.

Sócrates sempre se demonstrou proativo na Rede, mesmo antes da entrada do município, pois buscava informações e foi participar de reuniões de UTs na Argentina, levando outros assessores para poder ter uma visão mais ampla dos temas.

Quanto à Mossoró, Antônio Capistrano fala sobre a importância de se definir temáticas específicas de atuação:

Com a entrada na Rede, Mossoró começa a participar das comissões temáticas: saúde, educação, turismo, cultura, ciência e tecnologia, agricultura, meio-ambiente etc. A nossa opção, preferencial, foi por duas comissões: as comissões de cultura e de turismo. Naquela época Mossoró tinha como objetivo fazer da região oeste um centro de intensa atividade turística e cultural, aproveitando as

nossas potencialidades naturais e históricas claro, sem esquecer de participar das demais comissões temáticas. Eu pessoalmente tinha, também, um interesse muito grande pela comissão de meio-ambiente, visava concretizar um projeto de recuperação do rio Apodi/Mossoró. Chegamos a realizar um grande seminário sobre o rio (CAPISTRANO, entrevistado em Outubro de 2016).

O período de atuação desse entrevistado na Rede foi no ano de 2003, quando ele participou, em Montevideu, da Cúpula de Mercocidades, e do encontro da UT de Turismo em Belo Horizonte. Ele comenta que o aspecto abordado nas reuniões vai muito além das experiências e tópicos das cidades, existe um espaço para a promoção do seu município, e foi bem aproveitado pelo gestor de Mossoró, que levou *folders* e outros materiais de divulgação das potencialidades econômicas locais.

3.3 As Mercocidades Nordestinas hoje: Desafios e novas Perspectivas

Com todo o levantamento de dados feito através do *website* da Rede Mercocidades, e pelas diversas notícias e documentos disponíveis virtualmente, fica claro que o Nordeste sofreu um desaquecimento nas suas Relações Internacionais dentro da Rede em questão.

As entrevistas realizadas com os gestores apontam que o principal desafio é a liderança e a articulação intragovernamental, isto é, dentro do governo dos municípios, majoritariamente na figura do prefeito. Gabriela T. Cano, quando questionada sobre esse desafio da inatividade internacional pelo humor dos governos locais, explicita:

Claro, eu acho que tem a ver com isso que comentei das diferentes realidades, e também a questão das decisões políticas de contar com uma área de RI ou não. A gente sabe que tem algumas áreas das prefeituras que não vão deixar de existir, como a secretaria de saúde, de educação. Porém, às vezes quando muda a gestão, quando muda o prefeito, a área de RI ou continuam ou perdem o impulso. Isso tem a ver com decisão política. É a vontade da autoridade que essa área continue ou não (CANO, entrevistada em Setembro de 2016).

Roberto Trevas compartilha essa visão, pois ele comenta sobre a grande atuação de Recife na área internacional, isso quando ele fazia parte da prefeitura dessa cidade, durante 12 anos. Hoje ele percebe claramente que houve uma diminuição das RI, decorrente da descontinuidade na gestão.

Assim, algumas perspectivas para o futuro das cidades nordestinas da Rede, além do estímulo à reativação das que estão paradas, é o ingresso e a promoção do conceito de

Mercocidades para outros municípios, principalmente para capitais, como João Pessoa. Nessa questão, Roberto Trevas, expõe uma experiência que teve com essa cidade:

Nesse sentido, tivemos a oportunidade, na época que era uma vereadora, que esqueci o nome dela. Houve um seminário na UEPB, uma mesa eu participei, aí veio um assessor da SAF, e um professor da Universidade de Brasília (UnB). Participamos e depois recebemos um convite da Câmara de Vereadores de João Pessoa, com a vereadora que não lembro o nome, para nós fazermos uma discussão sobre a perspectiva da prefeitura do município ter uma área de Relações Internacionais, que para surpresa nossa, um município como João Pessoa ainda não ter uma área assim. Jaboatão tem cerca de 700 mil habitantes, e João Pessoa cerca de 900 mil.

Cidades que participam, você tem Canoas, e outras de 150, 200 mil habitantes que participam dessa área, inclusive, foi nesse debate, com uma resolução da vereadora para o prefeito, que era Luciano Cartaxo, que era atentar para a importância do município do porte de João Pessoa participar da área de Relações Internacionais, mas eu reitero aqui o nosso desejo de que João Pessoa entre (TREVAS, entrevistado em Setembro de 2016).

Assim percebemos o surgimento do ator universitário, não só enquanto pensador, mas como local de encontro fundamental para gestores das RI. Cabe, então, aos estudantes estimularem esse tipo de participação dos seus municípios, e criarem uma demanda para se ter vínculos internacionais.

O assessor Roberto Trevas destaca, ao comentar sobre o papel de outras esferas do conhecimento para o processo de inserção internacional das subunidades, que essa inserção internacional é importante e que acha que “a academia é fundamental por fornecer profissionais para trabalhar nessa área. A prefeitura, criando uma área, é um mercado de trabalho” (TREVAS, entrevistado em Setembro de 2016).

Então ele reconhece que outras partes da sociedade civil também têm uma função imprescindível para a articulação da internacionalização dos governos locais, e que essa deve ser uma fonte de pressão para que estimule, inclusive, um novo setor que gere empregos.

Gabriela Cano também fala do papel da universidade dentro da Rede Mercocidades, enquanto um local onde se reúnem pessoas que podem já conhecer programas intergovernamentais ou intermunicipais de conjuntura internacional, ou já terem participado disso, que é o caso da entrevistada:

Na verdade foi uma feliz coincidência, porque eu vim morar em Neuquén, e nesse momento o prefeito tinha mandado a carta para a Rede de Mercocidades [...] como eu estava trabalhando na universidade daqui, comentaram com o prefeito que [...] eu tinha trabalhado já com a Rede durante muitos anos, e ele pediu então uma reunião para conversar com ele sobre a Rede, porque ele estava indo para a cúpula

das Mercocidades em Canelones [...] ele queria conhecer um pouco mais, para ter conhecimento antes de viajar.

E quando ele voltou, ele voltou entusiasmado, voltou com mais impulso ainda para ter uma área de Relações Internacionais na prefeitura, e aí foi quando eles me chamaram para compor a equipe de Relações Internacionais (CANO, entrevistada em Setembro de 2016).

O conhecimento universitário é, então, bastante importante, se não imprescindível, para o impulso de assuntos, não só domésticos, mas também externos às fronteiras municipais. Sócrates Magno Torres²⁵, ex-secretário de Relações Internacionais da Prefeitura de Camaçari, reforça isso, pois ele mesmo estudava RI em uma faculdade na Bahia, e por mais que, para muitos, isso fosse um pretexto para viajar, ele sabia que existiam as redes de cidades e de vários tipos de contatos que poderia fazer com outros Estados e suas subunidades.

Consequentemente Roberto Trevas enfatiza novamente o papel da academia ao falar das desvantagens da Rede, as quais ele acredita não existirem. Isso porque existe um processo de erros e acertos, sendo que os erros servem de base para ações e avaliações futuras, como um aprendizado, e que é nesse ponto que o universitário entra, pois sua formação é pensada de forma a resolver esse tipo de problema.

Isso também serve para quebrar algumas visões errôneas quanto à área de RI, como a que os seus representantes trabalham como turistas e passeiam com dinheiro público. Para isso, Roberto aponta três soluções: vínculo direto com o prefeito; vínculo direto com o gabinete do prefeito; ou trabalhar junto a uma secretaria forte, que é o caso de Jaboatão.

Cabe ressaltar aqui a perspectiva de Sócrates, também, quanto às Mercocidades nordestinas, ele fala que elas têm o protagonismo de quebrar o paradigma da invisibilidade do Nordeste, “Quem é o Nordeste?”, ele pergunta. E mais uma vez tem-se o nome de João Pessoa citado, além de Campina Grande e Caruaru.

O trabalho da área, diz Trevas, é o de coordenar e efetuar a triagem de tudo que está acontecendo dentro das diversas secretarias, mesmo quando os seus respectivos secretários (as) não têm interesse. Ele ainda diz que é preciso insistir com o prefeito, fazer dele a prioridade na gestão da área.

Além disso, como já exposto anteriormente, havia uma curiosidade de João Pessoa, por exemplo, em compreender como funcionava a dinâmica da Rede, ao passo que alguns

²⁵ Ex-secretário de Relações Internacionais do município de Camaçari (BA) entre 2005 e 2008. Atualmente ele reside em São Paulo, trabalhando como educador social.

representantes foram enviados para reuniões das UTs dentro do Brasil, como em Fortaleza e Mossoró.

Sócrates M. Torres comenta sobre a importância que se tem uma rede como a Mercocidades:

Então a Rede foi só um *start-up* para todo um movimento que aconteceu, e até hoje ainda tem uma ressonância muito forte disso. E tem até uma coisa que você poderia pensar na exploração disso: a Rede Mercocidades é um bom lugar para se iniciar, certo? Para daí você entrar nas outras diversas redes (TORRES, entrevistado em Outubro de 2016).

Do mesmo modo que existe certo impulso e vontade de alguns gestores para começarem a atuar na Rede Mercocidades, outras localidades encontram-se com nenhuma atuação, como é o caso de Salvador e Fortaleza, como aponta Trevas.

Segundo Cavalcante, um aspecto interessante da Rede é a capacitação oferecida frequentemente, seja para os gestores das cidades, através de reuniões e *workshops*; seja para os cidadãos que possuem projetos, estando eles sujeitos a premiações, publicações e seminários. Ela ressalta que uma UT, sua comissão mais especificamente, consegue ser claramente percebida no município, que é a de Economia Solidária.

O Centro de Orientação Permanente de Economia Solidária (COPES) é um projeto gerido por um dos secretários executivos de Jaboatão dos Guararapes, Reginaldo Guimarães. Nesse local, Cavalcante destaca, tem-se a capacitação para mulheres, principalmente, que trabalham com artesanato. Vários prêmios já foram conquistados, e teve projeção nacional quando divulgados pelo Globo Repórter.

Outro estímulo ofertado é feito através da parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que premia constantemente projetos que tratam de inovação e geração de renda. Os projetos que ela menciona são: os agentes produtivos locais, que trabalham com o desenvolvimento econômico em si, e a engorda da orla da praia e a reforma do centro de Jaboatão. Só para uma estimativa, ela aponta que mais de US\$ 58,000,000,000 (58 bilhões de dólares) foram captados para realizar essas duas últimas ações.

Nesse ponto Sócrates Torres também traz um testemunho de capacitação que ele teve dentro da Rede, através da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), sobre Economia e Gestão, na Universidade de Morón. Além disso, ele relata a

presença de cidades importantes nas mesas que intermediava, e das diversas atividades ligadas à SAF.

Partindo desse contexto, outras Redes aparecem como complementares à atuação internacional dos municípios, muitas delas que fomentam o pensamento da cooperação descentralizada começando dentro do próprio Estado, como é o caso da FNP e do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (FONARI).

É o que destaca Roberto Trevas ao comentar sobre o pioneirismo de Recife nesse último caso, que junto às cidades de Belo Horizonte, Salvador, Guarulhos e Porto Alegre dão início às atividades do fórum. E ele destaca que é normal uma prefeitura, que faz parte do FONARI, também fazer parte de outras redes como a Mercocidades.

Cada cidade tem suas prioridades, mas é certo que não existe desvantagem alguma em participar de uma rede de cidades, qualquer que seja, todos os entrevistados reforçam isso. Ainda mais Gabriela Cano, quando perguntada sobre aspectos negativos desse tipo de atuação, responde:

Agora... não, desvantagem eu acho que não, não existe porque é um espaço, como eu disse, amplo, democrático, a participação pode ser em diferentes níveis né, a cidade pode assumir vários compromissos, como pode ter uma participação menor, sempre vai ser em função também dos objetivos das áreas de RI das cidades que estão participando. São diferentes objetivos, a gente sabe que a realidade das RI nas cidades é muito diversa, então existem cidades que já têm uma área consolidadíssima, com orçamento próprio, com muitos projetos, com equipe grande. Mas a gente também sabe que têm cidades que uma pessoa é responsável por esse espaço, às vezes é um espaço compartilhado com outras áreas da prefeitura, então não é exclusivo, não sendo possível trabalhar com muitos projetos (CANO, entrevistada em Setembro de 2016).

Outro desafio também exposto por ela é a manutenção das cidades na Rede, e da própria Rede. Gabriela também comenta sobre o número de cidades, e suas datas de entrada, no *website* da Rede, o que não expressa a realidade, uma vez que há uma grande brecha entre o período de inserção enquanto Mercocidade e o que se tem desenvolvido.

Isso, ela aponta, é um problema para a Rede manter sua estrutura e suas premiações, por exemplo. Tudo isso decorrente de uma iniciativa isolada de um prefeito, que poderia, muito bem, estar “testando” os benefícios da Rede, principalmente quanto aos recursos.

Nesse tópico cabe apresentar o orçamento da área de RI dos municípios, como exposto por Cano, que é mais uma dificuldade. Se não há dinheiro disponível, não será possível realizar viagens para as reuniões das UTs ou da Cúpula, tornando a participação dentro da Rede, praticamente, irrelevante para o município.

Capistrano deixa muito claro durante a entrevista sobre a importância de uma infraestrutura adequada à atuação internacional do município de Mossoró. Ele comenta que os gestores municipais, geralmente, não valorizam programas que, a princípio, não conseguem trazer recursos para a cidade: [...] eles não querem desembolsar nenhum centavo e sem dinheiro você fica sem condições de fazer praticamente nada.

Hoje, aposentado, Antônio Capistrano mora em Natal (RN) e não tem mais notícias sobre Mossoró na Rede Mercocidades. E, realmente, as notícias disponíveis na *Internet*, que já são poucas, pararam em 2005, quando a cidade participou de alguns encontros na Argentina.

Por mais que haja todo o advento da tecnologia, juntamente ao fenômeno já tratado da globalização, Gabriela fala que nada se compara a sua presença num encontro temático, onde você conhece outros gestores de sua área de interesse. Há, então, uma grande falha estrutural dentro das cidades, e isso impede essa participação de acontecer.

Ela traz, mais uma vez, a importância do prefeito:

E a outra dificuldade é uma questão política, uma decisão política do prefeito(a) de se inserir nesses espaços. Se não existe uma decisão política para isso, também é muito difícil para que a cidade continue participando. Então acho que são esses dois fatores que influem bastante na continuação ou não da participação na Rede (CANO, entrevistada em Setembro de 2016).

Como Gabriela não tem muito conhecimento sobre a atuação nordestina, ela faz alguns apontamentos que aparecem nas entrevistas com outros gestores, dessa vez, de cidades do Nordeste. Ela mostra que quando se tem uma estrutura de RI consolidada, com orçamento próprio, é muito difícil que se perca a continuidade dos processos, mas infelizmente a realidade, muitas vezes, é que só existe um gestor que faz várias tarefas, e não tem uma equipe para auxiliar.

O tempo para conseguir se efetivar uma área como essa é muito relativo, dependendo muitas vezes de quanto demorado os resultados aparecerão. Sócrates traz em seu depoimento que tudo só foi se estruturar/efetivar em 2008, quando ele já estava saindo do governo camaçariense. Ele também relata que sua área, no começo, desempenhava papel de cerimonial, o que não tinha muita conexão com as suas principais funções.

Torres também considera a formação específica em Relações Internacionais como um diferencial dentro da própria Rede Mercocidades, pois ele observava vários colegas dentro da Rede que tinham outras graduações, e até alguns sem. Ele relata:

Então, dentro da Rede você tem aquela desconfiança natural, de você estar lidando ali com gente que é economista... muitas vezes, inclusive, vêm aqueles assessores de Relações Internacionais que não entendem absolutamente nada de rede, e aí... mas é sempre bem recebido (TORRES, entrevistado em Outubro de 2016).

Ele também comenta que foi graças ao seu conhecimento de RI que chegou ao Fórum Social Mundial (FSM) em 2005, quando teve a oportunidade de conhecer outros integrantes da Rede, e nesse momento ele começou a pensar, junto aos demais, como inserir Camaçari nas Mercocidades.

Além de representação reconhecida na Rede Mercocidades, Sócrates cita a sua participação em outras instâncias:

A gente acabou se integrando em outras redes, né? Como eu falei a CGLU, e a FAL, tem a FAL e FALP. Não sei se você conhece. A FAL é o Fórum de Autoridades Locais, que é uma rede que ela é muito mais de esquerda, que envolve países mundiais, não só daqui. E tem a FALP, que é muito ligada também à estrutura do Fórum Social Mundial (FSM). Então geralmente você encontra, quando fui em 2006, fui participar do FSM em Caracas, antes eu fui representar Camaçari... Também teve a questão da coordenadoria de Desenvolvimento Econômico nas Mercocidades... Veja só, 1 ano depois eu já estava representando Camaçari no fórum da FALP, que é o Fórum de Autoridades Locais Periféricas, mundial, onde se tinha a periferia de Barcelona, de Paris, de Nova Iorque, de Roma, sabe... a periferia de São Paulo, nesse caso Guarulhos, que estava lá antes de estar presidindo. Então 1 ano depois a gente já estava reconhecido lá, Camaçari com uma cadeira lá, com fala, com espaço... (TORRES, entrevistado em Outubro de 2016).

E então, mais além, esse gestor comenta sobre a grande possibilidade que Camaçari tinha de se engajar enquanto presidente da Rede, pois as articulações a favor disso estavam muito fortes. Essa teria sido uma boa oportunidade para o Nordeste de se destacar dentro das Mercocidades.

Torres aponta um fato interessante sobre sua saída da prefeitura de Camaçari, pois ele conseguiu manter o contato com alguns integrantes da Rede, sendo inclusive chamado para participar de vários eventos, como da prefeitura de Rosário, na Argentina, enquanto já estava trabalhando em São Paulo.

Ele também traz uma teoria do porquê da área de RI ter desaquecido no município de Camaçari. Segundo ele a secretaria internacional foi absorvida pela de Relações Institucionais, quando assumiu um gestor da área de cultura, que estava mais interessado em promover aspectos culturais especificamente, perdendo, assim, a transversalidade da presente na Rede.

Também, ele depõe, existe um grande problema dentro do governo local que é a opção pela invisibilidade, isto é, a intenção do prefeito em ser “invisível” nacional e internacionalmente, para não expor qualquer informação sobre sua gestão, ficar longe do raio da imprensa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fluxo de informações, e outros recursos, tem sido intensificado nas últimas quatro décadas através do fenômeno da globalização e seus desdobramentos. Os países que possuíam suas áreas política, econômica e social isoladas, descobrem que existe oportunidade nesse novo processo global.

Um dos primeiros elementos alterados, para comportar essa tendência, é a fronteira estatal, que começa a apresentar espaços onde os fluxos (pessoas e capital) ficam mais dinâmicos. Com isso, e numa tentativa dos governos centrais se adequarem à globalização, outros atores passam a operar no contexto internacional mais intensamente, como é o caso das ONGs e empresas multinacionais, acima de tudo.

No entanto, outro agente que também aparece nesse período, mas acaba sendo negligenciado pela literatura e pelo governo, a princípio, é a cidade. E, muito embora as cidades apresentassem algumas dificuldades para atuarem internacionalmente, elas encontraram em mecanismos como a cooperação internacional uma forma de tornar possível suas políticas públicas e atividades.

Nos acordos bilaterais e multilaterais, os municípios passam a construir agendas próprias de discussão com outros do mesmo nível, ou mesmo com esferas superiores, como as estaduais e nacionais. Isso permitiu que eles aumentassem o escopo de suas ações e seus parceiros para projetos e processos.

Claramente percebemos que esse processo de cooperação entre cidades, ainda mais o multilateral, na América Latina, só vem se intensificar com o aprofundamento da globalização e a conectividade da *Internet*, no final dos anos 90. Reforça-se, então, a questão da cidade internacional, conceito de Meneghetti Neto (2005), e a necessidade de uma conexão virtual para se ter acesso às vantagens da internacionalização.

Todo esse contexto está inserido na discussão das redes de cidades, consequências da multilateralidade dos municípios. Nelas existe todo um aparato comum, com leis e regras que devem ser cumpridas para a permanência da localidade no devido acordo. E o que une essas cidades através de uma rede, por exemplo, são preocupações semelhantes, temas complementares, dentre outros fatores.

Nossa pesquisa bibliográfica e documental mostrou que não existem muitos estímulos de Estados ou OIs na formação desse tipo de rede, sendo, na maioria das vezes, iniciativas das próprias cidades, que decidem cooperar para obter algum resultado específico.

Identificamos, então, que muitas vezes é mais fácil para as cidades atuarem em rede do que dentro das instâncias do seu próprio Estado, devido a muitos mecanismos internos deficientes que atrasam as decisões.

Decorrente disso, a Rede Mercocidades é pensada para suprir essas necessidades de prefeituras locais, inseridas na região do MERCOSUL e UNASUL, mas também com o objetivo de pressionar as instâncias superiores da integração regional, isto é, os países que fazem parte dessas organizações. Essa pressão se dá, antes de mais nada, como forma de demandar a participação das localidades na política externa regional. A REMI e o FCCR surgem como resultado dessa movimentação e pressão das localidades e regiões.

A RMC consegue desenvolver suas atividades devido às suas parcerias e anuidade paga pelas cidades-membro. Diversos parceiros trabalham em conjunto com a Rede, e as cidades são estimuladas a procurar apoio em outros âmbitos, inclusive com empresas públicas e privadas locais ou internacionais.

A RMC disponibiliza vários cargos para estimular o desenvolvimento das potencialidades dos municípios, principalmente através das Unidades Temáticas. E a lógica de funcionamento dessa Rede é bastante simples, possuindo um organograma de fácil compreensão, e com a oportunidade das cidades se candidatarem a qualquer função.

A Rede funciona através do esforço e do mérito, isto é, para uma localidade assumir responsabilidades, ela precisa demonstrar quais seus planos de intervenção, além de apresentar uma estrutura básica que comporte a execução desse planejamento. O maior número de participações se dá nas 15 (quinze) UTs.

Ao nos referirmos à participação dentro da Rede, vale ressaltar que ela está destinada a qualquer tipo de cidade da região onde se insere, pois conta com seis categorias de municípios, conforme sua população. Isso demonstra uma margem justa, uma vez que cada categoria apresenta uma anuidade diferente.

Diversas experiências foram destacadas ao longo do trabalho e elas evidenciam os benefícios que a RMC trouxe para as cidades, desde o seu início em 1995. E a Rede sempre busca documentar todas essas boas práticas, para que outros, membros e não-membros, possam ter acesso e replicar em qualquer período.

A maior vantagem consiste na participação ativa nas reuniões e nas Cúpulas, pois isso vai dar visibilidade do município para cidades de outros países, conforme expõe Sócrates M. Torres, em entrevista. Conseqüentemente mais investimentos poderão ser atraídos, e novos projetos realizados.

No entanto, essa atuação internacional intermunicipal, quando tratamos dos governos locais do Nordeste brasileiro, tem se apresentado com pouco foco, pois a presença dos municípios dessa região na Rede Mercocidades encontra-se muito pouco ativa. Isso, na visão dos entrevistados, não se deu pela burocracia da Rede, pois o processo de entrada e permanência é bastante simplificado.

Nos quase 21 (vinte e um) anos de existência dessa organização, a participação das cidades nordestinas tem sido baixa em Unidades Temáticas, Conselho e Diretoria Executiva, e mesmo nas Cúpulas, o que as impossibilita de desenvolver projetos em conjunto, ou até concretizar projetos locais.

Isso se dá, na maioria das vezes, por quebra na gestão, ou enfraquecimento, da área de Relações Internacionais desses entes subnacionais. Fica claro que, quando o assunto internacional é tratado por uma secretaria especializada, as atividades fluem naturalmente, e as perspectivas para o futuro dos investimentos é positiva.

Isso aconteceu em Camaçari, no período que Sócrates Torres era Secretário de Relações Internacionais da Prefeitura, por mais que ele tivesse algumas outras atividades fora da área; e acontece hoje em Jaboatão dos Guararapes, com uma Assessoria de Relações Internacionais gerida por Roberto Trevas e Michelly Cavalcante.

Outra observação que podemos extrair é sobre a formação do pessoal da área internacional dos municípios, o que se mostrou como um elemento vital para as Prefeituras nordestinas entrevistadas. Nas cidades de Jaboatão dos Guararapes e Camaçari, seus gestores tinham graduação específica ou complementar, como Relações Internacionais, Gestão Pública, etc., mas essa não é a realidade da maior parte dos municípios do Nordeste, ou mesmo brasileiros.

A cidade de Vitória da Conquista, aparentemente, entrou na Rede de forma isolada. Não encontramos qualquer notícia relevante sobre a atuação desta na Rede que não a do seu representante, Guilherme Menezes, ter participado de uma reunião da RMC em 2001²⁶.

Mossoró, por sua vez, aderiu à Rede com várias propostas em mente, mas, mais uma vez, faltou um representante de relações internacionais, ou áreas afins, para trabalhar melhor essa área. O que extraímos dessa experiência foi que o interesse pode partir de qualquer representante, mas sem o interesse do prefeito em assuntos internacionais e uma boa gestão, nada de produtivo será feito.

²⁶ Link para documento com Missões Oficiais do prefeito Guilherme Menezes: http://americo.usal.es/oir/Elites/curriculums/Brasil/2007-2011/Guilherme_Menezes_de_Andrade.pdf

Isso se mostra ainda mais perceptível quando pegamos o caso de Recife, que, embora tenha se juntado à Rede em 1996, só começa suas atividades a partir de 2002, quando Trevas acaba de se tornar Assessor Especial de RI da Prefeitura dessa cidade, mantendo a cidade ativa até 2012.

Atualmente, Recife não tem mais participação em UTs, mas Jaboatão dos Guararapes, com a Assessoria de relações internacionais (Roberto Trevas e Michelly Cavalcante), desempenha esse novo papel no estado de Pernambuco, sendo a única cidade nordestina a despontar na rede nesse último período. Por outro lado, Salvador e Fortaleza, grandes capitais e centros brasileiros no Nordeste, não mais participam das atividades.

Como perspectivas futuras e balanço geral da região, que podemos trazer, é sobre o potencial de aceitação das capitais nordestinas que ainda não fazem parte da Rede. Com base em levantamento feito, verificamos o seguinte perfil de participação das cidades brasileiras na Rede: primeiramente em relação ao tamanho populacional, pois das 85 (oitenta e cinco) Mercocidades brasileiras, 66 (sessenta e seis) possuem população menor do que a cidade de Aracaju²⁷, que tem aproximadamente 641.000 (seiscentos e quarenta e um mil) habitantes.

Em segundo lugar, dessas menores cidades da Rede, 9 (nove) estão localizadas fora das regiões Sul e Sudeste, sendo 6²⁸ (seis) no Centro-Oeste e 3²⁹ (três) no Nordeste. Algumas delas sequer estão em região de fronteira, demonstrando, assim, que esse não é um critério para se aderir à Rede.

Faz-se necessário, nesse momento, a conscientização dos governos locais quanto às potencialidades que uma rede pode trazer para as ações das secretarias, para o desenvolvimento de projetos, para o financiamento de obras, dentre outras parcerias prováveis a partir da Rede Mercocidades.

E isso se dá, principalmente, como uma decisão política do prefeito do município que deseja se inserir nesse âmbito, o que não descarta a possibilidade de haver uma pressão de algumas partes da sociedade civil, como universidades ou associações temáticas que conheçam os benefícios da rede. Também podem existir casos que o incentivo venha de outras partes internas desses governos subnacionais, como decorrente de experiências prévias, ou conhecimento sobre as áreas internacionais de atuação das cidades.

²⁷ Capital nordestina com menor população

²⁸ Paranhos, Coronel Sapucaia, Bela Vista, Dourados, Anápolis e Cuiabá, extraído do *website* da RMC.

²⁹ Camaçari, Mossoró e Vitória da Conquista, extraído do *website* da RMC.

No entanto, a conscientização em si não será suficiente para manter programas e outras formas de atuação, cabendo ao prefeito, e a sua equipe, a busca por profissionais da área de Relações Internacionais, com graduação e/ou pós-graduação na área, objetivando-se uma visão ampla do que pode ser feito em cada momento.

A região do Nordeste tem, então, um longo caminho a percorrer rumo à participação dentro da Rede Mercocidades, e outros assuntos internacionais. Isso pode ser facilitado pelo bom senso do prefeito em buscar capacitação em temas internacionais, bem como montar uma equipe de profissionais da área.

Percebemos que as cidades nordestinas possuem potencial, e são áreas diversas, principalmente quando envolve o desenvolvimento econômico local do município e de sua população. Outro potencial já conhecido, também, é o turismo e os pequenos negócios, como artesanato. E tudo isso é abarcado e aprimorado através da associação à RMC.

Hoje podemos afirmar que Jaboatão dos Guararapes e Camaçari, especialmente, e Recife já possuem nome dentro da Rede, correspondente às atividades desempenhadas pelos seus respectivos gestores. Por outro lado, Salvador e Fortaleza apresentam uma atuação mais antiga que não foi continuada; da mesma forma que Vitória da Conquista e Mossoró, que somente entraram na Rede e não tiveram uma atuação concreta.

REFERÊNCIAS

BACHE, Ian; MITCHELL, James. Globalisation and UK Regions: the Prospects for Constituent Diplomacy. 1999. Disponível em: <<https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/70940d1c-cb7d-45fa-bfc0-0154748837db.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2016.

CARDOSO, Eliana. Hiperinflação na América Latina. **Revista de Economia Política**, v. 11, p. 21-42, 1989.

CARDOSO, Gustavo. Sociedades em Transição para a Sociedade em Rede. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.). **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política**. Belém: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005. p. 31-61. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede, vol. 1. **São Paulo: Paz e Terra**, 1999.

CHAZEL, François. Movimentos sociais. **Tratado de sociologia. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed**, p. 283-335, 1996.

CIDPA; AÇÃO EDUCATIVA – ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO. **Evaluación de las mejores prácticas que persiguen la inclusión social de los/as jóvenes carenciados são las mercociudades**: Volumen 2 Informes Nacionales. Viña Dela Mar, Chile: CIDPA; São Paulo: Ação Educativa, 2003. Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/Modulos/Juventud/Volumen2.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____. **Evaluación de las mejores prácticas que persiguen la inclusión social de los/as jóvenes carenciados são las mercociudades**: Volumen 3 Documentaciones de Experiencias. Viña Dela Mar, Chile: CIDPA; São Paulo: Ação Educativa, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/1828>>. Acesso em: 15 set. 2016.

CODESUL. **Relações Internacionais.** Disponível em: <<http://www.codesul.com.br/conteudo.php?pag=relacoes>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

COSTA, Wanderley Messias da. Temas e Problemas da Geografia Política Contemporânea. In: COSTA, Wanderley Messias da (Org.). **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 251-285.

EUROCITIES. **History.** Disponível em: <http://www.eurocities.eu/eurocities/about_us/history>. Acesso em: 17 maio 2016.

EUROPEAN COMMISSION. **Latin America - URB-AL III - Promoting local public policies.** Disponível em: <https://ec.europa.eu/europeaid/regions/latin-america/urbal_en>. Acesso em: 25 abr. 2016.

FRÓIO, L. R.; MEDEIROS, M.; SADECK, B. FCCR (2004 – 2014): UMA DÉCADA DE COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA. Revista Estudos Internacionais. Universidade Estadual da Paraíba. **No prelo**, 2017.

GODOY, Sergio. **Cooperação internacional, desenvolvimento local e disputa de hegemonia: as experiências de Montevideu-Uy, Rosário-Ar e Santo André-Br.** 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-05112012-111327/en.php>>. Acesso em: 20 set. 2016.

GOMES, Joséli Fiorin Fiorin. A REDE MERCOCIDADES NA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: A PARADIPLOMACIA NO MERCOSUL E NA UNASUL. **Revista InterAção**, Goiania, v. 8, n. 8, p.52-69, jun. 2005. Quadrimestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/16699/pdf>>. Acesso em: 13 out. 2016.

GRANATO, Leonardo; ODDONE, Carlos Nahuel. La red Mercociudades: una oportunidad para las ciudades venezolanas. **Provincia**, n. 18, p. 59-80, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Nahuel_Oddone2/publication/263047005_La_red_M

ercociudades_una_oportunidad_para_las_ciudades_venezolanas/links/0deec539a54c225900000000.pdf> Acesso em: 25 abr. 2016.

KLEIMAN, Alberto. Processo de institucionalização de Mercocidades. Da REMI ao FCCR. In: MERCOCIDADES (Org.). **15 AÑOS DE MERCOCIDADES**. Santa Fé: Mercocidades, 2010. p. 61-64. Disponível em: <http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/Publicaciones/libro_15_anos_Mercociudades.pdf>. Acesso em: 02 out. 2016.

MARTELLI, Carla Gandini Giani. Estado-rede: a possibilidade do Estado na sociedade informacional. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, 2009. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/2163-4781-1-pb.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2016.

MEIJERS, Evert. Polycentric urban regions and the quest for synergy: is a network of cities more than the sum of the parts?. **Urban studies**, v. 42, n. 4, p. 765-781, 2005. Disponível em: <<http://usj.sagepub.com/content/42/4/765.short>>. Acesso em: 02 out. 2016.

MENEGHETTI NETO, Alfredo. **Redes de cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências: o caso da rede Mercocidades**. 2005. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/teses/teses_fee_04.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.

MOREIRA, Paula Gomes. Governos Subnacionais Amazônicos: Novos Padrões de Relacionamento na Conjuntura Internacional Contemporânea. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 105, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000100004>. Acesso em: 02 out. 2016.

NOHRIA, Nitin. Is a network perspective a useful way of studying organizations. **Hickman, Gill Robinson. Leading organizations: perspectives for a new era. California: Sage Publications**, p. 287-301, 1998.

ONUKEI, Janina. São Paulo e a Rede 10: Luta contra a pobreza Urbana. Programa de Cooperação URB-AL. **Documento Final**. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Relações Internacionais, São Paulo: Setembro, 2005. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp17/Artigo5_Aldomar.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

ONUKEI, J.; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Paradiplomacia e Relações Internacionais: a experiência da cidade de São Paulo. **Centro de Estudos das Negociações Internacionais: CAENI. USP. São Paulo**, 2013. Disponível em: <http://www.caeni.com.br/publicacoes/doc_download/35-paradiplomacia-e-relacoes-internacionais-a-experiencia-da-cidade-de-sao-paulo>. Acesso em: 02 out. 2016.

PINTO, Fabiana Rita Dessotti et al. Rede Mercocidades na cooperação descentralizada: limites e potencialidades. 2011. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/handle/handle/3326#preview-link0>> Acesso em: 18 maio 2016.

PRADO, Débora Figueiredo Barros do. **A atuação internacional dos governos locais via rede**: o caso da Mercocidades e do Programa URB-AL Rede 10. 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000442053>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

REDE MERCOCIDADES. **Descrição da Rede**. Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2251>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Estatuto e Regulamento das Mercocidades**. Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2272>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Mapa de Mercocidades**. Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2313>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Organograma Mercocidades**. Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2278>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

RIBEIRO, Antônio Carlos; ANDRADE, Mayra Thais Silva. A rede Mercocidades: a participação dos atores locais na integração regional sul-americana. In: **XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia**. 2013. Disponível em: <

http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT12/GT12_RibeiroA_SilvaM.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

RÜCKERT, Aldomar A.. **Reforma Do Estado, Reestruturas Territoriais, Desenvolvimento E Novas Territorialidades. Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 1, n. 17, p.79-94, fev. 2005. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp17/Artigo5_Aldomar.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2000. Rio de Janeiro: Editora Record. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/22741492/1396438120/name/Por+Uma+Outra+Globaliza%C3%A7%C3%A3o++Milton+Santos.pdf>> Acesso em: 17 maio 2016.

SOLDATOS, Panayotis. La nouvelle génération de villes internationales: phénomène de segmentation des rôles traditionnels de l'état-nation. PHILIP, Christian; SOLDATOS, Panayotis. *Au-delà et en deçà de l'état-nation*. Bruxelas, Bruylant, 1996.

TAYLOR, P. J. et al. A new mapping of the world for the new millennium. **The Geographical Journal**, v. 167, n. 3, Sept 2001. Disponível em: <<http://www.lboro.ac.uk/gawc/rb/rb30.html>> Acesso em: 18 maio 2016.

YAHN FILHO, Armando G. **Relações Internacionais e Atores Subnacionais: Um estudo da inserção internacional da região metropolitana de Campinas**. Tese de Doutorado, Unicamp, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000787434>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

Apêndice A – Levantamento de Coordenadoras de UTs da Rede Mercocidades (1995-2016)

PRESIDÊNCIA	Assunção	Porto Alegre	Córdoba	Montevideu	Belo Horizonte	Rosário	Val Paraíso	Assunção	Montevideu	Buenos Aires	Santo André
UT	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/2006
Autonomia e Gestão	Não Existia			La Plata	Bahia Blanca	Mar del Plata	Paysandú	Paysandú	Campinas	Malvinas	Paysandu
Ciência e Tecnologia	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	São Carlos	São Carlos	São Carlos
Comércio Exterior	Curitiba	Curitiba	Redefinida								
Cooperação Internacional	Não Existia	Assunção	Assunção	Porto Alegre	Val Paraíso	Val Paraíso	Porto Alegre	Buenos Aires	Buenos Aires	Montevideu	Comissão Diretiva, STPM
Cultura	Salvador	Salvador	Buenos Aires	Córdoba	Porto Alegre	Florianópolis	Juiz de Fora	Juiz de Fora	Juiz de Fora	Buenos Aires	Buenos Aires
Desenvolvimento econômico local	Não Existia		Mar del Plata	Mar del Plata	Mar del Plata	Córdoba	Córdoba	Santo André	Santo André	Santo André	Rosário
Desenvolvimento Social	Montevideu	Montevideu	Montevideu	Montevideu	Montevideu	Rosário	Rosário	Rosário	Rosário	Rosário	La Matanza
Desenvolvimento urbano	Não Existia	Córdoba	Brasília	Brasília	Malvinas	Malvinas	Malvinas	Malvinas	Malvinas	Recife	Recife

Educação	Não Existia			Buenos Aires	Buenos Aires	Buenos Aires	Concepción	Quilmes	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Santo André
Gênero e Município	Não Existia				Montevideú	Montevideú	Buenos Aires	Buenos Aires	Montevideú	Rosário	Rosário
Gestão Municipal e Planificação Estratégica	Porto Alegre	Rosário	Rosário	Redefinida							
Juventude	Não Existia								Mendoza	Morón	
Legislação e política tributária	Brasília, La Plata	Redefinida									
Meio Ambiente	Não Existia	Concepción	Concepción	Concepción	Concepción	Porto Alegre	São Paulo	São Paulo	São Paulo	Montevideú	Redefinida
Meio Ambiente e Sustentabilidade	Não Existia										Montevideú
Municipalidades e Universidade	La Plata	La Plata, Assunção	Redefinida								
Planejamento Urbano e Ambiental	Rosário	Redefinida									
Planificação Estratégica	Não Existia			Rosário	Rosário	Bahia Blanca	Bahia Blanca	La Plata	Comodoro Rivadavia	La Matanza	Rio Grande
Segurança Cidadã	Não Existia								Assunção	Diadema	

Turismo	Florianópolis	Florianópolis	Curitiba	Florianópolis	Florianópolis	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Porto Alegre	Porto Alegre	Belo Horizonte	Belo Horizonte
----------------	---------------	---------------	----------	---------------	---------------	----------------	----------------	--------------	--------------	----------------	----------------

PRESIDÊNCIA	Morón	Canelones	Rosário	Belo Horizonte	Montevideu	Quilmes	Porto Alegre	Rosário	São Paulo
UT GESTÃO	2006/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Autonomia e Gestão	Paysandu	Paysandu	Neuquén	Neuquén	Neuquén	Neuquén	Canoas	Canoas	Porto Alegre
Ciência e Tecnologia	São Carlos	Tandil	Rio de Janeiro	São Carlos	Tandil	Tandil	Tandil	Tandil	Montevideu
Cooperação Internacional	Comissão Diretiva, STPM								
Cultura	Córdoba	Buenos Aires, Caracas	Buenos Aires	Buenos Aires	Buenos Aires	Morón	Morón	Buenos Aires	Buenos Aires
Desenvolvimento econômico local	Rosário	Morón	Morón	Guarulhos	Guarulhos	Morón	Canelones	Canelones	Canelones
Desenvolvimento Social	La Matanza	Jacarei	Montevideu	Montevideu	Quilmes	Guarulhos	Esteban Echeverria	Esteban Echeverria	Esteban Echeverria
Desenvolvimento urbano	Vitória	Vitória	Porto Alegre	La Victoria de Lima	La Victoria de Lima	Vicente López	Zárate	Zárate	Zárate
Educação	Santo André	Buenos Aires	Buenos Aires	Junín	Rosário	Córdoba	Guarulhos	Santa Fé	Córdoba

Gênero e Município	Belo Horizonte	Morón	Morón	Assunção	Assunção	Canelones	Canelones	Canelones, Quilmes	Montevideú
Integração Fronteiriça	Não Existia						Bagé	Bagé, Rosário	Porto Alegre, São Paulo
Juventude	Montevideú	La Matanza	La Matanza	Jesus María (Peru)	Buenos Aires	Rosário	Avellaneda (Buenos Aires)	Avellaneda (Buenos Aires)	São Paulo
Meio Ambiente e Sustentabilidade	Rio Cuarto	Canelones	Canelones	Canelones	Canelones	Esteban Echeverria	Esteban Echeverria	Santa Fé	Santa Fé
Planificação Estratégica	Rio Grande	Rosário	Rosário	Morón	Morón	Monte Caseros	Quilmes	Quilmes	Canoas
Segurança Cidadã	Gravataí	Valparaiso, Gravataí	Canoas	Canoas	Pergamino	Pergamino	Pergamino	Pergamino	Tandil
Turismo	Buenos Aires	Montevideú	Montevideú	Porto Alegre	Porto Alegre	Maldonado	Buenos Aires	Córdoba	Córdoba

APÊNDICE B – Levantamento de Coordenadoras de Grupos de Trabalho da Rede Mercocidades (2008-2016)

PRESIDÊNCIA	Canelones	Rosário	Belo Horizonte	Montevidéu	Quilmes	Porto Alegre	Rosário	São Paulo
GESTÃO	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
GRUPO								
Cultura de Esporte, Atividade Física e Recreação	Montevidéu	Montevidéu	Caxias do Sul	Morón	Parcona	Parcona	Parcona	Parcona
Descapacidade e Inclusão	Não Existia				Montevidéu	Montevidéu	Porto Alegre	São Paulo
Comunicação	Não Existia					Porto Alegre, Quilmes, Montevidéu, Comissão Diretiva, STPM	Porto Alegre, Rosário, São Paulo, Montevidéu, Comissão Diretiva, STPM	Comissão Diretiva, STPM

APÊNDICE C – Levantamento de Coordenadoras de Comissões da Rede Mercocidades (2008-2016)

PRESIDÊNCIA	Canelones	Rosário	Belo Horizonte	Montevideú	Quilmes	Porto Alegre	Rosário	São Paulo
GESTÃO	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Economia Social e Solidária	Rosário	Guarulhos	Diadema	Diadema	Quilmes	Posadas	Posadas	Osasco
Formento de Negócios	São José do Rio Preto	Não houve coordenação		Campinas	Esteban Echeverria	Santa Fé	Santa Fe	Pergamino
Direitos Humanos	Morón	Morón	Morón	Morón	Maldonado	Maldonado	Morón	São Paulo
Cooperação Descentralizada	Não Existia	Conselho						

APÊNDICE D: Entrevista com Roberto Trevas e Michelly Cavalcante

A presente entrevista foi realizada na quinta-feira (15) do mês de setembro de 2016 na cidade de Jaboatão dos Guararapes, com a presença de Roberto Y Plá Trevas, atual Assessor Especial de Captação de Recursos Externos e Relações Internacionais da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes e ex-Gerente Geral de Governos e Organismos Multilaterais da Secretaria de Governo do Estado de Pernambuco; e de Anna Michelly Cavalcante Rodrigues, atual Assessora de Relações Internacionais do município de Jaboatão dos Guararapes e Coordenadora da Rede Mercocidades do mesmo.

Ramon de F. Leandro:

Primeiramente gostaria de agradecer aos dois por aceitarem meu convite para a entrevista. Como devem ter visto no e-mail que encaminhei com o roteiro, o meu trabalho fala sobre a atuação das cidades nordestinas na rede Mercocidades. E como Jaboatão faz parte, eu gostaria de entender como funcionou esse processo. O senhor pode me falar um pouco mais sobre como é participar de uma rede?

Roberto Trevas:

Já que você está gravando, vou me apresentar. Meu nome é Roberto Trevas, sou responsável pela área de captação de recursos e Relações Internacionais da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes. Nossa equipe aqui é Michelly, assessora de Relações Internacionais, e Nathália Lêdo também, são assessoras dessa área de Relações Internacionais.

Nós estamos atuando aqui em Jaboatão desde Dezembro de 2013. Inicialmente a participação de Michelly, e nós trouxemos também Fernando, que tinha trabalhado comigo na Prefeitura de Recife, Fernando na área de Captação de Recursos e Michelly na área de Relações Internacionais.

Então nós nos estruturamos aqui, nós somos ligados à Secretaria Executiva de Planejamento, Coordenação e Avaliação (SEPLAV), Tereza Falângola é nossa secretária executiva, e Mirtes Cordeiro é a secretária municipal, que é a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento (SEFAZ).

Então inicialmente nós fazemos o trabalho na área de Captação e de Relações Internacionais. Jaboatão não participava da área de Relações Internacionais, ou seja, no início nós formalizamos a entrada de Jaboatão na Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), hoje nosso prefeito, Elias Gomes, é um dos vice-presidentes da FNP.

Atualmente no Brasil, nós temos 3 associações que congregam o município, e o Brasil tem cerca de 5.674, a FNP é a associação mais antiga, inicialmente eram só prefeitos de capitais, depois ela estendeu a associar prefeituras com mais de 100 mil habitantes, e hoje tem mais de 200 e poucas prefeituras que fazem parte da FNP. Tem outra associação municipalista chamada CNM, que é a Confederação Nacional dos Municípios, ela abrange os municípios de qualquer população. E tem também a terceira que é a AMB, Associação Municipalista Brasileira, que congrega cerca de 150 municípios.

Michelly Cavalcante:

Roberto, licença. A FNP, essa questão da vice-presidência tem várias linhas de atuação, aí Elias Gomes, que é o nosso prefeito, ele trabalha na área de erradicação da pobreza, só para pontuar.

Roberto Trevas:

Então atuamos ativamente junto à FNP, também nós fazemos parte do FONARI, Fórum de Assessores e Secretários de Relações Internacionais. Na época do Recife, nós fomos membro-fundador do FONARI, em 2005. Então inicialmente foram: Recife, Belo Horizonte, Salvador, Guarulhos e Porto Alegre. A gestão anterior estava a cargo da prefeitura de São Paulo, hoje em dia é a prefeitura de Guarulhos.

Geralmente todas essas prefeituras, nós somos ligados à Rede Mercocidades, Jaboaão faz parte da Rede de Mercocidades, nós também participamos de unidades temáticas.

Michelly Cavalcante:

Nós entramos na Rede em Abril de 2014, e ano passado, porque cada ano que tem a cúpula, tem as eleições para coordenadoria e vice coordenadoria das Unidades Temáticas (UT). E a gente está vice coordenando a UT de Desenvolvimento Econômico Local, e dentro dessa UT tem a Comissão de Economia Social e Solidária, que também a gente subcoordena, e até a primeira reunião dessa UT foi aqui em Jaboaão, pela primeira vez foi em uma cidade do Nordeste.

Foi bem interessante, a gente firmou um acordo com Osasco, em troca de experiências, levamos eles para a FENEARTE, e a gente tem a ideia de, ano que vem, comprar um estande na FENEARTE, para todas as cidades que fazem parte da Mercocidades

poderem comercializar todos os produtos que fazem parte da Economia Solidária lá nesse estande, e outros também.

Ramon de F. Leandro:

É justamente isso o que eu pretendia abordar com as perguntas, para saber mais sobre a entrada do município na Rede Mercocidades, quem teve a iniciativa, qual era o objetivo inicial, se o objetivo foi atingido.

Roberto Trevas:

Veja só, até falar sobre Mercocidades, aqui vou lhe entregar esses documentos que trazem alguns dados, para você ter noção sobre Jaboatão. Então aqui um pequeno *paperzinho* mostrando Jaboatão tem próximo de 700 mil habitantes, é a segunda maior cidade de Pernambuco (PE), faz parte da região metropolitana do Recife, que envolve cerca de 4,5 milhões de habitantes, composta por Recife, Jaboatão, Cabo de Santo Agostinho, Paulista, Igarassu, Olinda.

Então nós fazemos parte, aí a segunda, Jaboatão tem uma característica interessante, que é uma população rural muito grande, aliás, uma área rural muito grande, diferentemente dos outros municípios. Cerca de 70% vem da área rural, que era de plantio de cana, usina de açúcar daqui.

Michelly Cavalcante:

Inclusive a área de Jaboatão é maior do que a de Recife, mas ninguém se dá conta disso porque é uma área rural, aí parece menor, mas não é.

Roberto Trevas:

Aí você fica com isso daí, que tem os dados.

Então veja só, a nossa entrada na Rede foi mais uma decorrência da nossa experiência na prefeitura do Recife. Na época, Recife participava ativamente da Rede, então quando nós viemos para cá, Michelly já havia trabalhado comigo lá no Recife, e então os primeiros passos foi, na realidade, a Rede é um fórum, inicialmente, dos 4 países do MERCOSUL, depois entrou a Venezuela, e então, onde são debatidos diversas pendências, atualmente temos 16 UTs na Rede.

Hoje a secretaria geral da Rede está com São Paulo, e vai haver agora em novembro, na cidade de Santa Fé, que inclusive participaremos, sempre estamos presentes. E eu acho que é um fórum dos municípios muito importante para desenvolver experiências, que não somente dentro da Mercocidades, mas também da cooperação descentralizada, nós participamos também.

A inserção dos municípios brasileiros na área internacional começou a ter maior aquecimento a partir do governo Lula, do primeiro mandato, quando foi criada a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), ligada à Casa Civil da Presidência da República. Uma de suas finalidades era a inserção dos municípios, dos estados também, dentro da troca de experiência de cidades, então foi criado naquela época uma área chamada cooperação descentralizada.

Nosso parceiro inicial foi a França, fizemos bastantes trabalhos, participamos de eventos, na cooperação descentralizada sempre é uma cidade da França, depois uma cidade do Brasil, e por aí vai. Inicialmente foi em Marseille, depois em Belo Horizonte, depois em Lion, e depois Belo Horizonte. Houve uma diminuição, mas era uma área bastante importante coordenada pelo governo federal.

Na época dessa cooperação descentralizada, nós participamos da Expo-Xangai, em 2010, lá em Xangai. Nós fizemos parte de uma comitiva de 10 pessoas, que inclui a prefeitura do Recife, de Olinda, de Camaçari (BA), Rio de Janeiro e Porto Alegre. Participamos de um seminário da SAF dentro da Expo-Xangai, no pavilhão de exposição do Brasil. Então houve uma rodada de negócios, dentre 50 empresários chineses de diversas áreas. E nós, como éramos de Recife, fizemos uma exposição sobre Recife e PE, mostrando as potencialidades do estado de PE, especificamente do complexo de Suape, um complexo portuário e industrial, que congrega mais de 150 empresas já em operação, inclusive a refinaria Abreu e Lima, que estava em construção, hoje está em pleno funcionamento, produzindo óleo Diesel para todo o Nordeste.

Então nessa ocasião, Recife apresentou a potencialidade do nosso município também, do estado, dessa atividade da cooperação descentralizada. Tem até uma menina, que eu acho que é professora de vocês, é Liliana, é? Quem foi que me indicou?

Ramon de F. Leandro:

Sim, Liliana Fróio, ela é minha orientadora. Ela quem indicou o senhor. Quero também, no futuro, saber dos procedimentos para tornar João Pessoa uma Mercocidade.

Roberto Trevas:

Nesse sentido, tivemos a oportunidade, na época que era uma vereadora, que esqueci o nome dela. Houve um seminário na UEPB, uma mesa eu participei, aí veio um assessor da SAF, e um professor da Universidade de Brasília (UnB). Participamos e depois recebemos um convite da Câmara de Vereadores de João Pessoa, com a vereadora que não lembro o nome, para nós fazermos uma discussão sobre a perspectiva da prefeitura do município ter uma área de Relações Internacionais, que para surpresa nossa, um município como João Pessoa ainda não ter uma área assim. Jabotão tem cerca de 700 mil habitantes, e João Pessoa cerca de 900 mil.

Cidades que participam, você tem Canoas, e outras de 150, 200 mil habitantes que participam dessa área, inclusive, foi nesse debate, com uma resolução da vereadora para o prefeito, que era Luciano Cartaxo, que era atentar para a importância do município do porte de João Pessoa participar da área de Relações Internacionais, mas eu reitero aqui o nosso desejo de que João Pessoa entre.

Ramon de F. Leandro:

É o que eu estava dizendo para vocês, esse trabalho, a longo prazo, espero que ele seja útil para João Pessoa, mostrando as vantagens e oportunidades que a Rede, e atuar internacionalmente, pode ter.

Então quer dizer que vocês que trouxeram a questão de Mercocidades para Jabotão?

Roberto Trevas:

Nós nos inserimos na Rede Mercocidades, nós pleiteamos e fomos aceitos, Michelly até estava, onde foi aquela cidade?

Michelly Cavalcante:

Em Porto Alegre. Mas assim, para a gente foi até mais fácil por já ter os contatos de Recife. Aí tem o Jorge, o diretor lá em Montevideo. Ele é bem acessível. Aí na época a gente mandou um e-mail para ele, e mandou uma carta formalizando, o prefeito assinou. Eles aceitaram de uma forma informal, e a gente tomou posse no fim do ano em Rosário, na Argentina.

Ramon de F. Leandro:

Tem que ir para a Cúpula, não é?

Michelly Cavalcante:

É, se não, não é válido. Aí assim, a gente começou mais acompanhando, em 2014, mas a gente chegou a publicar um artigo pelo Mercocidades. Que foi apresentado na Argentina, no centro de referência de mulheres que sofrem abuso. Porque assim, você trabalha com várias secretarias, você pega os projetos que têm na prefeitura, vê o que tem potencial para procurar experiência.

Roberto Trevas:

Veja só, a área de Relações Internacionais trabalha junto às diversas secretarias. A cooperação internacional é uma via de mão dupla, a gente recebe experiência de outras prefeituras e damos nossa experiência. Então nosso trabalho é o de coordenação junto às secretarias.

Michelly Cavalcante:

A área de Economia Solidária mesmo, eu fui a Osasco, durante a cúpula das Mercocidades, dias antes, aí conheci o trabalho de Economia Solidária lá, aí eu trouxe para cá, para o secretário Reginaldo Guimarães, e eles começaram a trabalhar a partir daí. A gente traz a experiência e leva, aí se for do interesse de ambas as partes, trabalham juntos. Inclusive a gente já está até exportando medicamentos fitoterápicos daqui para Osasco, já mandou para Montevideo também.

Ramon de F. Leandro:

Certo. Então esse é o principal tema da cidade dentro da Rede? Desde 2014, quando a cidade foi inserida...

Michelly Cavalcante:

Também, é porque depende do momento. Na verdade esse ano enviamos 3 pessoas para fazer um curso nas Mercocidades, é um curso que tem a cada 2 anos, oferecido pela Rede, e é quando eles escolhem 1 projeto por cidade. E pela primeira vez eles escolheram

mais de 1 projeto, foram 3 pessoas: 1 projeto de reurbanização da Lagoa Olho d'água, e 2 de Economia Solidária.

São quatro meses de curso, eles fazem 1 semana presencial, que esse ano foi em Contagem (MG), aí ao final do ano eles escolhem 3 projetos, os melhores. Porque eles escolhem 14 cidades. E no fim do ano, se a gente estiver entre esses 3 projetos, qualquer um, se tiver um já é lucro. Durante a Cúpula da Mercocidades vai ter uma reunião com possíveis financiadores, aí uma coisa acaba levando a outra assim.

Roberto Trevas:

Perfeito! Dentro aí dessa atividade, nós participamos do Colóquio Sul-americano sobre Cidades Metropolitanas (MSUR), coordenado pela prefeitura de São Paulo e pela CEPAL, lá no Chile. Eu acompanhei o vice-prefeito, nós fomos para Santiago, no Chile, Montevideo, São Paulo e Quito. A conclusão desses trabalhos servirão como subsídio para o Habitat 3, vai ter reunião em Quito agora em outubro. A princípio Jabotão deve participar. Certo?

Ramon de F. Leandro:

Certo. Então eu também queria discutir um pouco sobre as UTs. Aquilo que Jabotão participa. Como foi esse processo? Como é a votação?

Michelly Cavalcante:

Olhe, foi assim. Por que assim, a semana de Mercocidades tem várias atividades, e todas acontecem ao mesmo tempo. Roberto participou da reunião com os prefeitos, e eu fui para a reunião das UTs. E aí tem várias salas com os temas, aí no caso da gente, você identifica um tema que pode ser levado. Aqui nós temos os APLs, agentes produtivos locais, e a gente pensou em levar essa experiência e a Economia Solidária também, e lá conversando, há muito tempo que já se vinha debatendo a importância de inserir uma cidade do Nordeste, como coordenador ou subcoordenador, porque Recife não está mais atuando, nem Salvador, que eram os únicos. Salvador da época de Leonel Neto.

Ramon de F. Leandro:

Porque assim, eu vejo que no Nordeste Jabotão é a cidade que está mais ativa na Rede.

Roberto Trevas:

Recife nós tivemos, durante 12 anos, nas gestões de João Paulo e João da Costa, foi criada essa área de Relações Internacionais, nós tivemos diversos acordos não só com a China, mas com a França e Cuba, também teve o acordo com Maputo.

Michelly Cavalcante:

Aí só para fechar aquela questão da eleição. Se leva em conta dois critérios, para escolher o coordenador, a rotatividade, pois não pode ser sempre a mesma cidade, e cidades de países diferentes, assim não pode ser uma cidade da Argentina, depois passar para outra. O segundo, mais importante, é ter um projeto interessante. Nesses 8 anos de gestão, na verdade Reginaldo, não dá nem 8 anos, acho que faz 3 ou 4 anos só, que ele entrou aqui.

Roberto Trevas:

Reginaldo é o secretário de Economia Solidária aqui de Jaboatão.

Michelly Cavalcante:

E muita coisa já foi feita. Eles formaram muita gente já. A gente já está até exportando para a Holanda, já participou de vendas lá. A gente não né, as comunidades. Existe o COPEs, Centro de Orientação Permanente de Economia Solidária, tem duas salas de aula. Eles formam as mulheres, não só mulheres, mas a maioria é de mulheres, ensinam não só o artesanato, mas também a gestionar o negócio, para elas se tornarem independentes, a gente ser só o apoio, a ponte.

E é uma secretaria bastante ativa, Desenvolvimento Local que a gente parou um pouco, né Roberto? Você ir lá conhecer os cursos. Falar com Reginaldo.

Roberto Trevas:

É interessante porque é uma UT muito ativa. Vale a pena, porque é dentro das Mercocidades.

Michelly Cavalcante:

Dentro da Mercocidades, elas apareceram até no Globo Repórter já. São todas formadas pela prefeitura, inicialmente, depois elas viram independentes. E os APLs a gente ganhou até o prêmio do SEBRAE esse ano. Inclusive outros prêmios nacionais e

internacionais. Os projetos, o primeiro, o segundo são os APLs, que é o desenvolvimento econômico local, e o primeiro, foi o de engorda da orla da praia.

A orla estava sendo invadida pelo mar, destruindo tudo, os moradores não queriam mais pagar IPTU, estava um caos total. A população não tinha mais direito à praia, e aí eles fizeram um aterro a 5,8 km da orla, hoje em dia já tem lazer.

Roberto Trevas:

Também já tem um projeto de financiamento que nós estamos participando, para reforma da orla e de outras mobilidades.

Ramon de F. Leandro:

Ok. Eu gostaria de saber também as principais vantagens e desvantagens de se estar na Rede. É porque eu imagino que deve ter alguma desvantagem, talvez seja a taxa...

Michelly Cavalcante:

Assim, quando a gente recebe algum município, a gente tem que arcar com hotel e alimentação, é só isso.

Ramon de F. Leandro:

Então não tem uma taxa, como US\$ 3000,00? Como se dá a receita das Mercocidades?

Michelly Cavalcante:

Através de parcerias, geralmente.

Roberto Trevas:

É que essa é uma taxa pequena, na verdade, se comparada com a taxa que a gente paga para a FNP, que se não me engano é cerca de R\$ 40.000,00. Vamos falar da FNP para chegar na Rede Mercocidades.

Na verdade você tem os custos, a FNP tem uma grande estrutura, e tem a questão da reivindicação dos municípios frente ao governo federal, realmente é conduzida pela FNP. E também várias parcerias também colocam dinheiro, como a própria Caixa Econômica.

Ramon de F. Leandro:

Então não se paga nada para as Mercocidades?

Michelly Cavalcante:

Não. Mas assim, tem que estar presente. A gente é um dos membros do Conselho. Recife perdeu a cadeira porque faz mais de 1 ano que eles não participam de nada. Você tem que estar presente sempre, com novos projetos.

Ramon de F. Leandro:

Existe vantagem em ser parte do Conselho?

Michelly Cavalcante:

Sim, o voto. Por exemplo, se tiver alguma eleição ou algo assim. E também quem organiza as reuniões é o conselho também, os acordos.

Roberto Trevas:

Representa né, você não pode, não vai discutir com, tem 250 membros na Rede, aí você precisa de um diretor normativo.

Michelly Cavalcante:

E é uma questão bem complicada, né Roberto? Ano passado houve até uma pequena confusão, só para ele entender os bastidores, porque não era para nenhuma cidade argentina se candidatar. Porque a gente disse: Vamos dar uma chance... Porque sempre não dá Argentina, Brasil, Argentina, Brasil.... A gente fez não, ninguém se candidata, e no Brasil ninguém se candidatou, só que aí Buenos Aires entrou. E aí Lo Prado, que era do Chile e que tinha entrado também, também não queria. E então começou uma confusão interna.

E ninguém queria apoiar Buenos Aires, aí para não ficar chato, Santa Fé entrou, e, fizeram um acordo, Lo Prado saiu, porque não tinha estrutura realmente, uma cidade muito pequena. Foi uma briga de prefeitos. Lo Prado não tem know-how, uma cidade pequena. Aí a gente imaginou: Lo Prado não pode ser porque não tem estrutura, e não queremos apoiar Buenos Aires, aí acabou que Santa Fé entrou para poder derrubar Buenos Aires.

Então é toda essa questão interna que é o Conselho quem resolve.

Roberto Trevas:

É um fórum importante, né, de discussão dessa parte de experiência. Veja só o seguinte. Até então alguns municípios viviam muito isolados. A Habitat II que foi em Istambul, em 1996, então começou a haver a discussão da inserção de municípios na área de Relações Internacionais. Por que o que acontece? A relação entre países é uma atribuição, na Constituição brasileira, da República Federativa. O que ocorre nos municípios? Essa estrutura seria muito pesada para o governo, então os municípios começam a manter entendimentos entre as cidades.

Mas quer dizer o seguinte: na cooperação descentralizada, nas Relações Internacionais, existe perspectiva de municípios, sem a interferência do governo central, de desenvolver projetos com essas diversas cidades.

Infelizmente, quando não se tem uma continuidade da gestão, como no caso de Recife. Recife desacelerou com relação a essa área, depois de 12 anos.

Voltando agora para sua terra, eu digo João Pessoa, a universidade, você pode até ressaltar a importância de um município como João Pessoa, de participar das Relações Internacionais.

Ramon de F. Leandro:

Certo. Gostaria de saber se vocês percebem algum tipo de desvantagem.

Roberto Trevas:

Olha eu não vejo desvantagem nenhuma. É um processo de erro e acerto. Se houve desvantagem, é um problema na concepção de algum projeto, então serve de experiência. É um processo evolutivo: com os erros e acertos você aprimora. Você tem a possibilidade de discutir com cidades da América do Sul, nas Mercocidades, mas também da Europa, da África.

Então veja só, essa inserção internacional eu acho importante. E a academia é fundamental por fornecer profissionais para trabalhar nessa área. A prefeitura, criando uma área, é um mercado de trabalho.

Ramon de F. Leandro:

Uma outra questão que eu tenho é dos encontros da Rede. Vocês tinham contato com alguma outra cidade do Nordeste? Fortaleza, Salvador, Camaçari...

Roberto Trevas:

Não. Fortaleza e Salvador não têm mais atuação, tinham na época do Recife. Mas hoje a principal creio que seja Jaboatão. Creio que com essas novas eleições vai haver mudança na gestão, que o pessoal das Mercocidades e da FNP devem fazer trabalhos nesse sentido.

Por exemplo, Olinda, que é aqui junto, com 400 mil habitantes, não participa, não tem assessoria de Relações Internacionais, nem de captação de recursos. Assim, uma coisa que é importante nessa área de Relações Internacionais e Captação de Recursos é que haja um apoio e comprometimento direto do prefeito, como é o caso daqui, como era o caso do Recife.

Michelly Cavalcante:

Nossa maior dificuldade é essa, de convencimento.

Roberto Trevas:

Porque veja só o seguinte: primeiro fica, para as outras secretarias, a visão errônea de que a área de Relações Internacionais é turismo, é de passear. Não é isso. No meu ponto de vista tem que ficar diretamente ligado ao prefeito, ou ao gabinete do prefeito, ou, como é o nosso caso, a uma secretária forte, porque, se não, você não tem, o nosso trabalho é um trabalho de coordenação, de convencimento, de participação de diversas secretarias, aí alguns secretários não têm interesse, têm ciúme. Então tem que ter o trabalho do prefeito, isso daqui é prioridade da minha gestão.

Aqui a ligação direta é com a secretária Mirtes Cordeiro, que a gente até brinca dizendo que é nossa segunda prefeita. É a secretária que tem mais influência aqui na gestão, e trabalha com Elias há anos já.

Lá em Recife, João Paulo, na época, ele tinha cinco assessores, eu era assessor dele de captação de recursos e Relações Internacionais, aí depois transformou-se numa coordenadoria.

Voltando ao que você perguntou, se teve algo negativo serve de exemplo para algo positivo, eu acho que todo trabalho temos que fazer uma avaliação, ver o que errou e seguir em frente. Eu acho que a academia, repito, é de suma importância porque forma quadros para trabalhar nessa área.

Por isso eu acho que não justifica, sinceramente, um município como João Pessoa não atuar nessa área, é lamentável.

E eu repito o que disse aqui, se você ainda mantiver contato com o vereador de João Pessoa que está interessado no ingresso da cidade na Rede Mercocidades, você diz que Jaboatão aqui, a gente tem todo o interesse de nós irmos lá, conversar, demonstrar a experiência daqui e do Recife.

E quanto à taxa, eu diria que isso é um investimento. Isso não é, uma taxa dessa você tira do caixa pequeno da prefeitura. Na FNP, por exemplo, existe a taxa e somos altamente adimplentes, inclusive ganhamos desconto por isso.

Veja só é um investimento para o município, pois você participa de um fórum que tem acesso não só ao governo federal, como acesso internacional. Isso não é desvantagem.

Ramon de F. Leandro:

E só para finalizar, eu queria saber como poderíamos comparar Recife e Jaboatão.

Roberto Trevas:

Não podemos fazer autoelogio, devemos citar a realidade. Jaboatão não tinha área de Relações Internacionais, aí o que é que ocorre, eu vim para cá trazendo toda experiência e bagagem do Recife, já que eu trabalhei durante 12 anos enquanto coordenador de RI e Captação.

Então a experiência do Recife trazemos para Jaboatão, uma cidade menor mas com potencialidade, e como é uma área nova para cá, eu diria que a expertise foi muito oportuna. Então realmente eu vejo que só tem a agregar.

Michelly Cavalcante:

Mas Jaboatão assim, cresceu muito rápido na parte de captação, Roberto, a gente já captou, pode falar esses dados? 58 bilhões de dólares para reurbanizar tanto a orla quanto o Jaboatão centro.

Roberto Trevas:

Então o município não tinha, criou essa área, por sugestão nossa. Fomos convidados pela secretária. Eu acho que cada município agrega.

Michelly Cavalcante:

E também tem a questão das premiações. Às vezes abre.

Roberto Trevas:

O Recife, em 2012, desenvolveu fortemente a questão do orçamento participativo. E também participou de um concurso internacional, de uma instituição alemã, e ganhou um prêmio de 250 mil euros, com o projeto do orçamento participativo, concorrendo com mais de mil cidades.

Ramon de F. Leandro:

Quero agradecer novamente pela disponibilidade de vocês em participarem dessa entrevista. Estou feliz com o andamento, e com a oferta de vocês para comparecer a João Pessoa e falar sobre o assunto.

APÊNDICE E: Entrevista com Gabriela Tedeschi Cano

A presente entrevista foi realizada na quarta-feira (28) do mês de setembro de 2016, via chamada pelo Skype entre o entrevistador e Gabriela Tedeschi Cano, bacharel em Ciências Sociais e bacharel e mestre em Relações Internacionais. Trabalha com relações internacionais e cooperação nos governos locais há mais de uma década. Dedicou-se a temas relacionados ao MERCOSUL e à integração regional. Colabora para o aprofundamento dos vínculos entre os diversos atores da sociedade civil para a promoção do desenvolvimento local e a inclusão social. Atualmente, desempenha funções como Subsecretaria de Relações Internacionais na Universidad Nacional del Comahue, em Neuquén, Argentina. Integra o corpo docente da Faculdade de Economia e Administração da mesma Universidade, onde também é pesquisadora do Centro de Estudos de Integração Regional.

Ramon de F. Leandro:

Primeiramente gostaria de agradecer, Gabriela, pela sua colaboração com a minha pesquisa. E como eu já falei por e-mail, a minha pesquisa é tratar da Rede Mercocidades, mais especificamente no Nordeste do Brasil. Então eu gostaria de saber, a princípio, qual a vantagem que você vê em se participar da rede.

Gabriela Tedeschi Cano:

Na verdade, é, o que a gente sabe né, nós que trabalhamos com Relações Internacionais, a gente sabe que a ação das cidades, ela já supera os limites administrativos, né? Isso não é nenhuma novidade, para a gente que vem trabalhando com esse tema. O que sim é novidade é a dimensão que essa ação internacional ela vem tomando nas últimas décadas. Relações Internacionais a nível local vem ganhando multiplicidade de formas muito interessante.

Tanto assim que termos como cidades mundiais, cidades globais, né, que são categorias antes restritas ao mundo acadêmico, hoje em dia estão sendo usadas como programas do governo, com metas a serem atingidas, para poder posicionar as cidades de uma maneira diferente no mapa global, no mapa mundial. E através das Relações Internacionais que a gente vê essa ampliação das funções das instâncias locais, principalmente das cidades.

E claro que aqui no Cone Sul não ia ser diferente, a gente não fica à margem dessa tendência geral, apesar de que no primeiro momento, a arquitetura que o MERCOSUL tinha, quando começou a ser construído, não permitia a participação dos governos subnacionais. As cidades começaram a demandar intervenção nesse processo de integração, aí entra o

papel da Rede Mercocidades, que ela surge justamente nesse contexto, para poder consolidar esse espaço dos governos locais na estrutura institucional do bloco, né.

Então a primeira reivindicação que nasce de Mercocidades é essa: poder participar ativamente desse processo de integração que estava acontecendo na região por meio do MERCOSUL. E além de tudo, além dessa possibilidade que as cidades têm de participar desse processo de integração, de uma forma ativa, né, colaborando com projetos, propostas, entrando nos debates e nos fóruns, muitas das vezes é uma forma inovadora de cooperação descentralizada, que eu imagino que isso você também deve estar trabalhando no seu trabalho de conclusão, que esse trabalho em rede é a forma que melhor reflete a essência da cooperação descentralizada.

E o que é a cooperação descentralizada? Assim resumidamente, porque esse é um trabalho que você deve estar fazendo, é um vínculo horizontal que tanta reunir esforços das cidades para tratar dos temas que são de interesse local, né, então as redes em geral, elas usam instrumentos, como intercâmbio de experiências, capacitação de recursos humanos, transferência de tecnologia, assistência técnica, que são instrumentos que fazem parte do cotidiano de Mercocidades.

Se a gente ver a estrutura da rede, o estatuto da rede, as propostas de trabalho que a rede tem, tanto na parte das autoridades, como é o caso da assembleia de prefeitos ou do conselho da rede, mas também do trabalho das unidades temáticas, né, que é um trabalho mais diário da rede, a gente vê a presença desses instrumentos, que são muito importantes para fortalecer o desenvolvimento constitucional dos governos locais, das cidades. Então acho que essa seria a vantagem de participar desse espaço.

Ramon de F. Leandro:

Assim, uma pergunta que eu venho fazendo aos entrevistados é sobre as desvantagens. Assim eu imagino, realmente, que é muita vantagem que você tem ao participar da rede, e trocar informações e experiências, a expertise dos municípios. Você já percebeu alguma desvantagem em participar da rede, seja em questões burocráticas, financeiras, etc.? Porque assim, têm-se as taxas diferenciadas para cada cidade, variando de acordo com sua população, tem-se o interesse do prefeito, e outras variáveis.

Gabriela Tedeschi Cano:

Sim, a rede está sempre em processo de construção, né, e também as experiências vão fazer com que, vão trazendo aprendizagem, então claro, essa flexibilização das taxas, por exemplo, e até uma certa... não existe uma rigidez nesse pagamento, então também se tem essa possibilidade... O que acontece em muitos casos das cidades, é que elas necessitam dos governos para poder fazer os pagamentos, são processos que não são fáceis, e não são rápidos. E existe uma tolerância em relação a isso, se eu posso dizer é porque eu trabalhei de perto com a rede, e sei que essa tolerância existe, porque a ideia não é excluir, o contrário, é aumentar essa participação e permitir que ela seja algo mais amplo possível.

Agora... não, desvantagem eu acho que não, não existe porque é um espaço, como eu disse, amplo, democrático, a participação pode ser em diferentes níveis né, a cidade pode assumir vários compromissos, como pode ter uma participação menor, sempre vai ser em função também dos objetivos das áreas de RI das cidades que estão participando. São diferentes objetivos, a gente sabe que a realidade das RI nas cidades é muito diversa, então existem cidades que já têm uma área consolidadíssima, com orçamento próprio, com muitos projetos, com equipe grande. Mas a gente também sabe que têm cidades que uma pessoa é responsável por esse espaço, às vezes é um espaço compartilhado com outras áreas da prefeitura, então não é exclusivo, não sendo possível trabalhar com muitos projetos.

Então acho que isso também vai depender da estratégia internacional da cidade que está participando. Qual que é o objetivo da cidade nesse espaço da rede? Por isso que eu acho que não tem desvantagem, porque tem espaço para todo mundo, e que isso parte mais de uma decisão política da cidade do que da rede em si.

Ramon de F. Leandro:

E ao seu ver, quais seriam as principais dificuldades dos municípios de se manterem na rede?

Gabriela Tedeschi Cano:

Claro esse é um problema para a rede porque isso que você falou: se manterem. Se você entrar no site de Mercocidades, na parte de cidades-membro, você vai ver que tem muitas cidades. E quando você vê a data que essas cidades entraram na rede, que começaram a fazer parte da rede, você também vê que existe uma brecha entre quando a cidade entrou e o que ela está fazendo atualmente, então isso pode ter sido: ou uma iniciativa isolada de um

prefeito no ano tal, que depois não foi para a frente, quer dizer, a cidade continua ali como membro, mas não está fazendo nenhuma atividade.

Então isso é uma grande dificuldade que a rede tem, inclusive para a rede se manter, pensando questões também orçamentárias, porque às vezes as cidades ingressam e depois deixam de participar, deixam de pagar obviamente, e não só de pagar, mas de participar nas instâncias. Isso faz com que se perca um pouco da riqueza e da proposta que é a Rede de Mercocidades.

Na minha opinião acho que a maior dificuldade que as cidades têm, não se de se manterem na rede, como também de manterem uma área de RI, está ligada ao orçamento destino à área. Então é difícil para um responsável de RI participar em fóruns, seminários e reuniões se ele não conta com um orçamento que permita essa participação. Se bem que conversas por Skype, como a gente está fazendo agora é uma ferramenta que pode facilitar essa participação e essa maior inserção, são ferramentas que ainda são muito novas. Então nem todos os organismos públicos têm essas possibilidades. Então existe uma dificuldade estrutural mesmo em algumas cidades para que essa participação aconteça.

E a outra dificuldade é uma questão política, uma decisão política do prefeito(a) de se inserir nesses espaços. Se não existe uma decisão política para isso, também é muito difícil para que a cidade continue participando. Então acho que são esses dois fatores que influem bastante na continuação ou não da participação na rede.

Ramon de F. Leandro:

A outra pergunta é em relação ao seu contato com a rede. Gostaria que você comparasse os municípios brasileiros e argentinos, no caso os que você teve contato. Como é essa atuação? São muito divergentes?

Gabriela Tedeschi Cano:

Não, na verdade são realidades muito parecidas. Eu tive a oportunidade de trabalhar em São Paulo, na prefeitura de Santo André, na área de relações internacionais. Aqui na Argentina eu trabalhei primeiro em Morón, na província de Buenos Aires, depois na prefeitura de Neuquén, na Patagônia. E na verdade as diferenças tinham a ver com isso que eu já falei para você antes, das estruturas destinadas à área de RI. No caso de Santo André já era uma área muito consolidada, tinha uma equipe grande, já participava de muitos projetos e instâncias. Tanto é que Santo André, em 2005-2006, assumiu a secretaria executiva da

Rede Mercocidades. Então assim, Santo André já tinha uma presença interessante na área internacional.

No caso de Morón, eu diria que é um intermediário entre essa participação consolidada, e uma área quase inexistente como era o caso aqui de Neuquén. Então em Morón já havia uma decisão política, já havia uma iniciativa importante de participação, de ações internacionais, porém com uma equipe pequena. Então aí foi tomada a decisão de ampliar essa equipe, para poder assumir responsabilidade de secretaria executiva, no caso ela assumiu no ano seguinte a de Santo André, e essa foi a razão pela qual eu vim morar na Argentina, para poder colaborar com a equipe de Morón.

E no caso de Neuquén, essa era uma área que não existia, e que teve que ser construída do zero, e em pouco tempo, em 4 anos que foi a gestão que trabalhei, a gente passou de uma assessoria do prefeito, do intendente como a gente fala aqui, a um departamento de RI, com equipe, com orçamento ligado ao orçamento da secretaria de Relações Institucionais. Então foi um crescimento importante em pouco tempo. E é isso, começou do zero e chegou a esse ponto.

Então as realidades são parecidas, e isso tem a ver com, também acredito, que apesar do processo de internacionalização das cidades, como a gente comentou no começo, e para cooperação descentralizada, paradiplomacia, apesar desse processo não ser mais nenhuma novidade, isso é um fato, ele ainda é muito heterogêneo. Parece que quando a gente lê sobre o assunto, a gente pensa que estão todas as cidades no mesmo nível de participação, de consolidação de uma estrutura. Mas é o contrário disso, são diferentes realidades, que estão presentes, e que influem na área de RI.

Então isso, eu creio, que no Brasil e na Argentina é muito parecido.

Ramon de F. Leandro:

Quanto a sua atuação em Neuquén, que você falou começar do zero, você chegou em 2008, no mesmo ano que a cidade integrou a rede. Como foi isso?

Gabriela Tedeschi Cano:

Na verdade foi uma feliz coincidência, porque eu vim morar em Neuquén, e nesse momento o prefeito tinha mandado a carta para a rede de Mercocidades, que é o procedimento. O prefeito tem que mandar uma carta de intenção, de integrar a rede. Nem esperava que isso acontecesse, foi uma surpresa realmente.

Aí como eu estava trabalhando na universidade daqui, comentaram com o prefeito que eu estava aqui, e eu tinha trabalhado já com a rede durante muitos anos, e ele pediu então uma reunião para conversar com ele sobre a rede, porque ele estava indo para a cúpula das Mercocidades em Canelones, que era a cidade que assumia a rede naquele momento, então ele queria conhecer um pouco mais, para ter conhecimento antes de viajar.

E quando ele voltou, ele voltou entusiasmado, voltou com mais impulso ainda para ter uma área de Relações Internacionais na prefeitura, e aí foi quando eles me chamaram para compor a equipe de Relações Internacionais.

Ramon de F. Leandro:

Então você considera que a Cúpula anual, essa reunião ordinária da rede, é um divisor de águas para o prefeito ver como realmente funciona a rede?

Gabriela Tedeschi Cano:

Exatamente, por isso que te falei. Mesmo que a gente conte com ferramentas e tecnologias para fazer reuniões virtuais, a gente tem os e-mails que facilitam bastante a comunicação, não é a mesma coisa que estar presente numa reunião. Então eu acho que quando é possível para uma autoridade, que tem o poder de decisão de, por exemplo, criar uma área ou fortalecer uma determinada área de uma prefeitura, se essa autoridade tem a possibilidade de tomar o contato direto com as atividades, é uma forma de ter uma panorama muito mais rico e mais consistente do trabalho da rede. E a cúpula de Mercocidades é quase um resumo de tudo que foi feito durante 1 ano inteiro de trabalho, é um momento que todas as instâncias da rede se reúnem. Porque originalmente quando a rede começou, a cúpula era somente a reunião de prefeitos, e aí, com o passar do tempo, começaram a ligar as outras atividades na mesma data da cúpula, para poder aproveitar, porque como é tão difícil reunir autoridades, vamos aproveitar para fazer reunião de conselho, de unidades temáticas, vamos chamar especialistas para dar palestras sobre temas interessantes de se trabalhar.

Então foi armando essa programação mais extensa que normalmente as cúpulas de prefeitos têm.

Ramon de F. Leandro:

E a última pergunta é sobre o Nordeste na Rede Mercocidades. Você teria alguma ideia do porquê do Nordeste ter uma baixa participação? Essa é minha percepção até então

sobre minha pesquisa. O que vejo é que a cidade de Jaboatão dos Guararapes, recente na rede, atua bastante, frente a Recife e Salvador, por exemplo, que não atuam e já estão há muito tempo. Você percebe isso também na Argentina, essa “desativação” das cidades?

Gabriela Tedeschi Cano:

Claro, eu acho que tem a ver com isso que comentei das diferentes realidades, e também a questão das decisões políticas de contar com uma área de RI ou não. A gente sabe que tem algumas áreas das prefeituras que não vão deixar de existir, como a secretaria de saúde, de educação. Porém, às vezes quando muda a gestão, quando muda o prefeito, a área de RI ou continuam ou perdem o impulso. Isso tem a ver com decisão política. É a vontade da autoridade que essa área continue ou não.

Eu não saberia fazer um diagnóstico preciso das cidades do Nordeste, mas eu imagino que tenha a ver com a consolidação das estruturas de RI ou não. Assim, se é uma área que já é tradição, que já tem um orçamento específico, que tem uma equipe consolidada, é muito difícil que a participação se perca. Ou às vezes é a luta diária de 1 pessoa, de 1 gestor, que pela insistência, e pela decisão política, consegue que a área se mantenha. Então talvez seja o caso das cidades do Nordeste que tiveram grande protagonismo, deixaram de ter no âmbito das Mercocidades.

Ramon de F. Leandro:

Gostaria de agradecer novamente sua participação. Essa entrevista será bastante relevante, principalmente devido à sua visão sobre os dois Estados, Brasil e Argentina.

Gabriela Tedeschi Cano:

Imagina. Mas eu acho que é isso, são os países que têm maior participação. E mais uma vez, parece insistência, mas é porque realmente é uma questão que eu acredito, de realidades. Eu lembro de quando eu trabalhava em Santo André, que a gente estava organizando a cúpula de Mercocidades, a gente tinha que chamar, que ligar para as cidades para confirmar a presença dos prefeitos, além do convite enviado, e muitas vezes era feito por telefone.

E eu lembro de ter ligado para uma cidade no Paraguai, e o próprio prefeito atendeu o telefone. Foi engraçado porque não pensei que o próprio atenderia o telefone. (Aí eu falei: O senhor recebeu o convite? E ele: Não, não chegou, a gente não está com internet, tem

como você me mandar por fax? Eu falei: O senhor me passa o número que eu mando o fax para o senhor.) Assim o prefixo era 55, 55 é do Brasil. (Aí eu falei: Mas esse prefixo é do Brasil. Então ele falou: Não, é que aqui a gente cruza a fronteira, porque eu tenho uma oficina mecânica que tem fax, e esse fax é dessa oficina, então eu peço para o mecânico para ele pegar o fax para mim, e eu vou lá buscar.)

Então assim, veja só, talvez Paraguai, mais o caso do Paraguai, o Uruguai é menor, é uma questão de proporção. É isso, tem cidades que nem têm fax, elas têm que atravessar fronteiras para pegar um fax. E as capacidades das cidades de ter uma estrutura de Relações Internacionais.

Espero que esse seu trabalho sirva para as cidades do Nordeste, para reverem essa participação na rede Mercocidades. Estou disponível para o que você precisar.

Ramon de F. Leandro:

Obrigado mais uma vez, Gabriela.

APÊNDICE F: Entrevista com Sócrates Magno Torres

A presente entrevista foi realizada na terça-feira (04) do mês de outubro de 2016, via chamada pelo Skype entre o entrevistador e o senhor Sócrates Magno Torres, ex-secretário de Relações Internacionais do município de Camaçari (BA) entre 2005 e 2008. Atualmente ele reside em São Paulo, trabalhando como educador social.

Ramon de F. Leandro:

Boa tarde, professor Sócrates. Tudo bem?

Sócrates Magno Torres:

Boa tarde, Ramon. Até que enfim né? Tudo bem.

Ramon de F. Leandro:

Gostaria de agradecer pela sua participação nessa entrevista. Ela é bastante importante para minha formação, e para uma melhor compreensão sobre a Rede Mercocidades. Como o senhor atuou em Camaçari, eu gostaria que expusesse um pouco sobre adesão do município à rede. Em 2007 o senhor já era gestor de Relações Internacionais do município, né?

Sócrates Magno Torres:

Na verdade, Camaçari não tinha, apesar que na época que a gente assumiu o governo, no início de 2005, não existia nenhum tipo de estrutura de RI, apesar de ser uma cidade que era a 8ª maior exportador brasileiro, né? E uma cidade que tem 3 vezes o tamanho de Salvador. Camaçari está colada em Salvador, e tem um polo petroquímico, que é o maior polo integrado do hemisfério sul.

Também tem fábrica da Ford, da Braskem. Só da Braskem, na época, a gente tá falando de 2005, ela exportava para 56 países. E mesmo assim não existia nenhum tipo de estrutura, para você ter ideia: tinha-se uma secretaria de turismo, também muito pouco aparelhada, que fazia o trabalho de fomento, mas não tinha um coisa assim de captação de recursos, de investimento.

Mas assim, criar laços institucionais com outras cidades, absolutamente nenhuma. E aí quando eu fui convidado a entrar no governo, para participar da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Então eu cheguei para o prefeito, recém-eleito, e propus a ele criarmos, dentro dessa secretaria, uma coordenação de Relações Internacionais.

Conversei com ele, aí ele achou legal. Foi quando a gente assumiu, no dia 1º de janeiro de 2005, já com essa estrutura que não existia, aquela história de construir o barco e navegar ao mesmo tempo, porque uma das coisas que você encontra, você tem um provincianismo, você tem um assunto focado em saúde, educação, né? Mas falar uma coisa de RI, é tanto que eu fazia um trabalho dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, né, e paralelamente trazendo essa coisa da Relação Institucional “pretensiosa”. Não era aquela coisa: eu estou indo ali porque tem um contato, que eu vou trazer uma empresa para cá. Era assim: olha, a gente tem redes de cidades, na época eu fazia RI na Estácio de Sá lá, era FIB, agora é Estácio de Sá.

E aí começou, aí o prefeito me deu carta branca, e eu já tinha uma ligação forte com essa prefeitura aqui de São Paulo, porque eu participei da elaboração do plano de governo da cidade, né? Então na época a prefeitura foi do PT que ganhou, então eu tive contato aqui, vim para Santo André, vim para a própria São Paulo, que era Marta, né?

Então eu já tinha, Santo André era muito forte nisso daí também. Então eu tive contato com isso daí, então quando eu propus eu já fui buscar esses parceiros que já existiam, pra gente começar um trabalho de RI. E aí Rede Mercocidades sempre foi uma coisa que dentro do meu campo de estudo, era uma oportunidade.

A gente também era ligado à CGLU, e ocupou espaço dentro dela também, na Comissão de Desigualdade Social, aquela coisa toda. Tivemos grandes reuniões em vários lugares, já ligado ao pessoal da CGLU. Mas a Rede Mercocidades foi uma coisa que a gente, né, em combinação com as prefeituras daqui de São Paulo, que agora eu moro aqui em São Paulo, agora não, moro aqui há 8 anos em São Paulo, desde que eu saí de lá de Camaçari.

Eu pedi exoneração em meados de 2008, e vim direto para cá. E aí, foi assim, foi tendo uma resistência, uma desconfiança, o que é que é isso, sabe? Os outros secretários achavam que eu viajava muito, que era uma secretaria de viagens, aquela coisa toda. Então a resistência interna, até você criar um trabalho efetivo, ver que está funcionando. Tanto que esse trabalho efetivo só veio aparecer quando eu saí de lá.

Porque eles foram querer dar continuidade às coisas, aí quando foram em reuniões da Rede Mercocidades, chegaram lá o pessoal falou da importância que tinha Camaçari, né, que ninguém conhecia Camaçari, e que agora conhecia através de mim, através da coordenadoria que depois virou secretaria. Mas era uma secretaria que acumulava algumas coisas, que eles achavam que era muito pouca coisa, então eu era chefe do cerimonial também, sabe?

Eu era secretário particular do prefeito, mas não aquele particular de agenda, e sim aquele estratégico, que vê o que se tem que fazer, que tem duas agendas no mesmo dia, aí eu seleciono, e acumulando com a Secretaria de Relações Internacionais. Mas foi uma experiência muito rica, né. Muito rica porque a gente foi entrando e já buscando ocupar espaços.

E uma coisa, Ramon, que era interessante, é o fato de você, dentre os meus colegas da Rede Mercocidades de diversos países, diversas cidades, dessa paradiplomacia, diplomacia federativa, como meu amigo Vicente Trevas fala muito isso. Eu era o único que fazia Relações Internacionais. Então tinha desde secretário agrônomo, economista, tinha o que fosse... gestão pública. E a pessoa falava inglês, ela falava espanhol, aproveitava outro cara para RI.

Eu não. Eu estava estudando RI, então isso é uma coisa que a minha pesquisa, não só a acadêmica, mas a pesquisa pessoal também, muito ligada à área, fez com que a gente conseguisse espaço interessante dentro da rede. Então teve primeiro que quebrar as barreiras da cidade, mas como o prefeito tinha me dado carta, a gente assumiu no dia 1º de janeiro de 2005, eu já tava no Fórum Social Mundial oficialmente, em janeiro mesmo, sabe? Lá em Porto Alegre.

Aí era isso. Não tinha nem recurso, era recurso do gabinete do prefeito, eu fazia uma viagem representando o prefeito, para poder justificar o recurso saindo do gabinete. Mas já tava, quando cheguei no Fórum Social Mundial de 2005, já me encontrei com o pessoal das prefeituras e afins. E a gente já começou a amarrar o que seria a entrada de Camaçari na Rede Mercocidades. Então acho que o Fórum Social Mundial foi bem esse lugar.

Então daí a gente conseguiu, já ia ter uma reunião da UTDEL, que muito nos interessava, que era o Desenvolvimento Econômico Local, lá em Santo André, logo depois a gente já participou da passagem de Santo André para ser a secretaria. Também já participamos lá da mesa de adesão, e foi uma coisa bem, foi acontecendo de maneira muito positiva, né? Em nenhum momento a gente sentiu resistência, pelo contrário, foi algo muito interessante

Ramon de F. Leandro:

Certo. Então quando o senhor estava gerenciando essa área de RI lá em Camaçari, como é que vocês pensaram em inserir a cidade na rede? A partir de quais áreas? Quais eram as demandas da cidade para a rede?

Sócrates Magno Torres:

Assim, tem um argumento muito forte que eu usei, com o prefeito, que foi o seguinte: porque nesse caso, Ramon, é o prefeito, você tem que convencer esse cara, porque as outras secretarias vão ficar com ciúme. Então é o prefeito que tem que comprar a ideia, ele que tem que lhe defender lá no negócio, certo?

Então veja só, quando se assume uma prefeitura, você tem assim um, até eleição de agora, teve eleição municipal. A tendência é um bocado de gente, né, isso me inclua em 2008 e 2009, eu meio que fiz isso também, que é assim: você sai com a experiência forte de gestão pública, eu fiz curso de gestão pública também lá na Universidade Federal da Bahia, e tinha um convênio justamente com a prefeitura.

Então a gente sai com uma experiência grande de captação, de gestão, e a gente vai dar consultoria para várias cidades. E isso na gestão de um prefeito novo, que acabou de se eleger e tal, é um assédio incrível. E uma das coisas que eu coloquei foi o seguinte: que na rede você tem um contato, através de laços institucionais, você tem o contato com diversas experiências de políticas públicas de cidade, e que isso se converte praticamente em uma consultoria gratuita.

Sabe? Então se você fala bem assim: olha, você foi no encontro na cúpula, aí você vê lá uma cidade, sei lá, do Brasil, ou fora do Brasil, que tem uma experiência super exitosa na área de saúde pública, de saneamento e tal, num sei o que, aquela coisa, consegui resolver e tal. Aí você conversa com o prefeito, e você chega e conversa com essa cidade, você convida o secretário de saúde, e diz: olha senhor secretário, o senhor tem que conhecer tal cidade, que tem uma experiência lá, disso, disso e disso. E num custo de uma viagem, isso para a cidade que tem uma experiência exitosa é lindo, vir um cara de outra cidade, de outro país, copiar, ver o que é aquela coisa e tal.

Então a gente criou muito esses vínculos muito interessantes. E teve casos do secretário de cultura viajar para ali, tem um edital, aí tem isso daqui. Educação, você tem que, foi a cidade tal. Levei para Camaçari a reunião da UTDEL, gente lá da Argentina, do

Peru, do Chile, do Brasil inteiro para conhecer a nossa plataforma industrial lá, como se faz as vias de fomento à indústria.

Então isso se converteu em uma grande associação de uma consultoria mútua. Isso é interessante na rede, né? Você tem o espanhol, né que é uma coisa mais acessível para muitos, apesar da gente já participar da CGLU, com gente de todo tipo de lugar. E na época também, Ramon, por cascata, você vai ali, você vai no meio, a CGLU apareceu nessa outra esteira, né

A gente acabou se integrando em outras redes, né? Como eu falei a CGLU, e a FAL, tem a FAL e FALP. Não sei se você conhece. A FAL é o Fórum de Autoridades Locais, que é uma rede que ela é muito mais de esquerda, que envolve países mundiais, não só daqui. E tem a FALP, que é muito ligada também à estrutura do Fórum Social Mundial (FSM). Então geralmente você encontra, quando fui em 2006, fui participar do FSM em Caracas, antes eu fui representar Camaçari... Também teve a questão da coordenadoria de Desenvolvimento Econômico nas Mercocidades... Veja só, 1 ano depois eu já estava representando Camaçari no fórum da FALP, que é o Fórum de Autoridades Locais Periféricas, mundial, onde se tinha a periferia de Barcelona, de Paris, de Nova Iorque, de Roma, sabe... a periferia de São Paulo, nesse caso Guarulhos, que estava lá antes de estar presidindo. Então 1 ano depois a gente já estava reconhecido lá, Camaçari com uma cadeira lá, com fala, com espaço...

Então desse FALP eu ainda tenho contato muito forte. Pessoal de Milão... Então assim, a Rede Mercocidades abriu muitas oportunidades dentro da Economia Solidária, não só de Economia Solidária. Mas a gente percebeu essa economia real, além da troca de produtos, nós tínhamos contatos efetivos com outras pessoas, e não era apenas um cargo.

Em Camaçari tem a Ford né? Aí era muito comum eu ir nessas cidades e encontrar um Ecosport lá. Aí eu falava: Sabe que esse Ecosport veio de Camaçari, né? Podia ter uma frota de Ecosport lá, mas nada igual a eu estar lá. Conversando, não era somente uma pessoa que conhece a realidade econômica, num é só o carro... você trazia as pessoas de um lugar pro outro, fazia feiras, aí você trazia a economia real, e trazia gente falando sobre sua realidade, os benefícios que tinha e num tinha.

Então tinham pessoas que trabalhavam em empresas que forneciam matéria-prima para Camaçari, né? E Camaçari que produzia o plástico, 50% de todo o plástico do Brasil sai de Camaçari, né? Aquela coisa de Marx, né? DO fetiche da mercadoria, que você não tem noção do que realmente acontece por trás daquele produto.

Esse tipo de economia, de integração, de soluções políticas para as coisas são bem interessantes na rede.

Ramon de F. Leandro:

Certo, obrigado sr. Sócrates. Já que o senhor adiantou o tema sobre a coordenadoria de Desenvolvimento Econômico Local, eu gostaria de saber como foi essa responsabilidade para Camaçari. Tenho percebido, com base nos dados que levantei, sobre coordenadores e subcoordenadores, que o Nordeste não tem participado muito das UTs. Teve algum desafio ou dificuldade para Camaçari exercer essa subcoordenação? Como isso foi superado?

Sócrates Magno Torres:

Olha, Ramon, eu te confesso que dentro da rede, eu pessoalmente, Sócrates, sou uma pessoa bastante respeitada pelo pessoal que está lá, ou que saiu de lá, ainda hoje. Eu acho que essa desconfiança foi superada por essa capacidade nossa nordestina de se comunicar bem, de mostrar dados. Porque eu via pessoas do sudeste e do sul que estavam lá para participar de uma mera reunião, de forma alegórica.

E a gente não, a gente tinha uma postura, além de que tinha um desafio muito forte dentro da própria prefeitura por resultados, de mostrar. Então era assim uma questão das pessoas votarem, de conscientizarem-se. Te confesso que não tive dificuldades, eu sentia falta... Para você ter ideia, minhas articulações para chegar na coordenadoria mesmo, para a subcoordenação de Desenvolvimento Econômico, e de fomento, né? Se não me engano, a coordenadora na época era Rosário, na Argentina.

Então nas articulações lá, as pessoas já se colocavam no patamar que era bem natural, uma cidade como Camaçari, que tem toda aquela estrutura industrial. Acho que se a gente tivesse ficado um pouquinho mais, depois de eu ter saído da administração. Mas acho que teríamos virado secretaria, porque esse tipo de articulação estava muito forte para Camaçari, secretaria geral da rede, em 2 anos, 3 anos...

Ramon de F. Leandro:

Já que o senhor falou sobre a articulação nordestina dentro da rede... O senhor percebia alguma outra cidade do Nordeste presente nessas reuniões?

Sócrates Magno Torres:

Lá a gente tinha pouquíssimas cidades, né? Tinha Salvador, que é capital, e eu não sei se Jaboaão já estava...

Ramon de F. Leandro:

Na verdade Jaboaão entrou em 2014.

Sócrates Magno Torres:

Tá... Recife estava... Assim, a rede tinha uma pegada para prefeituras progressistas. Então volta e meia você encontrava alguém que estava lá, que eram esses alegóricos... Por conta de turismo, de dinheiro público e tal. A gente começou com muito pouco... assim, parece que Camaçari entrou antes de Salvador, não sei se me engano...

Ramon de F. Leandro:

Na verdade Salvador foi uma das fundadoras da rede...

Sócrates Magno Torres:

Isso, ela tinha lá, mas ela nem estava atuante.

Ramon de F. Leandro:

Isso, pelas minhas pesquisas das UTs, principalmente, Salvador parou de atuar ainda no início da rede, em contrapartida outras cidades do Nordeste passavam a integrar o quadro da rede, como: Camaçari, Mossoró...

Sócrates Magno Torres:

Isso, Mossoró, exatamente, era a cidade que eu estava tentando lembrar. Tinha representante de Mossoró que era mais assíduo mesmo. Mas então, a nossa articulação aqui, Camaçari como potência... Chegava lá para apresentar Camaçari... Camaçari é o 8º maior exportador brasileiro, que tinha o maior polo petroquímico integrado do hemisfério sul. Aí o pessoal já vê aí, uma cidade lá do sertão que está querendo...

E aquela coisa do discurso. Eu fiz especialização inclusive dentro da rede, com a CEPAL, em Economia e Gestão lá na Universidade de Morón. Então a gente tem o tal do discurso preparado... presidir mesas na cúpula, com pessoas importantes na abertura. A gente

participava intermediando e participando de mesas que discutiam temas do Cone Sul. Diversas atividades em Brasília, junto a Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República (SAF), que era o Vicente Trevas que estava na época.

Então a gente tem essas articulações muito fortes, a minha articulação com Santa Maria, que era muito forte dentro da rede, que o secretário lá, o Ivo Cassol Jr. Então a gente sentava muito juntos, várias palestras... estivemos no fórum de secretários de relações internacionais dos países de língua lusófona, em Salvador, na época do Leonel Leal Neto. Aí inclusive aproveitei e levei o pessoal para conhecer Camaçari, que era do lado. Entendeu?

Então esse trabalho de articulação é importantíssimo para manter, né? Porque você chega com desconfiança. Uma cidade pequena... Você vê que a gente foi lá para Desenvolvimento Econômico, né? Lá tem as outras unidades que falam de outros temas. Eu sempre busquei participar muito mais transversalmente, também, trazendo secretários de outras secretarias. Tentava agendar reuniões da UT de Saúde, sei lá, em tal lugar. Ao passo que conversava com o secretário de Saúde para ele mandar alguém ir, mas a que eu mais participava mesmo era de Desenvolvimento Econômico Local.

Ramon de F. Leandro:

Então quer dizer que o senhor vê a principal dificuldade como sendo dentro da própria cidade?

Sócrates Magno Torres:

Isso, a receptividade da rede é muito grande. Para você ter uma ideia, a primeira reunião que eu fui participar na rede, lá em Morón, foi a reunião da UTDEL, aí você tinha lá: Santo André, Rosário, Morón... várias cidades todas conhecidas, e Camaçari lá... Quem é Camaçari? E eu: Já estamos aqui, nos inscrevemos, paralelamente ao nosso pedido, antes de ser aprovado nosso pedido na rede... nós já participávamos de reunião.

Quando eu descobri sobre essa reunião na Argentina, eu falei com o prefeito, e já fui eu e um assessor da secretaria de Desenvolvimento Econômico comigo participar dessa reunião. Pegar pauta e tal. Aí foi isso, começamos a participar de várias reuniões em seguida, em Rosário, Santo André... Porque só entramos oficialmente quando Santo André assumiu, na Assembleia Geral, na Cúpula.

Então, dentro da rede você tem aquela desconfiança natural, de você estar lidando ali com gente que é economista... muitas vezes, inclusive, vêm aqueles assessores de

Relações Internacionais que não entendem absolutamente nada de rede, e aí... mas é sempre bem recebido. Uma coisa que tinha na rede, enquanto progressista, a gente sentia um isolamento quando chegava um cara muito reacionário... a gente estava falando sobre igualdade de gênero, e o cara vem fazia piadinha de mulher, sabe?

Então a gente ia pesquisar isso, e o cara estava afundado não sei em quantos processos e tudo mais, claro... isso fora da rede. Mas mesmo assim tem a questão da receptividade total, só a resistência dentro que é complicada.

Ramon de F. Leandro:

E quanto aos resultados concretos dentro de Camaçari?

Sócrates Magno Torres:

Eu acho que uma coisa bastante interessante dentro da rede é a visibilidade. A visibilidade das cidades brasileiras, principalmente das nordestinas, sofrem muito com a invisibilidade, entendeu? Em tudo! Por exemplo Camaçari tem esse polo industrial, e ninguém sabia. Não sabiam do plástico, dos 42 quilômetros de praia...

Ou seja, essa quebra da invisibilidade também é bastante interessante. Uma vez você estando dentro da rede, como aconteceu muito, o pessoal de outra cidade dizendo que tem uma empresa querendo ir para Camaçari, aí o cara: conheci um rapaz na rede que pode ajudar com isso e tal... Vamos marcar reunião com prefeito. A questão também da cultura, levar o pessoal para conhecer e tudo mais... E essas trocas, né? Vários secretários que viajaram e trouxeram novas ideias para saúde, educação... Então essa capilaridade que a rede dá, acho que é uma palavra muito boa para a rede.

Você se insere enquanto instituição, enquanto cidade, e aí aparece uma capilaridade dentro das cidades, dentro das áreas afins, né? Então uma cidade que tem um potencial turístico.... Turismo é muito forte. Ligações com cultura, então é muito interessante isso.

Ramon de F. Leandro:

Então o senhor percebe que não é só a relação internacional... É também a relação nacional? Que a sociedade brasileira conhecerá melhor o Nordeste? Como o senhor vê a construção dessa identidade?

Sócrates Magno Torres:

Exatamente. Trazendo agora um caso. Internacionalmente é mais fácil, sabia, porque você chega lá e tem uma cidade, no caso Morón, também nunca havia ouvido falar em Morón na minha vida, entendeu? E é a região metropolitana de Buenos Aires, e foi lá a primeira reunião que a gente foi. Então eu já conhecia Morón, e a relação de Camaçari com Morón ficou muito forte, até hoje as pessoas de Morón vêm aqui em São Paulo, a gente se encontra no Facebook... Teve caso de eu ir na Argentina, mesmo depois de ter saído de Camaçari, para trocar ideias e tal.

Inclusive agora teve um convite para eu ir para Rosário, na época que ela estava para presidir a Rede Mercocidades, antes de São Paulo. A prefeitura de Rosário queria que eu fosse lá para participar de uma mesa. Mas isso tudo através desse contato remanescente.

E isso também é bom para dentro do país. Assim, quem é Camaçari para Santo André? Entendeu? Para Porto Alegre? É um lugar com uma praiazinha... A questão de botar a cidade no mapa.

Têm muitas cidades por aí com capacidades, né? Jaboatão, João Pessoa, Campina Grande, Caruaru... Muitas cidades poderiam contribuir e receber benefícios da rede, e quebrar essa coisa do “Quem é o Nordeste?”.

Ramon de F. Leandro:

E quanto ao contexto internacional de Camaçari hoje, o senhor teria conhecimento?

Sócrates Magno Torres:

Então é bem isso. Na área de Relações Internacionais vão dizer: eu não sei fazer isso. Então a coisa foi meio que ficando de lado, aí colocou junto de outra secretaria, a de Relações Institucionais... Depois quem assumiu foi o camarada que era da cultura, mas ele tinha uma pegada muito relacionada só a essa coisa de cultura, e não percebia a transversalidade da rede.

Então era o que fazia... Enquanto eu era de Relações Internacionais, eu procurava fomentar todas as demais áreas, de desenvolvimento... Vai ter um curso sobre orçamento, sobre planejamento urbano, então era isso que eu ia fazendo. Ele não, por ser de cultura ele tinha em foco atividades ligadas à cultura.

Mas a questão da invisibilidade, também, acabava por ser uma opção do prefeito, sabe? Aquelas coisas escondidas, que a rede Globo não sabe, o que, de certa forma, era o

desejo e a vontade do poder do prefeito. Aí uma cidade famosa... tem uma imprensa que fica de olho, uma imprensa nacional. Então foi por isso também que eu saí da prefeitura, a Administração estava começando a sair dos eixos, e nossas sugestões não surtiam efeito.

Ramon de F. Leandro:

O que percebo, pela fala do senhor, é que essa área em Camaçari já foi bastante ativa, e muito visível esse esforço em superar a invisibilidade...

Sócrates Magno Torres:

Muito ativo. Se não me engano, desde a nossa primeira participação na reunião da UTDEL, até a gente sair, a gente não faltou nenhuma, inclusive nós trouxemos uma reunião da UTDEL para Camaçari. Promovemos a reunião lá e aproveitamos e mostramos os potenciais da cidade. Convidamos um comitê de estudo petroquímico, que é o chamado COFIC, que é bastante conhecido.

Foram dois dias riquíssimos, aliás, três dias, pois o último dia fizemos uma viagem de turismo mesmo, para o pessoal da Argentina, do Peru, do Uruguai, que inclusive não conheciam Salvador, que era ali vizinho.

Logo depois eu fui convidado para participar, em Porto Alegre, de uma atividade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. São José do Rio Preto, o cara me chama lá para o encontro de RI e Universidades. Olha Sócrates, aqui em Santa Maria vai ter um encontro e gostaríamos que falasse sobre Camaçari e as Mercocidades, ou a inserção internacional de Camaçari...

Então a rede foi só um *start-up* para todo um movimento que aconteceu, e até hoje ainda tem uma ressonância muito forte disso. E tem até uma coisa que você poderia pensar na exploração disso: a Rede Mercocidades é um bom lugar para se iniciar, certo? Para daí você entrar nas outras diversas redes.

Ramon de F. Leandro:

Sr. Sócrates, acho que é isso o que eu tinha para perguntar sobre a atuação de Camaçari na rede. Agradeço novamente pela contribuição e pela disponibilidade do seu tempo.

Sócrates Magno Torres:

Não tem problema, Ramon. Foi um prazer participar do seu trabalho. Pode contar comigo se precisar de mais algo.

APÊNDICE G: Entrevista com Antônio Capistrano

A presente entrevista foi realizada na segunda-feira (18) do mês de outubro de 2016, via e-mails trocados entre o entrevistador e o senhor Antônio Farias Capistrano, aposentado enquanto professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e ex-vice-prefeito da cidade de Mossoró (RN), durante dois mandatos, entre 1997 e 2004. Atualmente ele é militante do partido comunista, desde 1961, o PCdoB.

Ramon de F. Leandro:

Primeiramente agradeço ao senhor por aceitar fazer parte desse meu trabalho sobre a Rede Mercocidades no Nordeste, e ressalto que ele servirá como base para as cidades da região que não fazem parte da rede, ou aquelas que estão inativas na mesma. O começo do nosso diálogo seria a compreensão do porquê de Mossoró ter entrado na Rede Mercocidades, e se o senhor sabe quem foi o responsável pela ideia ou por essa ação.

Antônio F. Capistrano:

Foi uma ideia excelente, imagine as cidades latino-americanas fazendo intercâmbio, trocando suas experiências nas diversas áreas da atividade econômica. A secretaria municipal de desenvolvimento econômico, na época, dirigida por Emerson Azevedo, recebeu um folder com a divulgação da criação da Rede Mercocidades, ele levou a proposta para prefeita Rosalba Ciarlini, que se interessou de imediato em incluir o município de Mossoró no programa do MERCOSUL, dando sinal verde para os primeiros contatos e a inclusão do nosso município.

Ramon de F. Leandro:

Quando Mossoró entrou na rede, como se deu esse processo? O que foi feito a partir de então?

Antônio F. Capistrano:

Então o secretário Emerson Azevedo enviou um formulário solicitando a filiação do município a rede. Esse foi o procedimento inicial, depois Emerson participa na cidade de Assunção, no Paraguai, de uma reunião com os municípios da América Latina, interessados em filiar-se a Rede Mercocidades. Nesse encontro foi debatido a importância da participação dos municípios latino-americanos na rede, com isso possibilitando uma integração entre os diversos municípios da América Latina. Assim, permitindo o intercâmbio

de experiências em setores basilares para o desenvolvimento dos diversos municípios da rede.

Ramon de F. Leandro:

Existia alguma temática de interesse de Mossoró dentro da Rede? Se sim, qual era?

Antônio F. Capistrano:

Com a entrada na rede, Mossoró começa a participar das comissões temáticas: saúde, educação, turismo, cultura, ciência e tecnologia, agricultura, meio-ambiente etc. A nossa opção, preferencial, foi por duas comissões: as comissões de cultura e de turismo. Naquela época Mossoró tinha como objetivo fazer da região oeste um centro de intensa atividade turística e cultural, aproveitando as nossas potencialidades naturais e históricas claro, sem esquecer de participar das demais comissões temáticas. Eu pessoalmente tinha, também, um interesse muito grande pela comissão de meio-ambiente, visava concretizar um projeto de recuperação do rio Apodi/Mossoró. Chegamos a realizar um grande seminário sobre o rio. Sob a coordenação do saudoso professor Mauricio Oliveira.

Ramon de F. Leandro:

Como o senhor percebe/vê os principais resultados da inserção na rede em Mossoró?

Antônio F. Capistrano:

Acho que o principal resultado foi a experiência internacional que ganhamos e a consciência de que era possível fazer um intercâmbio internacional com consequências positivas para nosso estado.

Participei, como representante de Mossoró, no último ano da administração de Rosalba Ciarlini, substituindo Emerson Azevedo, portanto somente no ano de 2003.

Nesse período participei na sede do MERCOSUL, em Montevidéu, Uruguai, de um encontro envolvendo todas as comissões temáticas. Fixei-me nas comissões de turismo e cultura. Senti que a potencialidade de um intercâmbio com a América Latina, nessas áreas, era muito positiva para o nosso município e para o nosso estado. Depois estive em um encontro da comissão de turismo em Belo Horizonte, Minas Gerais. Foi um excelente encontro, onde debatemos todas as questões referentes ao turismo nas suas diversas

modalidades. Nesse encontro apresentei a cidade de Mossoró aos participantes, levei folders e outros matérias de divulgação sobre o município e suas potencialidades econômicas.

Na área de turismo os principais resultados foram: a consolidação do Mossoró cidade junina; do espetáculo – chuva de bala no país de Mossoró (encenação da resistência da cidade a invasão do bando de lampião); do auto da liberdade (encenação da libertação dos escravos) Mossoró foi a primeira cidade do Rio Grande do Norte a libertar os seus escravos, motivo do espetáculo; e do auto de Santa Luzia, encenação no adro da catedral da vida de Santa Luzia. Tudo isso resultou em um olhar diferente para o potencial turístico da cidade e da região. Tendo Mossoró como cidade polo das regiões oeste, da região salineira e da região serrana do oeste potiguar. O nosso litoral é um dos mais belos litorais do estado, ele vai da cidade de Porto do Mangue a Tibau.

Ramon de F. Leandro:

Depois da entrada na rede, Mossoró tomou outros rumos quanto ao seu processo de internacionalização? Ou já existia algum outro antes da rede?

Antônio F. Capistrano:

A nossa ideia era envolver Mossoró na Rede Mercocidades, de forma que pudéssemos realizar um encontro latino-americano das cidades da rede no nosso município. Seria um momento muito singular para o nosso estado, poderíamos mostrar, in loco, todas as nossas potencialidades econômicas, tenho certeza, com consequências positivas para o desenvolvimento do nosso município, das regiões que tem Mossoró como cidade polo. E, claro, para o nosso estado.

Ramon de F. Leandro:

Na época da entrada, quais foram os principais desafios e dificuldades enfrentados? Era de âmbito interno do governo, ou da atuação internacional?

Antônio F. Capistrano:

No nosso tempo, como coordenador do programa da Rede Mercocidades, o maior problema para efetivá-lo foi exatamente a falta de uma estrutura que permitisse um trabalho mais dinâmico e eficiente. Geralmente os gestores municipais não valorizam programas que não tem recursos para enviar ao município, eles não querem desembolsar nenhum centavo e sem dinheiro você fica sem condições de fazer praticamente nada.

O governo Rosalba termina em dezembro de 2004. A nova prefeita, Fátima Rosado, através do novo secretário de desenvolvimento econômico, Nilson Brasil, que na época de Rosalba era secretário de turismo, dá continuidade a participação de Mossoró no programa.

Reproduzo, abaixo, matéria publicada no jornal o Mossoroense, no dia 10 de outubro de 2005.

De 4 a 6 de setembro de 2005, Mossoró participa do encontro da Rede Mercocidades, na Argentina, representada pelo secretário do desenvolvimento econômico, Nilson Brasil, e pelo presidente da fundação municipal de cultura, Gonzaga Chimbinho. O encontro acontece em duas cidades da Argentina.

Na cidade de Rosário, no centro de convenções Sant' Martins, onde acontece o encontro temático para o desenvolvimento econômico no âmbito da Rede Mercocidades, o representante mossoroense que participa é Nilson Brasil.

Um dos pontos da pauta, segundo ele, abordará a execução de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento sustentável das cidades e ações no âmbito social. O presidente da fundação de cultura, Antônio Gonzaga Chimbinho, estará em Buenos Aires participando de encontro com pauta voltada ao aspecto dos eventos culturais.

A Rede Mercocidades reúne os prefeitos dos grandes centros urbanos, dos países que participam do MERCOSUL e tem o objetivo de incentivar o fortalecimento das administrações locais, como contrapartida lógica e natural da globalização.

Naquele momento, Mossoró é o único município do Rio Grande do Norte a integrar essa rede. No Nordeste, apenas Mossoró e Recife fazem parte dos quadros do movimento (MOSSOROENSE, 2005).

Hoje moro em Natal, depois que me aposentei voltei a morar na nossa capital. Não tenho informação se Mossoró continua na rede. Tenho a impressão que não. Nunca mais ouvi, nem li nenhuma notícia sobre essa participação. Esse é um dos graves problemas da administração pública no Brasil, a falta de continuidade de programas importantes.

Ramon de F. Leandro:

Muito obrigado pela sua colaboração, sr. Antônio Capistrano. Sua participação foi de grande ajuda.